



MOVETE

**PLANO
ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO
2016-2018**

INTRODUÇÃO 9**I FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA** 11**VISÃO** 12**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** 15**METODOLOGIA** 16**MAPA ESTRATÉGICO** 17**OBJECTIVO 01****Estratégia 1** 19

Dinamização, consolidação e adequação da oferta formativa às necessidades da envolvente

Linha de Ação 1.1 20

Desenvolver cursos com empregabilidade e relevância social

Linha de Ação 1.2 22

Promover a formação ao longo da vida

Estratégia 2 25

Melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem

Linha de Ação 2.1 26

Implementar processos de apoio ao ensino e aprendizagem

Linha de Ação 2.2 27

Reduzir o insucesso e o abandono escolar

Indicadores e metas 29**OBJECTIVO 02****Estratégia 3** 31

Promoção das atividades de Investigação e Desenvolvimento

Linha de Ação 3.1 32

Apoiar e estimular a participação do corpo docente e estudantes em projetos de investigação

Linha de Ação 3.2 33

Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais		
Linha de Ação 3.3	34	
Aumentar a divulgação da produção científica		
Linha de Ação 3.4	35	
Criar e desenvolver as estruturas de apoio à investigação		
Estratégia 4	37	
Apoio à Inovação e Empreendedorismo		
Linha de Ação 4.1	38	
Promover as atividades de inovação e empreendedorismo		
Linha de Ação 4.2	38	
Criar e melhorar as estruturas de apoio à inovação e empreendedorismo		
Indicadores e metas	41	
OBJECTIVO 03		
Estratégia 5	45	
Fortalecimento da interculturalidade e internacionalização do IPS		
Linha de Ação 5.1	46	
Aumentar e diversificar a mobilidade internacional		
Linha de Ação 5.2	48	
Incrementar a participação em redes internacionais		
Linha de Ação 5.3	48	
Reforçar a identidade e notoriedade do IPS		
Estratégia 6	51	
Estabelecimento de parcerias e alianças		
Linha de Ação 6.1	52	
Promover a ligação e associação com outras IES, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das áreas de formação e investigação		
Linha de Ação 6.2	53	
Promover a ligação e associação com entidades pública e privadas, com o objetivo de contribuir para a investigação e prestação de serviços		
Estratégia 7	55	
Estímulo à oferta de serviços especializados		
Linha de Ação 7.1	56	
Promover um sistema de transferência de conhecimento e tecnologia interno e externo		
Linha de Ação 7.2	56	
Criar condições e oportunidades para a prestação de serviços às organizações		
Indicadores e metas	59	
OBJECTIVO 04		
Estratégia 8	61	
Desenvolvimento de um modelo de governação, baseado na qualidade e na responsabilidade social, que promova o desenvolvimento da comunidade do IPS		
Linha de Ação 8.1	62	
Implementar um modelo de gestão orientado para os objetivos e resultados		
Linha de Ação 8.2	63	
Implementar sistemas de garantia da qualidade		
Linha de Ação 8.3	63	
Garantir um sistema de informação que suporte a tomada de decisão e promova uma comunicação interna e externa eficaz		
Linha de Ação 8.4	64	
Promover respostas estruturadas no âmbito da ação social e da responsabilidade social		
Linha de Ação 8.5	65	
Apoiar o desenvolvimento da prática associativa dos estudantes do IPS		
Estratégia 9	67	
Promoção do desenvolvimento e bem-estar dos recursos humanos		
Linha de Ação 9.1	68	
Desenvolver a capacidade científica e pedagógica dos docentes		
Linha de Ação 9.2	69	
Desenvolver as competências do pessoal não docente		

Linha de Ação 9.3	69
Incrementar o bem estar e a participação dos trabalhadores	
Estratégia 10	71
Otimização da utilização dos recursos físicos e financeiros	
Linha de Ação 10.1	72
Gerir de forma rigorosa e transparente a afetação dos recursos financeiros	
Linha de Ação 10.2	73
Garantir o bom funcionamento dos recursos físicos	
Indicadores e metas	75
II DIAGNÓSTICO	77
1. ANÁLISE DA ENVOLVENTE	78
1.1. Ambiente Contextual	79
1.2. Ambiente Transacional	97
2. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES	124
2.1. Análise Interna	127
2.2 Pontos Fortes e Fracos	148
2.3 Análise SWOT	151
III APÊNDICE	153

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do IPS que se apresenta para os próximos três anos, está ancorado no diagnóstico realizado, quer no que respeita à análise interna quer da envolvente (contextual e transacional), bem como nas etapas de recolha de informação e opinião efetuadas junto da comunidade IPS.¹

Este Plano tem a finalidade de estabelecer de forma consensualizada as linhas de orientação do IPS, como um todo global integrador da Presidência, Escolas e Serviços de Ação Social, enquanto documento orientador estratégico, que deverá enquadrar e ser capaz de gerar planos de atividades anuais ou bienais das várias unidades orgânicas e serviços.

Considera-se relevante explicitar duas noções centrais: primeiro, a preocupação com a sustentabilidade e a pertinência de estabelecer um Plano Estratégico de Desenvolvimento ajustado a um desenvolvimento sustentável; segundo, a escolha quanto à amplitude e desenvolvimento do próprio Plano – se, por um lado, não pode quedar-se pelos objetivos estratégicos, por outro lado, não pode, em sentido oposto, ser demasiado desenvolvido e operacionalizado [também porque esta operacionalização decorre a partir das realidades e das opções das Unidades Orgânicas, cujos planos de atividades são avaliados e aprovados anualmente] de onde se clarifica a escolha de uma apresentação estratégica de grandes objetivos, metas, linhas de orientação, estratégias e algumas ações e resultados.

Importa interrogar onde estamos, para onde queremos ir, como iremos e que custos tais escolhas comportam. No fundo, este Plano estabelece os grandes objetivos e onde queremos estar daqui a três anos, um processo que implica um compromisso no olhar para as possibilidades futuras e escolher prioridades.

A estrutura do Plano apresenta na parte I, como tronco principal, a Formulação Estratégica (Visão, Valores, Missão, Objetivos Estratégicos, Estratégias e Linhas de ação) e, na parte II, os elementos de suporte, correspondente ao Diagnóstico Estratégico (análise externa e interna).

Foi, também, elaborado um documento associado, a Síntese, que resume os elementos centrais da formulação estratégica.

¹ Ações realizadas em 2012. Em apêndice é apresentada uma síntese das reuniões efetuadas com a comunidade IPS, bem como o tratamento dos inquéritos realizados nas reuniões de grupo focal. Foram, ainda realizadas reuniões em 2014 e 2015 com os órgãos representativos das diversas unidades orgânicas do IPS e com entidades representativas da comunidade externa. Foram ainda ouvidos os parceiros externos integrantes do interface colaborativo IN2SET.

I FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

VISÃO

Ser uma referência no ensino superior, impulsionador do desenvolvimento científico, tecnológico, económico e sociocultural.

O Instituto Politécnico de Setúbal, como instituição do ensino superior, é um centro de criação, transmissão e difusão da ciência, tecnologia e cultura, intervindo diretamente no desenvolvimento da sociedade e na valorização dos recursos humanos. Como entidade, cabem-lhe, naturalmente, legítimas intenções e aspirações para o futuro, cuja explicitação pode ser um instrumento de motivação e inspiração para a sua comunidade.

VALORES

Responsabilidade
Excelência
Inovação

No âmbito da sua atividade, o Instituto Politécnico de Setúbal interage através dos seus recursos e competências, quer internamente, quer com a comunidade envolvente. Como forma delineadora de uma cultura, comportamentos e relações, bem como de afirmação das suas convicções, assumem-se como valores fundamentais:

RESPONSABILIDADE

O IPS defende os princípios do respeito pelas pessoas, da justiça social, da igualdade de oportunidades, da proteção da diversidade cultural, do rigor e honestidade intelectual, da transparência e assunção de responsabilidades.

EXCELENCIA

Um compromisso de toda a comunidade IPS com os mais elevados padrões de qualidade intelectuais e éticos, no ensino e na aprendizagem, na formação e na investigação, na prestação de serviços e na conduta em todas as atividades, com particular relevância no desenvolvimento e impacto positivo na vida dos estudantes. No IPS consideramos essencial alicerçar as relações inter escolas, otimizar sinergias, bem como a cooperação e intercâmbio em todos os domínios.

INOVAÇÃO

O desenvolvimento do IPS passa por promover novas abordagens, responder de modo crítico e criativo aos desafios internos e externos, racionalizar e rentabilizar recursos e processos.

MISSÃO

Desenvolver ensino de qualidade, valorizando as pessoas, a transferência de conhecimento para a sociedade, da região, do país e do mundo, apoiado na investigação aplicada, na inovação e nas parcerias.

O Instituto Politécnico de Setúbal é uma instituição de Ensino Superior que visa contribuir para o desenvolvimento sustentado da sociedade, em articulação com os parceiros sociais, através do desenvolvimento de atividades de formação, de investigação e desenvolvimento, de transferência de conhecimento e tecnologia, na prestação de serviços à comunidade e ainda de divulgação e promoção da ciência e da cultura.

No domínio da formação, o IPS assume como primordial a formação superior de profissionais de elevada competência técnica e científica, numa perspetiva de fileira formativa, integrando os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), os cursos de licenciatura (1º ciclo), os cursos de mestrado (2º ciclo), bem como a formação ao nível das pós-graduações e de outros programas de formação ao longo da vida.

O IPS integra a prática de investigação e desenvolvimento e a transferência de conhecimento e tecnologia como componente imprescindível da sua atividade, quer como suporte à atividade de formação, quer ainda como fator de interação e compromisso com a comunidade.

No âmbito das suas competências e para além da contribuição para o desenvolvimento da sociedade através das suas atividades de formação, criação, desenvolvimento e difusão do conhecimento, o IPS assume a sua total disponibilidade para a prestação de serviços à comunidade, em conformidade com os recursos e competências e de acordo com as necessidades da envolvente.

Privilegiando a região em que se encontra localizado e para a qual tem uma responsabilidade específica atribuída no âmbito do ensino superior, o IPS terá uma atuação pró-ativa no todo nacional e a nível internacional, que resulta no reforço das suas competências na sua intervenção local.

Funcionando como um todo integrador das suas unidades orgânicas, o IPS procura, de forma permanente, a construção e consolidação de uma identidade, racionalizando e otimizando a aplicação e a afetação dos recursos, concertando políticas de funcionamento e, sobretudo, procurando o estabelecimento de um clima de bem estar, motivação e partilha a toda a sua comunidade.

Em síntese, promover-se-á o desenvolvimento de um projeto educativo excelente, de investigação sólida e de prestação de serviços, numa variedade de esferas de ação que correspondam aos recursos e às necessidades da comunidade. Será um crescimento local, nacional e internacionalmente alargado, financeiramente sustentável, estruturado com redes e parcerias, empreendedor na aproximação a novas oportunidades e consistente nas direções essenciais. Promover-se-á um ambiente intelectualmente estimulante, capaz de atrair, desenvolver e reter talentos, cultural e socialmente empenhado, que satisfará a comunidade interna e externa, com um sentido de orgulho no Instituto e na capacidade de fazer acontecer.

O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO IPS (PEDIPS)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 01 TER UM ENSINO E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE RECONHECIDA
- 02 SER UM CENTRO PROMOTOR DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO
- 03 SER UMA COMUNIDADE ABERTA E INTERNACIONAL
- 04 TER UMA ORGANIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

Na fundamentação dos objetivos estratégicos considera-se que, em simultâneo, devem ser grandes objetivos, amplos, lógicos, capazes de resistir às mudanças ao longo dos próximos três anos e, não menos relevante, facilmente apropriáveis pela comunidade académica e por todos os intervenientes. Por isso, uma listagem mais extensa de objetivos tornar-se-ia não apenas difícil de apropriar como seria escassamente comunicável – esta convicção, que os objetivos devem ser partilhados, conhecidos, fáceis de comunicar aos cidadãos e à comunidade, fez-se acompanhar da necessidade de focar a atenção, de optar por objetivos que interajam, se articulem e influenciem reciprocamente.

A escolha de quatro objetivos estratégicos enquadrados com a Visão, Valores e Missão do IPS, procura sedimentar uma perspetiva holística e potenciar a adesão e a apropriação do Plano.

METODOLOGIA

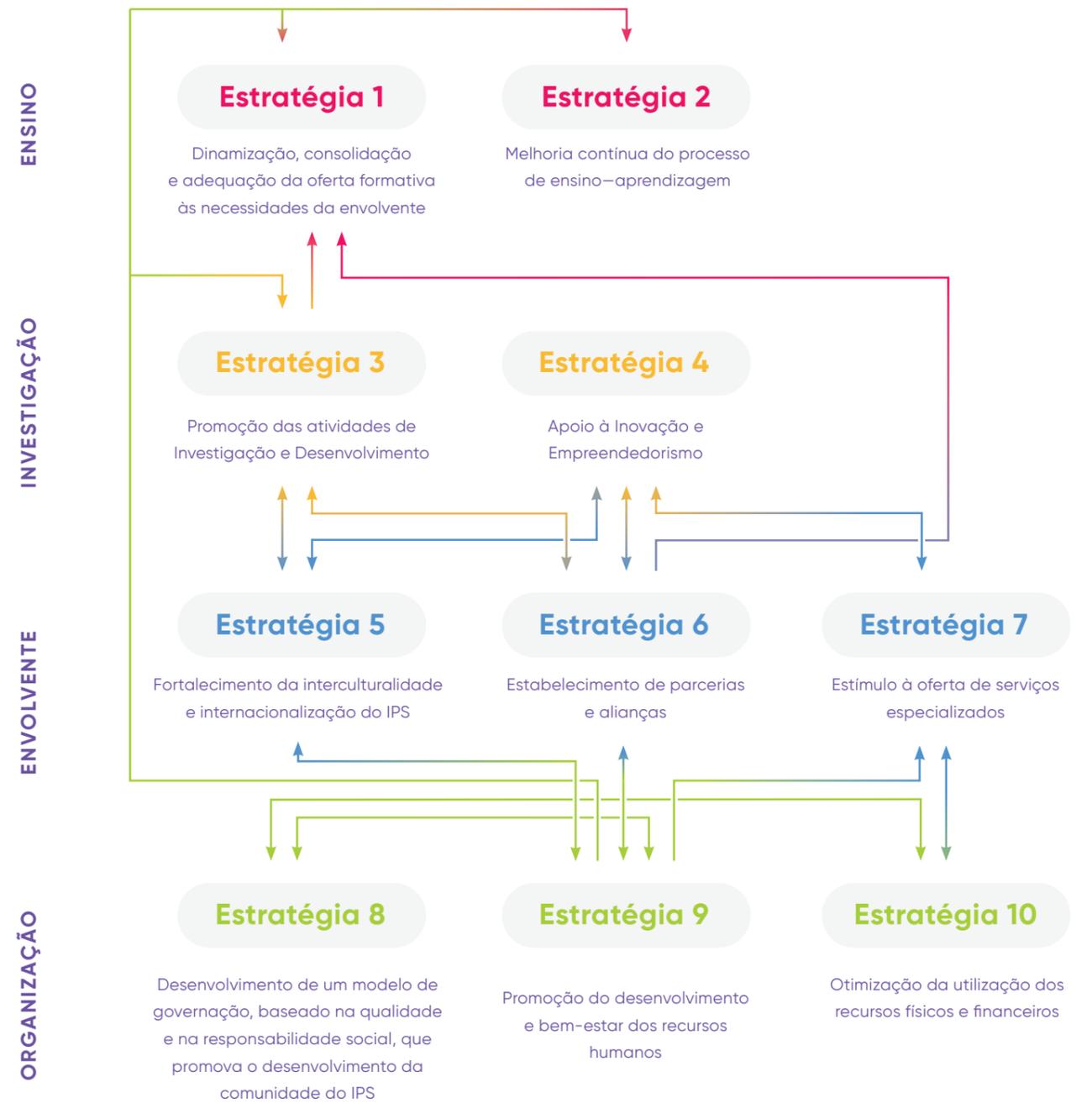
Tendo presente o diagnóstico ao nível externo e interno e o quadro de requisitos legais associados à atividade do Instituto Politécnico de Setúbal, é de seguida apresentada a Formulação Estratégica que, com base na Visão, Valores e Missão institucional determina os grandes objetivos estratégicos, metas e as consequentes, estratégias e linhas de ação a prosseguir, tendo em vista a concretização de tais objetivos.

São, também, indicadas para cada uma das linhas de ação definidas, várias ações suscetíveis de serem adotadas e implementadas através dos respetivos órgãos ou serviços do IPS, bem como indicadores relativos aos objetivos estratégicos.



MAPA ESTRATÉGICO

Elevada influência e inter-relação recíproca entre as estratégias definidas, tendo em vista a concretização dos objetivos estratégicos.



OBJETIVO 01

TER UM ENSINO E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE RECONHECIDA

Estratégia 1

Dinamização, consolidação e adequação da oferta formativa às necessidades da envolvente

Fomentar o desenvolvimento económico e social do país, que passa pela necessidade de assumir os desafios da competitividade, somente será possível de alcançar com uma valorização dos recursos humanos no sentido de desenvolvimento das suas competências, reconhecendo-se a elevação das habilitações dos portugueses como uma prioridade nacional e cabendo, assim, ao sistema educativo nacional, um papel fundamental para a obtenção de tal desiderato, não somente através da oferta de cursos formais mas, também, na formação contínua e no reconhecimento e creditação de competências.

Haverá, assim, que dinamizar, consolidar e adequar a oferta formativa, às necessidades da envolvente, com empregabilidade e relevância social, não esquecendo também a necessidade de formação cultural, social e científica das pessoas, que contribuam para uma formação ao longo da vida, com utilização de processos eficientes de ensino-aprendizagem adequados aos diversos públicos nos quais se incluem os estudantes que ingressam no ensino superior por via de concursos especiais, nomeadamente os destinados aos maiores de 23 anos (Decreto-Lei n.º

64/2006, de 21 de Março), aos que concluírem cursos de especialização tecnológica (Decreto-Lei 88/2006 de 23 de Maio) e, ainda, aos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Decreto-Lei n.º 43/2014 de 18 de Março) que venham a ser constituídos. A este nível é fundamental que se utilizem as metodologias necessárias para promover a integração destes estudantes e o seu sucesso, minimizando o risco de abandono escolar.

A oferta formativa deve ser analisada em termos da sua especificidade, da empregabilidade que gera e dos recursos, humanos e materiais, do IPS, sendo fundamental repensar e encontrar as soluções que permitam a oferta de uma fileira formativa nas diferentes áreas de conhecimento onde existam competências internas ou, constituindo-se áreas estratégicas e as mesmas sejam insuficientes, se possam construir parcerias, enquadrando devidamente a continuidade da formação ao nível de doutoramentos que se realizem em parceria com instituições universitárias.

Estratégia 1

Linha de Ação 1.1

Desenvolver cursos com empregabilidade e relevância social

1.1.1. Desenvolver estudos de análise da qualidade e sustentabilidade das formações de 1º e 2º ciclo;

1.1.2. Proposta de novos cursos de licenciatura e mestrado em áreas inovadoras;

1.1.3. Melhoria da articulação da formação pós-secundária, graduada, pós-graduada e ao longo da vida;

1.1.4. Propor a introdução de estágios nos cursos de licenciatura que os não integram na sua estrutura curricular;

1.1.5. Aprovar e disponibilizar Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), em estreita articulação com as empresas e organizações da região, escolas profissionais e secundárias;

1.1.6. Reforçar a oferta de cursos em parceria entre Escolas do IPS;

1.1.7. Fomentar parcerias com outras instituições de ensino superior, no respeito pela identidade de cada uma, com vista ao desenvolvimento de novas ofertas formativas, especialmente de 2º e 3º ciclos e Pós-Graduações;

1.1.8. Promover a participação em cursos tipo ERASMUS MUNDUS e a organização de cursos que permitam a dupla certificação, quer com entidades nacionais, quer entidades estrangeiras;

1.1.9. Monitorizar a inserção profissional dos diplomados;

1.1.10. Criar um portal de emprego no IPS e disponibilizar outros serviços de apoio que auxiliem os estudantes no processo de inserção profissional;

1.1.11. Promover o conceito de mestrado em empresas, chamando-as a colocar desafios aos estudantes para que criem soluções a ser implementadas;

A oferta formativa de nível superior não deve esgotar-se na oferta de cursos de 1º ciclo. Estes cursos, embora concebidos para promover uma inserção rápida no mercado de trabalho, no sentido em que promovem um conjunto de competências que visam a flexibilidade e a mobilidade, precisam de ser complementados com especializações, quer ao nível de pós-graduações curtas, quer ao nível de 2º ciclos preferencialmente com pendor profissionalizante.

Outros tipos de formações superiores, desde as pós-graduações aos novos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), tendo necessariamente presente os novos públicos e as suas necessidades especiais, são também considerados essenciais em termos de desenvolvimento.

Igualmente importante, quer como fator de melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, quer como fator de atração institucional, quer como facilitador de relacionamento, quer ainda como produtor de competências avançadas que devem ser

colocadas ao serviço da instituição e da sociedade, é a realização de algumas formações, em parceria, ao nível do 3º ciclo.

Ainda no quadro da oferta formativa, considera-se que o projeto educativo inclua as formações de nível 5 (Cursos Técnicos Superiores Profissionais - CTeSP), formações superiores de curta duração pós-secundárias que devem ser assumidas como importantes para o fortalecimento do IPS e para o seu desejado crescimento, assumindo-se a extensão de mercado como motor deste crescimento. A oferta formativa de CTeSPs revela-se fundamental em áreas de formação identificadas como prioritárias a nível nacional, e particularmente regional, neste nível de formação pós-secundária de curta-duração. Para além da relevância para o tecido produtivo que estas formações possam ter, é importante relevar todo o potencial de captação de jovens e de interação com a sociedade que formações deste tipo representam.

É igualmente relevante a articulação dos CTeSPs

com as formações de 1º ciclo, de forma a garantir a transição de estudantes e o conseqüente preenchimento de vagas neste nível minimizando os riscos do insucesso e abandono escolar.

Neste sentido, importa organizar a oferta de cursos numa lógica de fileira formativa, quer no concerne aos cursos oferecidos no IPS quer ainda na integração dos cursos integrantes da rede de Ensino Secundário e Profissional da região de Setúbal, recentemente constituída.

É importante referir-se que para que exista uma fundamentação consistente em tomadas de decisão relacionadas com a criação, extinção e, eventualmente, fusão de cursos do IPS, revela-se fundamental proceder à recolha e divulgação de informação sobre o emprego dos seus diplomados, sobre os seus percursos incorporando também a opinião dos empregadores e da rede alumni, para além de auscultar as necessidades da comunidade de uma forma mais alargada.



Estratégia 1

Linha de Ação 1.2

Promover a formação ao longo da vida

1.2.1. Desenvolver uma oferta de cursos de Pós-Graduação e de curta duração, dirigidos a empresas e organizações, em forte articulação com as ordens e associações profissionais e empresariais;

1.2.2. Discutir e disseminar os resultados das atividades da UDRVC, reforçando, assim, o seu papel interno e externo;

1.2.3. Incentivar o ingresso dos maiores de 23 anos;

1.2.4. Promover a qualificação de ativos;

1.2.5. Divulgar a oferta das UC isoladas;

Tendo como referência² a taxa etária dos 30 aos 34 anos de idade e o ano civil de 2012, a percentagem de diplomados do ensino superior na união europeia é de 33,7% e em Portugal é de 27,2%. Ainda que este valor percentual tenha aumentado de uma forma consistente ao longo dos últimos anos, o seu valor face à média europeia é claramente insuficiente, pelo que se justificam medidas excecionais tendentes a promover o acesso e ao sucesso no ensino superior por parte de públicos não tradicionais. Encontram-se neste caso os jovens oriundos de cursos secundários tecnológicos ou de escolas profissionais (para os quais os CTeSP podem constituir uma porta de entrada, pela via profissionalizante) e os adultos com mais de 23 anos, que por várias razões não tiveram oportunidade de prosseguir uma rota académica contínua e cujo acesso ao ensino superior foi facilitado através do Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de março.

Outros públicos não tradicionais são os seniores, bem como os formandos de cursos de pós-graduados e em formação contínua. Para estes novos públicos haverá que considerar, inclusivamente, a possibilidade de apostar na oferta formativa em regime pós-laboral.

Cabendo ao sistema educativo nacional um papel fundamental para a obtenção de uma maior

valorização dos recursos humanos no sentido de desenvolvimento das suas competências, tal pode ser efetuado através da oferta, não somente de cursos formais, mas também de ações de formação contínua.

Neste contexto, é importante dar maior visibilidade à unidade de desenvolvimento, reconhecimento e validação de competências (UDRVC) do IPS (Despacho nº 88/Spr./2007) particularmente no domínio do reconhecimento de aprendizagens e de competências, bem como de estudos no campo da educação/formação de adultos e na promoção dos processos de educação e formação ao longo da vida.

² "In 2012, just over one third (35.7 %) of 30–34 year-olds in the EU-28 had completed a tertiary level of education". Cf. EUROSTAT, Education statistics at regional level. Mar 2014. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Education_statistics_at_regional_level

"Tendo como referência a taxa etária dos 30 aos 34 anos de idade e o ano civil de 2012, a percentagem de diplomados do ensino superior na união europeia é de 33,7% e em Portugal é de 27,2%."



OBJETIVO

01

**TER UM ENSINO
E APRENDIZAGEM
DE QUALIDADE
RECONHECIDA****Estratégia 2**

Melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem

O quadro normativo português requer que as instituições de ensino superior tenham uma política para a garantia da qualidade nos diversos programas e ciclos de estudos e estabeleçam mecanismos de avaliação da qualidade das suas atividades, seja no plano interno, seja no plano externo. O enquadramento norteador de todo o quadro de avaliação institucional no ensino superior corresponde à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que define o Regime Jurídico da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior.

Considerando o quadro da garantia da qualidade, releva-se a particular importância da melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. A afirmação de um projeto educativo, visando promover a qualidade do processo educativo, desenvolve-se com a implementação de uma política de qualidade, processos e mecanismos que permitam intervir com planos de melhoria e divulgar boas práticas. Os indicadores de desempenho e o feedback das partes interessadas fazem parte integrante da aprendizagem, melhoria e inovação contínuas. Do

preenchimento do inquérito das perceções dos estudantes à taxa de sucesso nas unidades curriculares, da análise dos problemas aos planos de melhoria, da implementação à monitorização, a melhoria contínua tem sentido de responsabilidade coletiva, como algo que diz respeito a todos e a todos envolve, com sentido de pertença, apropriação e co-responsabilização no processo educativo.

Estratégia 2

Linha de Ação 2.1

Implementar processos de apoio ao ensino e aprendizagem

2.1.1. Implementar o modelo de gestão por processos no Ensino e Aprendizagem;

2.1.2. Reforçar a utilização de metodologias de *e-learning* e *b-learning*, como estratégia de apoio aos estudantes trabalhadores e disponibilizar cursos à distância para captar novos públicos, com reforço das componentes multimédia na produção dos conteúdos;

2.1.3. Promover a formação pedagógica de docentes;

2.1.4. Investir em equipamentos, consumíveis e ferramentas que permitam desenvolver metodologias ativas e um ensino experimental;

2.1.5. Criar incentivos para a inovação pedagógica e promoção de boas práticas pedagógicas, designadamente através de workshops de reflexão e partilha e instituição de prémios;

2.1.6. Garantir a integridade académica, combatendo o plágio e a fraude académica, disponibilizando ferramentas adequadas que facilitem a sua deteção;

2.1.7. Reforçar o papel do GARDOC enquanto centro de recursos e competências na área documental e de apoio pedagógico, designadamente através da dinamização de ações de formação, apoio aos estudantes e docentes;

2.1.8. Divulgação de boas práticas nas UO;

O IPS, e particularmente cada uma das suas unidades orgânicas e estruturas funcionais de apoio, devem efetuar um diagnóstico precoce de dificuldades dos estudantes e promover uma avaliação do conteúdo e da organização dos programas das unidades curriculares, bem como dos métodos de ensino e avaliação utilizados (conforme o relatório de avaliação EUA/2011).

É fundamental que os professores desenvolvam suas competências pedagógicas de modo a que possam introduzir métodos de ensino novos e inovadores. Tendo por referência publicações que abordam esta temática³, a melhoria contínua do processo de ensino- aprendizagem deve assentar em metodologias que estejam centradas no estudante, nos grupos de estudantes que desenvolvem atividades conjuntas e na discussão de temas que se integrem nos programas das unidades curriculares.

Seguindo as melhores práticas de ensino-aprendizagem, nas quais o estudante tem um papel relevante, os conteúdos programáticos das unidades curriculares devem ser revistos, sempre que necessário, de modo a garantir uma progressão gradual dos conhecimentos dos estudantes e colmatar eventuais lacunas que possam existir na sequência de formação. Esta revisão é particularmente importante, em unidades curriculares que estejam integradas numa mesma área disciplinar. Torna-se essencial a utilização de metodologias pedagógicas que promovam o trabalho autónomo do estudante e o desenvolvimento de atividades em regime tutorial ou de estudo orientado, sem nunca esquecer a relevância que hoje em dia o *e-learning* e *b-learning* assumem no processo educativo. As situações de ensino-aprendizagem que se revelem críticas em termos de sucesso escolar devem ser alvo de uma análise cuidada e objetiva para identificar os principais fatores que contribuem para a sua existência e para permitir que se tomem, em tempo útil, as medidas corretivas necessárias. A adoção destas medidas deve estimular a participação dos estudantes no processo de aprendizagem e a melhoria progressiva dos métodos pedagógicos utilizados nas unidades curriculares.

A existência de repositórios de boas práticas acessíveis, bem como a sua discussão e adaptação a novos contextos assumem-se cruciais numa comunidade reflexiva e orientada para a melhoria contínua.

³ Cf. G. Crosling, M. Heagney, L. Thomas, "Improving Student Retention in Higher Education", Australian University Review, Vol. 51, No. 2, 2009.

Estratégia 2

Linha de Ação 2.2

Reduzir o insucesso e o abandono escolar

2.2.1. Criar um observatório do sucesso académico, que recolha a informação, realize estudos e identifique caminhos para a promoção do sucesso;

2.2.2. Iniciar uma experiência piloto num curso de 1º e de 2º ciclo de adoção de metodologias ativas e centradas nos estudantes que promovam o sucesso escolar, como *Problem/Project Based Learning*, procurando parceiros nacionais e internacionais com experiência na área;

2.2.3. Disponibilizar módulos de nivelamento em UC de base, reforçando as competências dos estudantes de forma a promover o sucesso escolar;

2.2.4. Criar programa específico par apoio aos estudantes finalistas;

2.2.5. Alterar os regulamentos académicos;

2.2.6. Apoiar a criação de percursos académicos alternativos para estudantes que demonstrem dificuldades nos percursos académicos normais;

Tem sido assumido que o sucesso é um desiderato e o insucesso uma realidade a combater, atentando a que os dados nacionais apontam a taxa de abandono precoce de educação e formação como sendo de 19,2% em 2013, enquanto na Europa dos 28 se situa em 11,9%. Questões relacionadas com o sucesso, o insucesso e o abandono escolar têm sido alvo de crescente interesse e, consequentemente, objeto de estudos que se têm debruçado sobre as múltiplas dimensões que constituem esses fenómenos. Ainda que tratados juntos, o abandono e o insucesso não são sinónimos e existem evidências que as características que os estudantes trazem para o ensino superior (de âmbito sociodemográfico, académico ou desenvolvimental) bem como as que dizem respeito à qualidade das instituições (infraestruturas, recursos, serviços) e à interação entre ambas, são fatores fundamentais a considerar. A transição e a integração no ensino superior são processos complexos e multidimensionais, tanto de natureza intrapessoal, como de natureza contextual.

O estudo, no IPS, sobre o insucesso escolar, considerando as diferentes realidades entre os cursos e áreas científicas, a identificação de linhas de ação, assim como a colheita de dados sobre o aproveitamento dos estudantes (no âmbito dos relatórios de monitorização dos cursos) suportam a necessidade de uma estratégia alargada para reduzir o insucesso e o abandono escolar. Todavia, a abordagem das aprendizagens tem, num dos seus focos, a relação com o rendimento e sucesso académico dos estudantes pelo que importa identificar e analisar práticas de sucesso académico, promovendo metodologias e processos que evidenciam eficácia formativa.



Indicadores e metas relativos ao **Objetivo Estratégico 01**
(ter um ensino e aprendizagem de qualidade reconhecida)

META A ATINGIR	2018	2014
NÚMERO DE ESTUDANTES INSCRITOS	6,000	5,053
% DE ESTUDANTES MATRICULADOS, NOS CURSOS DO 1º CICLO, RELATIVAMENTE AO TOTAL DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS	95%	71%
% VAGAS PREENCHIDAS NOS CURSOS TESP	85%	--
% CANDIDATOS EM 1ª OPÇÃO NO CNA	45%	33%
TAXA DE EMPREGABILIDADE, MEDIDA PELO IEFP, NO 1º CICLO	≥ 92%	91,6%
CURSOS DE 3º CICLO EM PARCERIA	1	--
% PREENCHIMENTO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS PARA OS CURSOS DO 2º CICLO	75%	47,4%
NÚMERO DE ESTUDANTES EM PÓS-GRADUAÇÕES	200	91
NÚMERO DE MEDIDAS DE APOIO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	15	7*
TAXA SOBREVIVÊNCIA NOS CURSOS 1º CICLO	70%	61,3%
% DE DIPLOMADOS DO 1º CICLO EM (N) E (N+1) ANOS	≥ 80%	73,7%
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS DE 1º CICLO	≤ 15%	18,3%

* 7 medidas em comum aplicadas nas escolas do IPS

OBJETIVO
02**SER UM CENTRO
PROMOTOR DE
CONHECIMENTO
E INOVAÇÃO****Estratégia 3****Promoção das atividades de
Investigação e Desenvolvimento**

O regime jurídico das instituições de ensino superior⁴ refere, no seu artigo 7º, que as instituições de ESP promovem a criação, a transmissão e difusão da cultura do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental. Neste contexto, as atividades de investigação das instituições de ESP devem privilegiar desenvolvimentos de índole experimental e aplicado. Este fato não restringe, antes complementa as atividades de investigação fundamental associadas a universidades e institutos universitários.

Consequentemente, a investigação e desenvolvimento (I&D) e também a inovação (I&D+i) são fatores essenciais e indissociáveis da atividade afeta ao ensino superior. A criação e a transferência de conhecimento, no seu amplo sentido, estão ligadas à

aprendizagem de nível superior e por consequência ao desenvolvimento e progresso da sociedade em que vivemos.

Por outro lado, a investigação e desenvolvimento, bem como a transferência de conhecimento e tecnologia, constituem uma ligação indispensável com as empresas e as instituições da região para a introdução de inovação e progresso. Acresce ainda que a própria formação para as profissões necessita de uma retaguarda de investigação para o desenvolvimento do conhecimento específico sobre o desempenho profissional e sobre a eficiência dos recursos humanos.

⁴ Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro. Regime jurídico das instituições de ensino superior.

Estratégia 3

Linha de Ação 3.1

Apoiar e estimular a participação do corpo docente e estudantes em projetos de investigação

3.1.1. Definir uma política de investigação para o IPS, incluindo as linhas de investigação prioritárias;

3.1.2. Reativar os programas de licenças sabáticas (SABIN) e de coordenação de projetos de investigação (REDIN);

3.1.3. Organizar *workshops* informativos sobre programas de candidatura a programas de investigação, em especial para os novos programas Horizonte 2020, P2020, Programa de Valorização dos Politécnicos;

3.1.4. Organizar eventos para potenciar a produção técnico-científica de jovens docentes ou investigadores;

3.1.5. Promover a generalização de uma componente de investigação nas licenciaturas e mestrados;

3.1.6. Incentivar a participação de estudantes em projetos de investigação;

Sendo essencial valorizar as atividades de investigação que otimizem as sinergias entre a comunidade académica e as entidades, empresas ou instituições, que desenvolvam atividades em áreas que tenham afinidades técnico-científicas com as áreas de especialização do IPS, deve ser estimulada a participação do corpo docente e dos estudantes em projetos de investigação. Uma fase fundamental na implementação desta estratégia passa pelo desenvolvimento de teses, de trabalhos e projetos finais de curso onde a componente de aplicação ou experimental esteja relacionada com as áreas de desenvolvimento tecnológico e socioeconómico da região. É também importante que existam estímulos para que os finalistas e diplomados na instituição sejam integrados como bolseiros em equipas de projetos de investigação que incluam docentes do IPS.

Estratégia 3

Linha de Ação 3.2

Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais

3.2.1. Incentivar a criação de cátedras de empresas, estimulando o desenvolvimento de programas de investigação partilhados que aproximem as empresas do IPS;

3.2.2. Promover a participação em redes de centros de investigação, nacionais e internacionais;

3.2.3. Promover programas de intercâmbio entre docentes e empresas;

3.2.4. Realizar uma mostra/feira anual de inovação e transferência de conhecimento e tecnologia, com projetos desenvolvidos pelos estudantes e docentes;

A visibilidade da investigação realizada no IPS constitui um fator determinante no estabelecimento de ações de I&D em colaboração com outras entidades externas sendo essencial a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes. Contribui para este fato a dinamização de utilização da plataforma DeGóis dado o papel determinante que esta plataforma tem como instrumento de recolha, disponibilização e análise da produção científica dos investigadores portugueses. A consulta de indicadores e a realização de pesquisas curriculares seletivas funciona como um elemento facilitador no estabelecimento de redes de I&D nacionais ou internacionais. Interessa, pois, dar continuidade à atualização dos elementos curriculares incluídos na plataforma DeGóis.

É importante que, a nível interno, se promova uma maior visibilidade das atividades desenvolvidas pela unidade de apoio à inovação, I&D e empreendedorismo (UAI&DE) e que se divulguem de uma forma regular os trabalhos de



O QUE FAZER?

AÇÕES SUSCETÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO

I&D dos docentes no âmbito dos projetos em que desenvolvam atividades, particularmente naqueles que são alvo de apoio financeiro do IPS. A divulgação dos trabalhos de índole científica ou tecnológica deve ser realizada de forma conjunta pelas diferentes unidades orgânicas e contar com a presença de investigadores de outras instituições e de representantes de empresas ou de outras entidades com interesse na temática de I&D alvo de divulgação. Importa fomentar a constituição de núcleos de investigação, centrados nas diferentes áreas científicas, que considerem, no seu domínio de atuação, os grandes desafios científicos e tecnológicos que se deparam na atualidade ⁵.

No domínio internacional há que estimular a interligação técnico-científica dos docentes que direta ou indiretamente estejam envolvidos nos programas de mobilidade da UE, como o Erasmus e o Erasmus+.

Relativamente à comunidade de países de língua portuguesa (CPLP), na sequência de ações de colaboração de ensino superior é desejável que no futuro existam atividades de investigação em colaboração com instituições ou empresas sediadas nesses países.

Estratégia 3

Linha de Ação 3.3

Aumentar a divulgação da produção científica

3.3.1. Dar continuidade ao programa RAADRI (Regulamento de atribuição de Apoios à Divulgação dos Resultados da Investigação), introduzindo algumas alterações de acordo com a avaliação que tem vindo a ser feita;

3.3.2. Apostar no desenvolvimento do repositório institucional do IPS;

3.3.3. Publicar o Anuário Científico do IPS;

3.3.4. Promover a divulgação da investigação interna através da criação de série de *“working papers”* ou de revistas eletrónicas;

3.3.5. Identificar o potencial humano e as competências tecnológicas existentes e elaborar o portefólio de competências do IPS, reforçando a sua visibilidade no Portal;

Se, por um lado, os indicadores de produção científica têm tido um aumento consistente ao longo dos últimos anos, é fundamental que este desenvolvimento seja divulgado dentro e fora do IPS. Esta divulgação é essencial pois para além de disseminar o que tem sido produzido e contribuir para melhorar a imagem da instituição, funciona como fator catalisador no desenvolvimento de atividades de investigação conjunta entre docentes. Das várias ações que contribuem para alcançar este desiderato destaca-se a realização de eventos, em formato de sessão plenária, com temáticas que visem promover o networking na própria comunidade IPS e entre esta e as empresas e outras entidades de interesse para os temas em questão. A realização deste tipo de eventos é garantidamente um meio eficaz para criar ou reforçar redes de colaboração entre o IPS e a comunidade empresarial e outras entidades regionais, potenciando a transferência de conhecimento do meio académico para contextos reais e a criação de potenciais parcerias.

O QUE FAZER?

AÇÕES SUSCETÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO

Estratégia 3

Linha de Ação 3.4

Criar e desenvolver as estruturas de apoio à investigação

3.4.1. Apoiar, do ponto de vista financeiro e organizacional, a criação de Centros de Investigação Aplicada e Prestação de Serviços à Comunidade;

3.4.2. Dinamizar o papel da UAIIIDE, em parceria com as Escolas e docentes, como prospetora e angariadora de projetos financiados;

3.4.3. Prestar apoio na elaboração de candidaturas e gestão dos projetos;

Cabendo ao IPS um papel estratégico na promoção de atividades de investigação, uma das linhas de ação passa pela criação e desenvolvimento de estruturas de apoio que visem: a identificação e a gestão de oportunidades; que possam beneficiar os investigadores no desenvolvimento da sua atividade científica; a divulgação de programas de financiamento nacionais e internacionais; o aconselhamento na fase exploratória de candidaturas a projetos de investigação; o apoio de natureza administrativo-financeira na fase de preparação das candidaturas; a procura de parceiros para projetos e apoio à formação de parcerias; o apoio aos investigadores na gestão administrativa e financeira dos projetos financiados e a promoção de sessões de formação e de informação para investigadores sobre oportunidades de financiamento à I&D. E, na sequência de todo o processo, a monitorização, análise e apoio na divulgação de resultados obtidos pelos investigadores.

Neste âmbito, e com vista a fomentar o desenvolvimento da atividade de investigação, de cariz multidisciplinar e que abranja um número significativo de investigadores, o IPS deverá assegurar as condições para operacionalizar as estruturas de apoio aos Centros de Investigação e Prestação de Serviços que visam o desenvolvimento do triângulo do conhecimento, formado pelas atividades de investigação, educação e inovação, articulando a investigação com o ensino e potenciando a aprendizagem dos estudantes, bem como o desenvolvimento das prestações de serviços especializados.

⁵<http://ec.europa.eu/research/horizon2020>

**SER UM CENTRO
PROMOTOR DE
CONHECIMENTO
E INOVAÇÃO****Estratégia 4****Apoio à Inovação e Empreendedorismo**

De acordo com a Comissão Europeia, para levar a Europa de volta ao crescimento económico e a maiores taxas de emprego, são necessários mais empreendedores, sendo as PME uma das principais fontes de empreendedorismo e inovação, contribuindo igualmente para a coesão económica e social. No relatório "Think Small First - a Small Business Act for Europe", a Comissão Europeia destaca a imperativa necessidade de apoiar o potencial de inovação e de crescimento das PME, salientando que esse apoio será decisivo para a prosperidade futura da União Europeia.

Também em consonância com os objetivos do programa Horizonte 2020, com o apoio à inovação e empreendedorismo pretende-se potenciar a interligação entre as atividades de investigação e as aplicações no âmbito industrial ou empresarial que daí podem resultar. A cultura empreendedora, criativa e inovadora tem de estar enraizada no sistema de ensino que deverá desenvolver as competências adequadas para a criação ou gestão de PME, tanto ao nível dos recursos físicos, humanos e financeiros, como ao nível da administração e organização da empresa.

Estratégia 4

Linha de Ação 4.1

Promover as atividades de inovação e empreendedorismo

4.1.1. Aprovar o regulamento de Propriedade Intelectual do IPS, incentivar e apoiar a criação de direitos de propriedade intelectual, através de submissão de pedidos de patente ou outros, desenvolvendo metodologias de comercialização desses direitos (estava na prática da investigação);

4.1.2. Reforçar parcerias com as instituições do ecossistema empreendedor regional e nacional, nomeadamente Associações Empresariais, IAPMEI, IEFP, Câmaras Municipais, Business Angels, Capitais de Risco e Bancos entre outros;

4.1.3. Promover concursos de ideias e de planos de negócio e outras iniciativas, alargando-as à região;

4.1.4. Incentivar o desenvolvimento de competências empreendedoras nas licenciaturas e mestrados;

Não obstante um fácil acordo teórico quanto à pertinência e relevância de promover o empreendedorismo e a ligação às empresas, é fundamental que sejam criadas condições e majoradas as oportunidades. O que pode implicar tanto uma particular atenção ao ensino, aos currículos e à melhoria das infraestruturas laboratoriais, como promover mecanismos que articulem ensino, investigação, tecnologia e inovação. Mais do que um "empreendedorismo de oportunidade", importa promover e consolidar oportunidades de valorização das iniciativas, das capacidades dos estudantes e docentes; é imperioso que se estimule a criação, desenvolvimento e aplicação de inovações, que tenham utilidade social e respondam às necessidades da comunidade, entidades e empresas. Faz todo o sentido apoiar o desenvolvimento de programas que consolidem as relações com as empresas e as entidades da comunidade, como formar os recursos humanos, envolvidos desde cedo em atividades de experimentação, trabalho de projeto, na prática orientada de atividades de investigação.

Estratégia 4

Linha de Ação 4.2

Criar e melhorar as estruturas de apoio à inovação e empreendedorismo

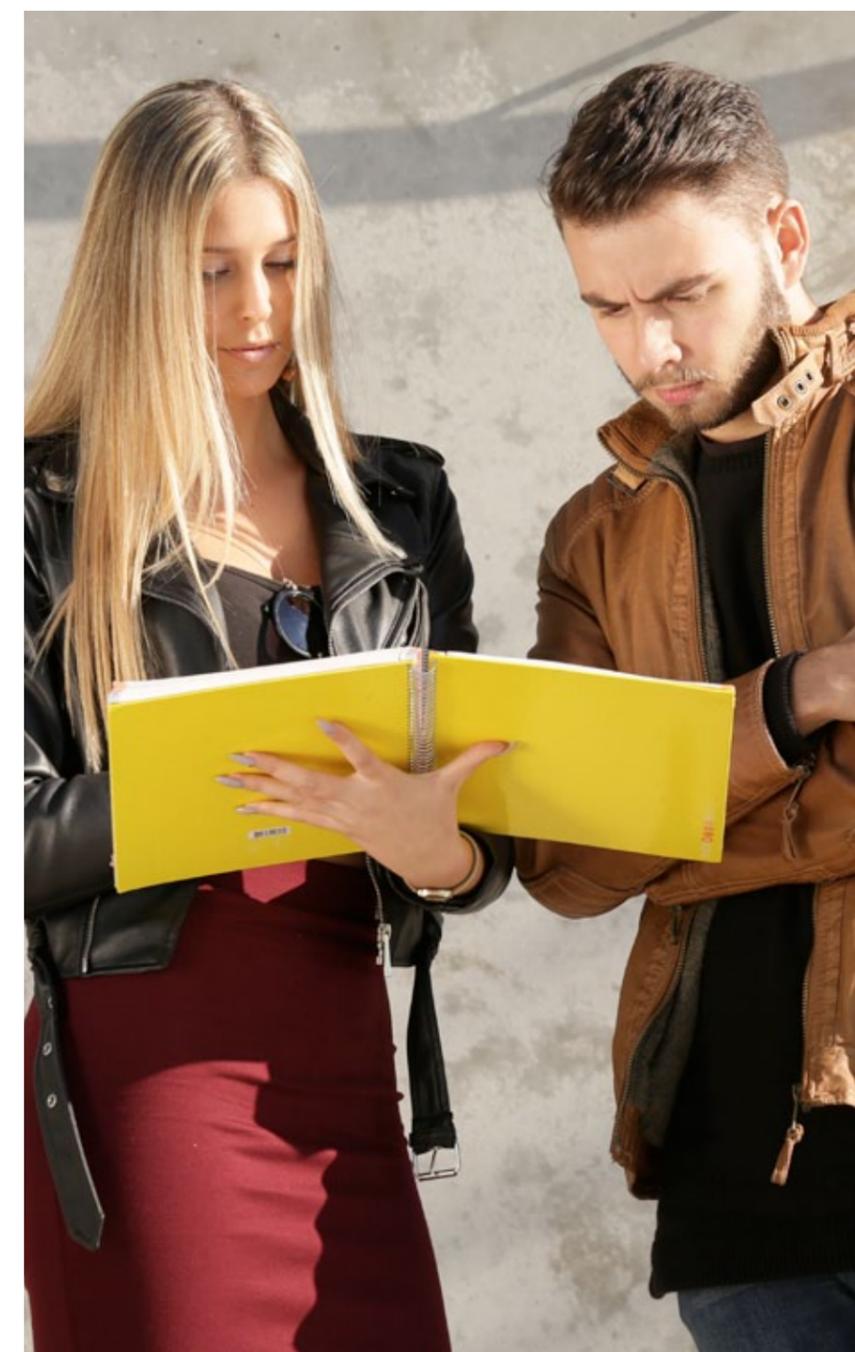
4.2.1. Criar um espaço de pré-incubação no IPS;

4.2.2. Disponibilizar serviços de consultoria para criação de *spin-offs* no IPS;

4.2.3. Criar o Clube Empreendedor, com forte ligação aos diplomados do IPS.

Para além de melhorar e divulgar as estruturas e programas de apoio atualmente disponibilizadas pela UAIIDE, nas quais se incluem, o apoio ao emprego e empreendedorismo jovem, o apoio às empresas, o apoio técnico especializado ao desenvolvimento de ideias de negócio, e de continuar a fomentar uma participação ativa no concurso Poliempree, considera-se crucial dinamizar a IPSartUp, apoiando o desenvolvimento e aceleração de ideias de negócio por parte dos diplomados, estudantes e docentes, dando origem a empresas de base académica incubadas no IPS. Este trabalho deverá assentar, não apenas num forte apoio interno por parte do IPS, mas também na criação de novas parcerias e no reforço das já existentes com as instituições do ecossistema empreendedor, com papel relevante para a rede alumni, que permitirão e de disponibilização de serviços de consultoria para criação de *spin-offs*.

“Faz todo o sentido apoiar o desenvolvimento de programas que consolidem as relações com as empresas e as entidades da comunidade”





Indicadores e metas relativos ao **Objetivo Estratégico 02**
(ser um centro promotor de conhecimento e inovação)

META A ATINGIR	2018	2014
NÚMERO DE ESTUDANTES EM PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO ESTRUTURADOS	20*	--
% DE DOCENTES QUE PARTICIPAM EM PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO ESTRUTURADOS	10%	5,1%
NÚMERO DE PROJETOS H2020 COM PARTICIPAÇÃO DO IPS	2	--
NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS PELO P2020	8	--
NÚMERO DE PROJETOS INTERNACIONAIS FINANCIADOS	6	1**
NÚMERO DE COMUNICAÇÕES COM REVISÃO PELOS PARES	500	425
NÚMERO DE DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO RCIPS	2.000	1.015
DESPESAS EM I&D	200m€	122m€
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO REGISTADOS NA FCT	2	--
NÚMERO DE PATENTES REGISTADAS, AUTONOMAMENTE OU EM PARCERIA	6*	3
IDEIAS INCUBADAS NO IPSTARTUP	25*	--
EMPRESAS CRIADAS COM APOIO DO IPS	10*	--

* Valores acumulados entre 2016 e 2018

** Projeto Erasmus

SER UMA REFERÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR



OBJETIVO
03**SER UMA
COMUNIDADE
ABERTA E
INTERNACIONAL****Estratégia 5****Fortalecimento da interculturalidade
e internacionalização do IPS**

O processo de globalização pode ser encarado como impulsionador da internacionalização considerando-se que a finalidade se radica no desenvolvimento humano pelo intercâmbio de conhecimentos e partilha de saberes. Entende-se que o contacto intercultural e o trabalho conjunto são imprescindíveis para desenvolver experiências, ampliar o reconhecimento cultural e promover a inclusão e participação das pessoas. A partir dos princípios da solidariedade e da cooperação, importa incluir uma dimensão internacional e intercultural nas atividades de ensino e investigação - desenvolvimento de projetos em equipas internacionais, internacionalização do currículo, alinhamento de procedimentos, estruturas e sistemas de avaliação, certificação e uso de critérios comuns de qualidade e o recrutamento de estudantes e docentes estrangeiros.

Estratégia 5

Linha de Ação 5.1

Aumentar e diversificar a mobilidade internacional

5.1.1. Incrementar os índices de mobilidade internacional, promovendo o estabelecimento de contactos e redes internacionais, potenciando o desenvolvimento de projetos conjuntos em matérias pedagógicas e de investigação;

5.1.2. Aumentar a participação em “programas de curta duração” a nível internacional;

5.1.3. Incentivar a oferta de UC lecionadas em inglês, criando módulos internacionais nas várias Escolas;

5.1.4. Apostar no desenvolvimento de competências linguísticas de toda a comunidade IPS, docentes, trabalhadores não docentes e estudantes;

A internacionalização pode envolver uma vasta gama de atividades internacionais, habitualmente agrupadas em dimensões, consoante a sua natureza – são habitualmente consideradas a inovação de curriculum, o desenvolvimento de pessoal e mobilidade de estudantes. A mobilidade física, de estudantes e docentes é a atividade internacional mais visível e surge em primeiro plano nos programas que têm como objetivo promover a internacionalização; todavia, importa relevar outros eixos, designadamente, o reconhecimento de períodos de estudo no estrangeiro, transferência de conhecimento, perspectiva internacional dos conteúdos utilizados no ensino, aprendizagem e investigação. Globalmente, inclui atitudes institucionais e individualmente mais abertas para a abordagem internacional e a considerar diversas dimensões da mobilidade internacional, incluindo a internacionalização em casa⁶. Esta perspectiva inclui o uso de abordagens interdisciplinares para explorar os conteúdos curriculares, uma dimensão internacional no currículo, integração das atividades curriculares com as atividades internacionais promovidas no IPS, encorajamento de reflexões sobre a cultura própria e a forma como esta influencia os modos de pensar. As boas práticas em matéria de internacionalização dos currículos contribuem para

que desenvolvam mais rapidamente as competências interculturais e para o sucesso futuro em circunstâncias de trabalho em equipas internacionais e interculturais.

A diversidade de atividades para a realização e de suporte à mobilidade internacional, passa pelo reforço da oferta de módulos internacionais, transversal a todas as UO, por cursos em dupla titulação ou em parceria com instituições estrangeiras, podendo ainda incluir experiências de aprendizagem interculturais e internacionais (como as semanas internacionais); debates, exposições e ciclos temáticos multi e interculturais; comunidades de prática e projetos conjuntos internacionais; promover o uso das TIC para facilitar a mobilidade virtual; fomentar a aprendizagem de línguas estrangeiras. Por outro lado, aumentar e diversificar a mobilidade é potenciado por uma integração académica dos estudantes internacionais, fortemente centrada no apoio dos estudantes e na tutoria de professores, tendo em vista o seu bemestar psicológico, o sucesso académico, a integração e inclusão social.

Estratégias importantes para a internacionalização são a provisão de um elevado standard de educação reconhecido internacionalmente; comunicação externa em língua inglesa (sites, folhetos, brochuras); enriquecimento de atividades de investigação fortalecendo redes de investigação internacional; promoção de cooperação com a sociedade internacional; incremento das relações com a comunidade de países de língua portuguesa, melhoria da infraestrutura para promover a “internacionalização interna” e formulação de um plano de internacionalização a longo prazo.

⁶ A European Association for International Education e a Academic Cooperation Association definem Internacionalização em casa : “qualquer atividade que possua uma dimensão internacional, à exceção das atividades que implicação a mobilidade para o estrangeiro de estudantes e docentes nacionais”.



Estratégia 5

Linha de Ação 5.2

Incrementar a participação em redes internacionais

5.2.1. Incrementar as ligações com os países da CPLP, criando protocolos que permitam a oferta de cursos nesses países e a frequência de estudantes desses países nos cursos do IPS;

5.2.2. Participar ativamente no reforço do Consórcio Erasmus Al Sud;

5.2.3. Construir uma rede regional de parceiros, designadamente com as autarquias, e outros atores relevantes, que seja mobilizada para a captação e acolhimento de estudantes internacionais, através da promoção de iniciativas em parceria que promovam a região e os seus produtos e recursos endógenos, aproveitando nomeadamente a Arrábida como elemento central na estratégia de marketing territorial;

5.2.4. Colaborar ativamente com Associações Internacionais de que o IPS é membro;

A vontade de desenvolvimento em ligação à comunidade internacional materializa-se progressivamente, passando do conhecimento das redes internacionais que estão criadas e operam em áreas justaponeáveis ou que tenham afinidades técnico-científicas com as áreas de especialização do IPS, à integração nessas redes e ao desenho e realização de projetos conjuntos, sejam atividades de ensino, de investigação ou de prestação de serviço. O que fica na base desta estratégia são duas condições relevantes: o desenvolvimento de competências linguísticas de estudantes e docentes e a identificação das redes que possam ter maior impacto no grau de interculturalidade e internacionalização. A sedimentação de uma base sólida poderá permitir tanto a oferta conjunta de formações como a construção de linhas partilhadas de investigação.

Estratégia 5

Linha de Ação 5.3

Reforçar a identidade e notoriedade do IPS

5.3.1. Promover o IPS e a região como local de acolhimento de eventos técnico-científicos;

5.3.2. Manter o portal do IPS atualizado, em versão bilingue;

5.3.3. Promover a avaliação das práticas de comunicação desenvolvidas;

5.3.4. Atualizar os portais das Escolas e do IPS;

5.3.5. Reforçar a participação do IPS nas redes sociais;

5.3.6. Criar e dinamizar a rede *alumni*;

5.3.7. Elaborar um plano de comunicação interna, com vista à melhoria do processo;

5.3.8. Criar uma newsletter IPS dirigida à comunidade externa;

5.3.9. Criar produtos editoriais IPS;

5.3.10. Criar o *merchandising* IPS;

5.3.11. Aprofundar o modelo de itinerância junto do ensino básico, secundário e profissional;

5.3.12. Desenvolver atividades em conjunto com as Escolas do Ensino Básico, Secundário e Profissional ao longo do ano;

5.3.13. Criar uma Escola de Verão para estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional;

5.3.14. Desenvolver um programa estruturado de promoção da ciência e tecnologia em parceria com as escolas e autarquias;

Para estabelecer fortes ligações e consolidar uma abertura clara à comunidade, importa ter em conta a identidade e a imagem (interna e externa) do IPS. Partindo da avaliação da Imagem do IPS, considere-se a notoriedade externa, mas releve-se, sobretudo, os aspetos que possam aumentar a coesão interna, majorar a adesão da comunidade académica aos projetos-IPS, considerando que a força impressiva da identidade terá potencial para impactos diversos, desde a divulgação do IPS à projeção de resultados significativos na comunidade. Neste campo particular, importa estimular a rede *alumni* recentemente constituída, dinamizando atividades que apelem à sua interação com a comunidade IPS, ao desenvolvimento de projetos conjuntos. Acrescente-se que o funcionamento dos serviços que têm contacto público, acaba por ter uma elevada repercussão na imagem externa do IPS.



OBJETIVO
03**SER UMA
COMUNIDADE
ABERTA E
INTERNACIONAL****Estratégia 6****Estabelecimento de parcerias e alianças**

Por definição, os parceiros trocam informação regular sobre as atividades que desenvolvem, realizam atividades conjuntas, consolidam ações de cooperação. Globalmente, parcerias e alianças visam reforçar as missões de cada parceiro, com as sinergias que decorrem da sua atividade articulada, conjunta ou mutuamente suportada. Requerem compromissos recíprocos e organização em rede, sendo que a constituição de parcerias é, cada vez mais, condição necessária e incontornável para induzir processos de mudança e de desenvolvimento a nível local, que não estão ao alcance de um único ator institucional.

A participação de várias instituições constitui-se como elemento chave de uma política de desenvolvimento,

pois permite a adequação dos projetos a necessidades reais das envolventes e que possibilita a otimização dos recursos. A cooperação pressupõe e requer a conformidade entre os parceiros: contribuem para objetivos comuns e têm também os seus objetivos próprios e cada um deles pode ter vantagens, compromissos e benefícios que resultam de um acordo. Eventualmente, parcerias e alianças com elementos comuns, como a língua (em que é exemplar a comunidade de países de língua portuguesa), a cultura, as finalidades, terão maiores e melhores probabilidades de se tornarem profícuas. Mas também a aposta em módulos internacionais e oferta de cursos em língua inglesa devem assumir destaque nesta área.

Estratégia 6

Linha de Ação 6.1

Promover a ligação e associação com outras IES, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das áreas de formação e investigação

6.1.1. Promover a discussão pública, com a participação da comunidade, relativamente ao processo de reordenamento da rede de ensino superior e modelo de parcerias estratégicas a estabelecer;

6.1.2. Identificar parceiros de referência ao nível de cada curso, que permitam exercícios de *benchmarking* e de desenvolvimento de projetos em parceria;

6.1.3. Desenvolver, a título experimental, conteúdos em cooperação com instituições estrangeiras, integrados nas UC dos cursos;

6.1.4. Criar um fórum, com entidades externas, para discussão dos caminhos estratégicos a trilhar pelo IPS;

“Considera-se ainda que o ensino superior politécnico em Portugal continua a debater-se com algum estigma social, uma menor notoriedade faz com que exista uma preferência inequívoca dos estudantes pelo sistema universitário”

Na linha de orientação estratégica de estabelecer parcerias e alianças, desdobra-se como uma das estratégias específica a associação com outras instituições de ensino superior, tendo no horizonte o desenvolvimento das áreas de formação e investigação. Podem ser IES nacionais ou internacionais, que desenvolvam atividade no mesmo território ou em áreas com afinidades técnico-científicas com as do IPS ou mesmo em áreas diversas, tendo a associação um motivo condutor de enriquecimento e complementaridade.

O enquadramento económico e social, complementado com o início do processo de acreditação e avaliação dos cursos pela A3ES, evidenciam que a rede de ensino superior se reorganizará, sob diferentes formas, até pela inexistência expressa de uma política nacional – parece caber às IES a iniciativa e a decisão relativas à criação de consórcios formais institucionais ou alicerçados em cursos específicos, a organização de ciclos de estudos em parceria ou a fusão de instituições. Considera-se ainda que o ensino superior politécnico em Portugal continua a debater-se com algum estigma social, uma menor notoriedade faz com que exista uma preferência inequívoca dos estudantes pelo sistema universitário, apesar da forte relevância social e profissional no ensino politécnico – assim, uma estratégia de ligação entre IES dos dois subsistemas poderia ser, simultaneamente, equilibradora e sinérgica. Noutra perspetiva, o desenvolvimento de oferta formativa em ambientes de traços específicos, como o lusófono.

Estratégia 6

Linha de Ação 6.2

Promover a ligação e associação com entidades pública e privadas, com o objetivo de contribuir para a investigação e prestação de serviços

6.2.1. Desenvolver atividades de formação, investigação e cooperação na zona de Sines, em parceria com o SinesTecnopolo;

6.2.2. Promover candidaturas ao novo quadro estratégico comum, em parceria com as empresas, Câmaras e demais organizações;

6.2.3. Dinamizar eventos de *networking* empresariais;

6.2.4. Criar *workshops* temáticos de apoio técnico às empresas;

6.2.5. Desempenhar um papel ativo nas organizações regionais com relevância para o IPS, potenciando a realização de projetos em cooperação;

6.2.6. Promover iniciativas, seminários e *workshops* em conjunto com empresas e organizações regionais que prospetivem o futuro;

6.2.7. Reforçar os projetos de responsabilidade social junto da comunidade;

6.2.8. Participar em iniciativas desenvolvidas pelas autarquias ao nível da educação, saúde e inclusão social;

6.2.9. Participar ativamente na definição da estratégia regional de desenvolvimento;

6.2.10. Estabelecer programas de cooperação com as Associações Empresariais e com as Ordens e Associações Profissionais;

6.2.11. Reforçar a participação em organizações e eventos regionais;

No sentido de estabelecer parcerias e alianças, desdobra-se como uma das estratégias específica a associação com outras entidades, públicas ou privadas, tendo no horizonte a contribuição para a investigação e a prestação de serviços. Podem ser entidades nacionais ou internacionais, que operem nas mesmas áreas ou tenham afinidades técnico-científicas com as do IPS ou em áreas diversas, empresas ou instituições em que o motivo condutor é o desenvolvimento sustentável de atividades na esfera da responsabilidade científica, técnica, cultural, política e social do IPS.

Como é sabido, a promoção do desenvolvimento e inovação regional alicerça-se cada vez mais na dinamização da quadrupla hélice regional⁷, através das interações existentes entre o sistema de ensino superior, empresas e instituições públicas, a que se associa a sociedade civil.

Concomitantemente, temos assistido a uma exigência e pressão sobre o papel que as IES devem desempenhar perante a sociedade civil, quer em termos de promoção do desenvolvimento local, transferência de tecnologia e promoção do empreendedorismo quer no que diz respeito às suas políticas de responsabilidade social.

⁷ Referência a sistema de inovação “quadrupla hélice” - os quatro pilares do ecossistema de inovação: instituições do sistema científico e tecnológico, empresas, governo e sociedade. <http://ec.europa.eu/Digital-agenda/en/open-innovation-20> (Quadruple Helix Model where government, industry, academia and civil participants work together to co-create the future and drive structural changes)

OBJETIVO
03**SER UMA
COMUNIDADE
ABERTA E
INTERNACIONAL****Estratégia 7****Estímulo à oferta de serviços
especializados**

A mobilização dos recursos disponíveis, quer no que reporta ao ensino, à prestação de serviço em áreas específicas e à investigação, no sentido de dar resposta às necessidades da comunidade, depende fortemente da prioridade dada ao desenvolvimento do capital humano e à aposta na disseminação e na transferência de conhecimento. A oferta de serviços especializados constitui-se como linha de orientação estratégica para o reforço da ligação à comunidade quer a nível local e nacional, quer internacional. E, neste sentido, importa situar-se tanto na base das condições como na majoração das oportunidades para desenvolver o empreendedorismo, a ligação ao tecido empresarial e a outras entidades prestadoras de serviço à população.

A interação sistemática e contínua entre ensino, investigação e inovação é fundamental e supõe um aprofundar do trabalho com a comunidade e as entidades, empresas ou instituições, que desenvolvam atividades em áreas que tenham afinidades técnico-científicas com as áreas de especialização do IPS, atuando de modo mais adequado às necessidades de qualificação e desenvolvimento do país.

Estratégia 7

Linha de Ação 7.1

Promover um sistema de transferência de conhecimento e tecnologia interno e externo

7.1.1. Apoiar a criação do Parque de Ciência e Tecnologia em Setúbal, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal;

7.1.2. Criar um observatório de desenvolvimento regional, que elabore estudos sobre a realidade económica e social e se constitua como um centro de conhecimento para a região;

Obter, deter e acumular informações não é suficiente para assegurar a difusão do conhecimento e da tecnologia, quer interna, quer externamente, tanto no suporte à tomada de decisão como na oferta de serviços especializados. Nem a gestão do conhecimento (enquanto criação, aproveitamento do conhecimento das pessoas e a disseminação das melhores práticas) é suficiente e importa considerar fortemente a estratégia de promover um sistema de transferência de conhecimento e tecnologia. Trata-se de sistematizar, formalizar e partilhar, tanto os ativos intelectuais como os resultados obtidos para que ocorra a disseminação das políticas e práticas em todos os níveis dentro do IPS. O grande desafio passa por formalizar a informação e o conhecimento bem como os procedimentos estabelecidos, para que se possam tornar um bem que toda a comunidade utilize - considerem-se os portais colaborativos, a inteligência empresarial, as formas de difusão da informação, a formalização de sistemas de workflow ou os modos de acesso aos registos e à memória IPS.

Estratégia 7

Linha de Ação 7.2

Criar condições e oportunidades para a prestação de serviços às organizações

7.2.1. Criar um portal de cooperação entre o IPS e as restantes organizações regionais, de forma a identificar áreas para desenvolvimento de projetos em comum;

7.2.2. Estabelecer um programa de visitas a organizações para identificar oportunidades de cooperação;

7.2.3. Estabelecer programa de visitas ao IPS, por parte de organizações;

7.2.4. Elaborar e disseminar o portefólio de competências do IPS;

7.2.5. Realizar feira anual de inovação;

A permeabilidade entre o IPS e a região tem aumentado de uma forma sustentável, através de projetos concretos, embora exista ainda um campo fértil para se incrementarem as relações e desenvolver projetos em parceria.

Neste campo, o IPS deve ter uma atitude mais pró-ativa. Deve dinamizar o contacto e interação com as empresas e demais organizações. Deve ser capaz de inventariar tecnologias e serviços suscetíveis de se tornarem propostas de soluções aos problemas das empresas construindo um mapeamento de competências inteligível e capaz de ser explorado comercialmente.

Mas mais do que um conjunto de projetos, este tipo de relação com a envolvente deve assumir-se como um processo sustentável. Isso pode significar que se pode adotar uma lógica de análise das cadeias de valor das várias empresas e setores, identificando-se quais as competências do IPS e onde podem ser incorporadas, com o objetivo de criação de valor nessas mesmas atividades.



De referir, ainda, que se iniciou em 2014 o novo quadro estratégico comum, em que se assiste a um reforço dos fundos para a investigação, especialmente a destinada às Pequenas e Média Empresas (PMEs), cujos programas cobrem todo o ciclo de inovação e garantem um financiamento total dos custos elegíveis. Para além deste programa, existirá financiamento para um conjunto de áreas transversais, que obrigam a um processo de negociação de parcerias que envolverão, necessariamente IES, empresas, autarquias e outras organizações. Assim, os próximos anos constituem uma excelente oportunidade de concretização de projetos e de obtenção de receitas próprias interessantes, para cuja concretização a competência e a capacidade de negociação e de comunicação desempenharão um papel crucial.

Indicadores e metas relativos ao **Objetivo Estratégico 03**
(ser uma comunidade aberta e internacional)

META A ATINGIR	2018	2014
TAXA GLOBAL DE MOBILIDADE (INCOMING DE ESTUDANTES, DOCENTES E NÃO DOCENTES)	10%	7,7%*
TAXA GLOBAL DE MOBILIDADE (OUTGOING DE ESTUDANTES, DOCENTES E NÃO DOCENTES)	4%	3%
NÚMERO DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS	100*	14
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS	6*	7
CURSOS EM DUPLA TITULAÇÃO	5	--
POSIÇÃO NO RANKING WEB, AO NÍVEL DAS IES PORTUGUESAS	19°	22°
TAXA DE NOTORIEDADE ESPONTÂNEA	35%	27%
INICIATIVAS CONCRETIZADAS COM A REDE ALUMNI	20*	--
NÚMERO DE REFERÊNCIAS ANUAIS AO IPS NA IMPRENSA	2.000	1.671
NÚMERO DE AÇÕES / FORMAÇÕES / CURSOS/PROJETOS EM ASSOCIAÇÃO COM OUTRAS IES	7	4
% DE AÇÕES CONCRETIZADAS /PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS COM EMPRESAS	75%	--
% DE AÇÕES CONCRETIZADAS /PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS COM ENTIDADES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E ONG	75%	--
PORTEFÓLIO DE COMPETÊNCIAS DO IPS RECEITA PROVENIENTES DE SERVIÇOS PRESTADOS AO EXTERIOR	implementado	--
RECEITA PROVENIENTES DE SERVIÇOS PRESTADOS AO EXTERIOR	350m€	233m€

* Valores acumulados entre 2016 e 2018

** não existe informação relativamente ao nº não docentes incoming por escola

OBJETIVO 04

TER UMA ORGANIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

Estratégia 8

Desenvolvimento de um modelo de governação, baseado na qualidade e na responsabilidade social, que promova o desenvolvimento da comunidade do IPS

A consolidação institucional, para além da forma estrutural de organização das unidades orgânicas e serviços que melhor se adequem ao funcionamento do IPS e que satisfaça os requisitos regulamentares dos respetivos estatutos, passa pelo fomento de sinergias e dinâmicas em que a comunidade IPS sinta uma pertença à instituição principal e, também, às várias escolas, serviços e unidades de trabalho onde desenvolve a sua atividade. Para que tal dinâmica se desenvolva no sentido de busca permanente de melhoria da qualidade e de melhores, mais eficientes e eficazes formas de ação, há a necessidade de se promover uma gestão participativa⁸, desde a definição das políticas, até à sua planificação e execução, o que pressupõe a existência de espaços de autonomia e reconhecimento das diferentes competências e atribuições dos atores organizacionais, com partilha de poder de decisão.

O envolvimento da comunidade IPS, passa, também, por adequadas políticas de comunicação interna, dando visibilidade às diversas ações desenvolvidas, quer nos processos entre os serviços centrais e as

escolas, quer no interior de cada escola. Como instrumento de melhoria de processos, de apoio à tomada de decisão, de implementação de modelos de gestão mais modernos e de aprofundamento do relacionamento com as distintas partes interessadas do IPS, existem as tecnologias de informação e comunicação que representam atualmente um ativo crucial para o funcionamento das IES. Outro fator aglutinador, com sensibilização social crescente e cada vez com maior relevo face à atual situação económica é a área da responsabilidade social, que deverá ser assumida como uma componente forte na atuação do IPS.

Há, por conseguinte, que desenvolver um modelo de governação participativo, baseado na qualidade e orientado para os objetivos e resultados, que reforce as lideranças institucionais e que promova o envolvimento das pessoas, com um forte apoio em sistemas de informação que permitam a rápida e adequada a tomada de decisão, uma adequada gestão financeira e que reforce uma comunicação interna e externa eficaz.

⁸Entende-se, na esteira de alguns autores – (como BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar de Portugal. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001 ou AMARAL, Alberto. Tendências recentes dos sistemas de avaliação do ensino superior na Europa. Rev Sisifo, nº 12, Mai/Ago 2010) – que o conceito de participação é eminentemente ativo; a informação, a comunicação e o diálogo são elementos constituintes da participação, pois para participar, deve conhecer-se aquilo em que nos envolvemos, e estar informado sobre todos os aspetos que afetam a colaboração.

Estratégia 8

Linha de Ação 8.1

Implementar um modelo de gestão orientado para os objetivos e resultados

8.1.1. Criar um programa de inovação organizacional aberto a toda a comunidade IPS;

8.1.2. Implementar um Sistema de Gestão de Responsabilidade Social;

8.1.3. Alargar a participação no Conselho de Gestão a membros da comunidade IPS, designadamente aos estudantes, nos termos do RJIES;

8.1.4. Promover a avaliação dos serviços;

8.1.5. Levar à prática uma política de desmaterialização de procedimentos, nas Divisões Académica, Financeira e de Recursos Humanos;

8.1.6. Adoção de instrumentos de avaliação e controlo dos PEDIPS;

8.1.7. Criação do programa Desenvolver+, no âmbito da Gestão das Pessoas;

8.1.8. Criar mecanismos de auscultação, participação e de discussão pública;

Para além das atividades de gestão correspondentes ao funcionamento quotidiano do IPS e das respetivas UO, há necessidade de planear, organizar, implementar e controlar atividades que ultrapassam o curto prazo, designadamente, as que se encontram enquadradas pelos objetivos estratégicos que são de permanente esforço e que necessitam de uma cuidada atenção na sua monitorização.

A existência de um modelo de gestão que contemple a elaboração de planos operacionais aos vários níveis organizacionais, com a identificação e descrição precisas de objetivos a atingir (intra e inter-níveis), prazos para a sua concretização e responsáveis pela implementação, dando-se, assim, ênfase na mensuração e no controlo, será condição favorável para a obtenção dos vários desideratos organizacionais.

Deverão, portanto, serem desenvolvidas e estimuladas metodologias de planeamento e avaliação, com uma perspetiva de melhoria contínua, em que as lideranças detenham um papel fundamental e sejam claros tanto os processos como a atribuição de competências e responsabilidades.

#moveTe POR SER UMA REFERÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Estratégia 8

Linha de Ação 8.2

Implementar sistemas de garantia da qualidade

8.2.1. Certificar o sistema de qualidade junto da A3ES;

8.2.2. Implementação de um sistema de avaliação dos serviços e do nível de satisfação das partes interessadas;

8.2.3. Promover a Certificação de Qualidade dos diferentes serviços;

Para um bom desempenho institucional, há necessidade de garantir sistemas que, de forma continuada, contribuam para a melhoria do seu funcionamento. Encontra-se neste caso a implementação de um sistema formal de garantia da qualidade.

Apesar de terem sido dados passos consistentes para a implementação de um sistema de gestão da qualidade, nas recentes avaliação externa realizada pelos EUA e pelo processo de avaliação e acreditação no âmbito da A3ES, de se terem definido estruturas, modelos de funcionamento e competências e de se terem construído pontes e consensos entre os diversos órgãos de gestão do IPS e das escolas, importa, agora, consolidar procedimentos e uma estratégia de atuação que promova a melhoria contínua das atividades do IPS. De referir, neste caso, a simplificação dos processos de acreditação dos cursos por parte da A3ES a verificar-se a existência de um sistema de gestão da qualidade por si certificados.

A focalização nos estudantes, a responsabilidade dos órgãos de gestão (IPS e UO) e o envolvimento do pessoal docente e não docente, são fatores determinantes para o sucesso na implementação de um adequado sistema de garantia da qualidade.

Estratégia 8

Linha de Ação 8.3

Garantir um sistema de informação que suporte a tomada de decisão e promova uma comunicação interna e externa eficaz

8.3.1. Implementar o Sistema Integrado de Gestão do IPS;

8.3.2. Melhorar o funcionamento do Sistema de Informação e alargá-lo à EST Barreiro;

8.3.3. Implementar um modelo de contabilidade de gestão no IPS;

Para que o IPS prossiga a sua missão e possa cumprir os objetivos a que se propõe, necessita de informação fiável, pertinente e atempada.

Assim, um adequado sistema de informação que permita armazenar, tratar e fornecer dados aos vários níveis organizacionais e funções (Ensino-aprendizagem, Investigação e Desenvolvimento, Prestação de Serviços, Gestão administrativa e Financeira), contribuirá para uma otimização dos fluxos de informação, traduzindo-se numa maior agilidade de funcionamento, redução de custos operacionais e administrativos e, fundamentalmente, suportará a tomada de decisão nos diversos níveis de responsabilidade - estratégico e operacional. Ao nível estratégico como suporte às decisões de médio e longo prazo, ao nível operacional para o controlo e execução de tarefas específicas de curto prazo em que assenta a atividade do IPS e das suas UO.

Mas, também, um adequado sistema de informação deverá contar com o envolvimento da comunidade, tornando-se um instrumento que reforce uma comunicação interna e externa eficaz, dando visibilidade às diversas ações desenvolvidas.

Estratégia 8

Linha de Ação 8.4

Promover respostas estruturadas no âmbito da ação social e da responsabilidade social

8.4.1. Valorizar as pessoas aposentadas, criando-lhes um estatuto específico e criando as condições para que continuem a colaborar com o IPS e usufruam, das condições especiais no âmbito da ação social fixadas para os trabalhadores no ativo;

8.4.2. Implementar medidas que promovam a conciliação entre a vida profissional e familiar dos trabalhadores não docentes do IPS: aprovar um regulamento de horário de trabalho que ajuste, sempre que possível, estas duas vertentes, criar condições específicas para trabalhadores com filhos em idade escolar;

8.4.3. Estimular e apoiar a criação da Casa de Pessoal do IPS, que promova iniciativas, estabeleça protocolos e dinamize atividades sociais e culturais;

8.4.4. Estudar um programa que possa complementar os apoios sociais para os trabalhadores do IPS;

8.4.5. Reforçar as medidas do Programa de Atribuição de Apoios Sociais, aos Estudantes do IPS, designadamente no apoio ao pagamento de transportes;

8.4.6. Disponibilizar alojamento para os estudantes do *campus* do Barreiro e garantir a prestação de serviços de saúde aos mesmos, em igualdade de circunstâncias com os estudantes do *campus* de Setúbal;

8.4.7. Criar um banco de material escolar, reduzindo os custos de aquisição para os estudantes;

8.4.8. Criar o Observatório da Ação Social, que promova o acompanhamento dos percursos dos estudantes bolsheiros;

8.4.9. Promover a criação de um programa de mecenato, financiado por empresas, destinado a promover o sucesso académico e a evitar o abandono escolar;

Os Serviços de Ação Social (SAS) do IPS têm desempenhado uma função primordial no apoio aos estudantes, mediante a concessão de apoios económicos aos estudantes, designadamente Bolsas de Estudo, bem como a prestação de serviços aos estudantes em geral, tais como alojamento, alimentação, serviços de saúde e apoio a atividades desportivas e culturais.

Todavia, perante a atual situação económica existente em Portugal, com impacto significativo no aumento do desemprego e na redução do rendimento disponível das famílias, refletir-se-á, necessariamente numa menor capacidade de cumprimento das suas obrigações financeiras perante o IPS, em acrescidos problemas de carácter psicológico e social e, muito provavelmente, no abandono escolar. Haverá, por conseguinte, que procurar mais respostas para além das que os SAS têm desempenhado, com reforço nos apoios aos estudantes mais carenciados e no apoio às suas estruturas representativas.

Também ao nível do pessoal docente e não docente do IPS, haverá que procurar o estabelecimento de medidas que promovam a conciliação entre a vida profissional e familiar e, em especial, para trabalhadores com filhos em idade escolar.

Uma organização como o IPS deve endogeneizar na sua atuação uma orientação para o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social corporativa, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde se insere, devendo evoluir de uma prática assente em ações pontuais para uma política institucional coerente e participada.

Estratégia 8

Linha de Ação 8.5

Apoiar o desenvolvimento da prática associativa dos estudantes do IPS

8.5.1. Desenvolver as relações com a AAIPS, identificar novas áreas de cooperação e apoiar a concretização dos seus planos de atividades;

8.5.2. Garantir maior sustentabilidade nas receitas da AAIPS, privilegiando a exploração de espaços, conforme consagrado no RJIES;

8.5.3. Estimular o funcionamento da Associação de Antigos Alunos do IPS, reforçando a sua participação nas atividades do IPS e das Escolas e promovendo a rede *alumni* IPS

Os fundamentos de uma sociedade solidária e de participação ativa no ambiente social e político, inscrevem-se a partir de aprendizagens de vivência associativa e democrática. Nesta linha, pretendendo o envolvimento de todas as partes interessadas, reconhece-se a relevância do papel dos atuais e antigos estudantes na vida organizacional, assim como os ganhos nas competências interpessoais e de participação. O percurso de associações de escola a uma Associação Académica IPS ou a inclusão dos estudantes em órgãos aos diversos níveis, são modos elementares de participação. A prática associativa requer participação e desenvolvimento de todos, numa cultura de cooperação para a persecução dos objetivos comuns, que concorra para a evidência de responsabilidade social e a qualidade em todas as dimensões da missão do IPS. Colocado de outra forma, a linha de ação de suporte ao desenvolvimento da prática associativa consciencializa e mobiliza os estudantes para as atividades e projetos, incentiva atividades de caráter científico, cultural, recreativo, desportivo, assim como a participação em questões de interesse académico, desde a política educativa e a legislação às atividades de coesão social.



OBJETIVO 04

TER UMA ORGANIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

Estratégia 9

Promoção do desenvolvimento e bem-estar dos recursos humanos

O sucesso das políticas e da imagem social do IPS passa em grande medida pelo desempenho dos seus recursos humanos.

Ao nível do pessoal docente, para além das qualificações ao nível pedagógico necessárias para o desenvolvimento de um processo ensinoaprendizagem de qualidade, o número de doutorados é um fator importante, não somente como meio de elevação de competências científicas e técnicas, mas como forma regulamentada de acreditação e autorização relativamente à oferta formativa superior que, no caso do ensino superior politécnico, estabelece que no conjunto dos docentes que desenvolvam atividade docente, pelo menos 15% devem ser doutores em regime de tempo integral e, para além destes, pelo menos 35% devem ser detentores do título de especialista.

No que se refere ao pessoal não docente, quer pelo atendimento ao público, quer pelo apoio técnico e administrativo que proporciona, a elevação das suas qualificações é hoje um elemento chave, pelo que deve ser considerada uma prioridade.

É por isso necessário o reforço de uma cultura de serviço público, de parceria e de promoção de ações que contribuam para o reconhecimento Individual e das Equipas, melhorando a motivação e criando orgulho nas Pessoas. Através desta cultura de trabalho, o IPS conseguirá mais facilmente promover o envolvimento das partes interessadas no atingimento dos objetivos propostos, bem como conhecer com maior profundidade as áreas de intervenção organizacional, traduzindo-se a longo termo numa gestão das Pessoas mais efetiva.

Para que tal dinâmica se desenvolva no sentido de busca permanente de melhoria da qualidade e de melhores e mais eficientes e eficazes formas de ação, há a necessidade de se promover quatro vetores principais: (I) A participação dos trabalhadores; (II) O desenvolvimento de competências e qualificação; (III) O reconhecimento e mérito; (IV) e o Bem-estar dos trabalhadores.

Estratégia 9

Linha de Ação 9.1

Desenvolver a capacidade científica e pedagógica dos docentes

9.1.1. Implementar um plano de formação pedagógica de docentes;

9.1.2. Apoiar financeiramente a qualificação do corpo docente na obtenção do grau de doutor e a contratação de especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, em áreas estratégicas para o IPS;

Conforme referido, o sucesso das políticas e da imagem social do IPS passam em grande medida pelo desempenho dos seus recursos humanos.

Ao nível do pessoal docente, para além dos requisitos necessários ao nível das qualificações para a acreditação e autorização relativamente à oferta formativa dos cursos do IPS, em que o número de doutorados é um fator importante, há também a necessidade de um permanente desenvolvimento das suas competências ao nível pedagógico, tendo em vista a obtenção de bons níveis no processo ensino-aprendizagem.

Acrescem as exigências de caracterização das equipas docentes, em que se inclui a atribuição dos títulos de especialista nas diversas áreas científicas dos cursos.

Há, portanto, a necessidade de dar continuidade aos programas de apoio à formação avançada dos docentes do IPS, bem como promover programas de formação pedagógica de docentes, que incluam a identificação de boas práticas pedagógicas, a experimentação de novas metodologias e a produção de novos materiais de apoio aos estudantes. Assume ainda particular relevância a capacidade de atrair profissionais competentes, que tragam uma mais valia ao processo de ensino-aprendizagem, e potenciam o estabelecimento de relações

de cooperação relevantes, incentivando a contratação de especialistas ou o incentivo à obtenção desse título.

Conforme estabelecido no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Politécnico, encontra-se já em vigor, apesar de ainda não ser aplicado, o Regulamento de avaliação de desempenho e alteração do posicionamento remuneratório do pessoal docente do IPS. Importa, contudo, que o modelo existente, para além da avaliação do desempenho profissional e das consequentes e possíveis alterações remuneratórias, se tornem num sistema que se encontre orientado para a qualidade e que promovam a melhoria contínua e a obtenção da eficácia e eficiência e, conseqüentemente, da missão do IPS.

Estratégia 9

Linha de Ação 9.2

Desenvolver as competências do pessoal não docente

9.2.1. Implementar um plano de formação para os funcionários não docentes que promova o incremento de competências e possibilite o seu crescimento profissional e pessoal e que promovam o reforço da identidade organizacional;

9.2.2. Implementar o programa Desenvolver+;

A melhoria da qualidade, eficiência e eficácia do funcionamento do IPS passa, também, pelo nível de desempenho do pessoal não docente, havendo, por conseguinte, a necessidade de dar continuidade às ações de formação, através da elaboração de planos anuais e de apoio a iniciativas individuais de formação, ajustadas às respetivas funções e que permita uma evolução efetiva das suas competências e capacidades, com reflexo nos métodos de trabalho e na qualidade do serviço prestado.

A avaliação do pessoal não docente está enquadrada pela Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) e que se aplica, para além dos serviços, aos dirigentes e trabalhadores da Administração Pública. Importa também que o modelo existente para a avaliação do pessoal não docente seja um sistema que promova a melhoria contínua e a obtenção da eficácia e eficiência.

Estratégia 9

Linha de Ação 9.3

Incrementar o bem estar e a participação dos trabalhadores

9.3.1. Implementar o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes e proceder à sua monitorização, criando uma comissão de acompanhamento;

9.3.2. Criar um programa de incentivo ao mérito profissional e boas práticas, de acordo com as condições legais em vigor;

9.3.3. Implementar um Sistema Integrado de Gestão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;

9.3.4. Desenvolver um sistema de gestão de ideias, que promova a participação da comunidade;

9.3.5. Promover a melhoria dos espaços de refeição e de convívio;

9.3.6. Organizar eventos sociais e culturais;

A valorização das pessoas passa, para além do desenvolvimento das suas competências técnicas, por outras iniciativas de âmbito social e cultural, através das quais se promove, também um maior relacionamento, inclusivamente com o pessoal do IPS já aposentado, potenciando não apenas os recursos existentes, mas interagindo também com a comunidade envolvente de forma a que o IPS se torne num parceiro cultural relevante da cidade e da região.

OBJETIVO
04**TER UMA
ORGANIZAÇÃO
INCLUSIVA
E SUSTENTÁVEL****Estratégia 10****Otimização da utilização dos recursos físicos e financeiros**

É função primordial de qualquer instituição otimizar os recursos (físicos e financeiros) que sejam auto-produzidos ou lhe estejam atribuídos para o cumprimento da sua missão, situação esta ainda mais acutilante, quando se está perante um contexto económico com graves repercussões a todos os níveis e, em particular, no financiamento das instituições de ensino superior.

Assim, para além da necessidade de ampliar e diversificar as suas fontes de financiamento, através das suas atividades de prestação de serviços e projetos e ações de I&D, há a necessidade do IPS proceder a uma gestão rigorosa e transparente na afetação dos seus recursos financeiros.

A otimização na utilização dos recursos físicos disponíveis (infraestruturas, equipamentos, etc.) requer uma gestão integrada do património existente, procurando-se de forma permanente uma maximização do seu aproveitamento, com o mínimo de recursos financeiros, o que poderá passar por eventuais reorganizações de afetação e para o que muito poderá contribuir preocupações com a eficiência energética, hídrica e ambiental.

Estratégia 10

Linha de Ação 10.1

Gerir de forma rigorosa e transparente a afetação dos recursos financeiros

10.1.1. Promover uma utilização eficiente dos recursos humanos e uma política parcimoniosa de contratação de pessoal docente;

10.1.2. Prosseguir com uma política rigorosa na gestão financeira e que privilegie as atividades relacionadas com o ensino e aprendizagem, investigação e inovação;

10.1.3. Incrementar as receitas próprias provenientes da prestação de serviços, projetos de investigação e atividades de internacionalização;

Uma boa gestão na utilização dos recursos financeiros passa pela existência de critérios de afetação e responsabilização claramente definidos e conhecidos e, essencialmente, pelo conhecimento atempado da situação e evolução de todas as componentes contabilísticas, incluindo a dimensão analítica, e incorporando o novo sistema aplicável às Administrações Públicas, o que requer a existência de metodologias de valorização e instrumentos adequados ao nível dos sistemas de informação. Estas metodologias deverão, naturalmente, permitir a avaliação da sustentabilidade de cada UO.



Estratégia 10

Linha de Ação 10.2

Garantir o bom funcionamento dos recursos físicos

10.2.1. Adequar os espaços e edifícios às necessidades;

10.2.2. Melhorar as condições, nos diferentes edifícios, das zonas de refeição comunitária para os trabalhadores docentes e não docentes e criar uma zona para estudantes, em parceria com a AAIPS;

10.2.3. Garantir, em articulação com a AAIPS, a disponibilização de um espaço de trabalho para os estudantes, durante 24h por dia, especialmente nos períodos letivos;

10.2.4. Rentabilizar a utilização do Palácio Fryxel como espaço cultural, e de promoção do empreendedorismo e inovação, em articulação com parceiros institucionais, enquadrada num processo de regeneração urbana da zona histórica de Setúbal;

10.2.5. Concretizar o ordenamento do *campus* de Setúbal, melhorando o acesso pedonal, circulação automóvel, estacionamento e espaços verdes;

10.2.6. Construir um novo edifício pedagógico no *campus* de Setúbal e promover a manutenção dos restantes;

10.2.7. Criar uma unidade técnica que implemente uma política de manutenção das infraestruturas do IPS;

10.2.8. Incrementar a eficiência energética, hídrica e ambiental nos *campi* do IPS;

10.2.9. Encetar as diligências necessárias, junto da FERTAGUS, Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres e Autoridade Metropolitana de Transportes para o prolongamento do comboio até à estação de Praias do Sado, bem como com os Transportes Coletivos do Barreiro, de forma a assegurar a existência de carreiras entre a Escola e o terminal da SOFLUSA, às principais horas de fluxos de estudantes;

A otimização dos recursos físicos passa, também, por garantir que as instalações, equipamentos gerais e laboratoriais e restantes recursos materiais, se mantenham adequados, por forma a garantir boas condições de funcionamento e utilização, através de ações de preservação e conservação qualificada suportadas em instrumentos de planeamento, gestão e manutenção.

Para o exercício das suas funções, os Serviços de Ação Social (SAS), a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST Setúbal), a Escola Superior de Educação (ESE), a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) e a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (EST Barreiro), dispõem de boas instalações, de equipamentos gerais e laboratoriais e recursos materiais adequados, por forma a garantir boas condições para a aprendizagem e para o exercício da atividade docente e não docente. Todavia, a Escola Superior de Saúde encontra-se a funcionar nas instalações da ESCE, em condições precárias e limitativas do seu desenvolvimento e que estão já a dificultar adequado funcionamento da ESCE.

Assim, uma particular atenção deve ser dada ao nível das instalações. Não podemos ignorar a utilização muito significativa das diversas instalações no *campus* de Setúbal, especialmente no edifício que alberga a ESCE e a ESS. Neste sentido, importa, por isso, encontrar uma solução, entre os vários edifícios existentes nos *campi*, ou considerando a construção de um novo edifício, que possibilite acomodar as legítimas aspirações de crescimento de ambas as escolas. Adicionalmente, tornase urgente concretizar a reorganização do *campus* de Setúbal, bem como a remodelação do refeitório central do IPS, para além dos trabalhos de manutenção nos restantes edifícios.

Mas, também, há que promover uma melhoria permanente das condições de trabalho a todos os níveis, desde os correspondentes ao funcionamento da componente letiva (salas de aula e laboratórios) até ao funcionamento administrativo e de apoio, ajustando e melhorando os respetivos espaços às variações de funções e atividades atribuídas, fruto de eventuais reorganizações.

Indicadores e metas relativos ao **Objetivo Estratégico 04**
(ter uma organização inclusiva e sustentável)

META A ATINGIR	2018	2014
NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DO IPS	3,5	2,7**
SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE CERTIFICADO PELA A3ES E ISO 9001	certificado	--
SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	implementado	--
NÚMERO DE VALÊNCIAS DE APOIO SOCIAL DISPONIBILIZADAS AOS ESTUDANTES	40	25
NÚMERO DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DOS APOIOS SOCIAIS	2700	2138
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DOS SAS	4	3,5
NÚMERO DE AÇÕES ANUAIS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	20	12
NÚMERO DE INICIATIVAS INSTITUCIONAIS EM PARCERIA COM A AAIPS	8	6
% DE PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	50%*	--
QUALIFICAÇÃO CORPO DOCENTE - DOUTORADOS/ETI	60%	45,1%
QUALIFICAÇÃO CORPO DOCENTE - ESPECIALISTAS/ETI	35%	8,3%
% DE DOCENTES DE CARREIRA	55%	44,5%
HORAS DE FORMAÇÃO POR TRABALHADOR NÃO DOCENTE	20	14
% DE PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	90%	54,9%
APLICAÇÃO REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DOCENTE	aplicado	--
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS TRABALHADORES	> 3,9**	--
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	implementado	--
IDEIAS CONCRETIZADAS DECORRENTES DO SISTEMA DE GESTÃO DE IDEIAS	10*	--
CICLOS CULTURAIS DESENVOLVIDOS	5	--
% DE AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)	30%	25%
REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA (PER CAPITA)	10%	59,50€***
REDUÇÃO CONSUMO DE ÁGUA (PER CAPITA)	10%	10,53€***
REORDENAMENTO DO CAMPUS	concretizado	--
CONSTRUÇÃO DE NOVO EDIFÍCIO NO CAMPUS DE SETÚBAL	concretizado	--

* Valores acumulados entre 2016 e 2018

**Escala de 1 a 5

*** Valor de 2015

II DIAGNÓSTICO

1 - ANÁLISE DA ENVOLVENTE

Considera-se a envolvente contextual - ambiente político-legal, científico e tecnológico, económico e sociocultural - que, de forma indireta, pode afetar o ensino superior e, em particular, o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), bem como a envolvente transacional - envolvente próxima, em que existe uma interação direta, designadamente, a oferta formativa, a procura e a comunidade, sobretudo a existente no espaço de influência do IPS.

1.1 - Ambiente Contextual

A atividade a desenvolver pelo Instituto Politécnico de Setúbal encontra-se, naturalmente, enquadrada por uma envolvente externa, enquanto meio em que as instituições do ensino superior se inserem, designadamente, o ambiente político-legal, científico e tecnológico, económico e sociocultural.

Nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma breve caracterização de tal envolvente, nos aspetos que, de forma indireta, podem afetar o ensino superior e, em particular, o IPS, ou que contribua para um melhor entendimento do seu enquadramento.

1.1.1. Contexto Político-Legal

O ano de 2010 marcou o final do ciclo¹⁰ traçado a partir da Estratégia de Lisboa que pretendia "tornar a Europa numa economia baseada no conhecimento, através do reforço da coesão social e do emprego".

No contexto atual de crise mundial tornou-se necessário somar os progressos alcançados, corrigir os erros e adotar um rumo que tenta conciliar elementos de continuidade com elementos de avanço e melhoria.

Assim surgiu a Comunicação que lançou a Estratégia Europa 2020, estabelecendo cinco grandes objetivos, que consubstanciam metas para os estados-membros¹¹ e para a União - cinco metas para 2020, com os objetivos de "assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década"¹².

A Comissão Europeia identificou "três vetores fundamentais de crescimento que deverão orientar as ações concretas tanto a nível da UE como a nível nacional: [1] crescimento inteligente (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade

digital); [2] crescimento sustentável (tornar a nosso aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade); [3] crescimento inclusivo (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza)."¹³ Dito de outra forma, a Estratégia Europa 2020 constitui uma visão para a economia social de mercado da Europa para a próxima década e baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente: um crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; um crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva; e um crescimento inclusivo, promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial. Especificamente na educação, o objetivo prevê melhorar os níveis de educação, particularmente através da redução do abandono escolar para menos de 10% e que pelo menos 40% de adultos entre os 30 e 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente, até 2020.

Os objetivos assumem diferentes configurações conforme as realidades dos estados-membros; no caso de Portugal, os objetivos até 2020 são: [1] assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos; [2] investir entre 2.7 e 3.3.% do PIB da UE em I&D; [3] redução de emissão de CO2 em 1%; energias renováveis 31% e redução de consumo de energia 6.00 Mtoe; [4] reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma de educação terciária; [5] reduzir o risco de pobreza social ou de exclusão em 200,000 pessoas.

¹⁰<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/>

¹¹No contexto destes grandes objetivos os Estados-membros deverão estabelecer as suas próprias metas, a definir no quadro de Programas de Reforma Nacionais. Os progressos para alcançar estes fins serão avaliados em função de cinco objetivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão traduzir em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida: [1] assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos; [2] investir pelo menos 3% do PIB da UE em I&D; [3] cumprir os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20»; [4] reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma do ensino superior; [5] tirar 20 milhões de pessoas da pobreza.

¹² Cf. http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/targets_en.pdf

As sete¹³ iniciativas emblemáticas da União Europeia visam implementar a Estratégia Europa 2020 sendo que, em matéria de educação, destacamos a “Juventude em movimento” e “Agenda para novas qualificações e novos empregos”.

De forma semelhante, foram estabelecidas dez¹⁴ orientações integradas, das quais (pela relevância na área da educação) escolhemos relevar duas: 8. Desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, e promover a aprendizagem ao longo da vida. 9. Melhorar a qualidade e o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior ou equivalente. Sob o mote Apoiar o crescimento e o emprego – Uma agenda para a modernização dos sistemas de ensino superior da Europa, o documento da Comissão Europeia afirma:

“Não obstante as dificuldades em matéria de emprego resultantes da crise económica, o ensino superior constitui uma boa opção. Contudo, o potencial das instituições de ensino superior em termos de pleno contributo para a sociedade e a prosperidade da Europa continua por explorar; a competição mundial pelo conhecimento e o talento já não é ditada pela Europa, face ao rápido aumento do investimento das economias emergentes no ensino superior. Apesar de 35 % de todos os postos de trabalho na UE exigirem qualificações elevadas em 2020, apenas 26 % da mão-de-obra dispõe atualmente de um diploma de ensino superior. A UE também continua atrasada em termos de percentagem de investigadores na mão-de-obra total: 6 em cada 100, em comparação com 9 nos EUA e 11 no Japão. A economia do conhecimento precisa de pessoas com a combinação certa de competências: competências transversais, competências eletrónicas para a era digital, criatividade e flexibilidade, e um conhecimento sólido do domínio escolhido (ciências, tecnologias, engenharia, matemática, etc.). Mas os empregadores públicos e privados, incluindo nos setores de investigação intensiva, queixam-se cada vez mais do desajustamento e dificuldade em

encontrar as pessoas certas para as suas necessidades em evolução.”¹⁵

Em contraponto, as instituições de ensino superior parecem procurar muitas vezes competir em demasiadas áreas, embora relativamente poucas garantam um nível de excelência em todas as áreas ensinadas.

“apenas um número demasiado reduzido de instituições europeias de ensino é hoje considerado excelente a nível internacional pelos atuais rankings mundiais das universidades. Por exemplo, apenas cerca de 200 das 4000 instituições de ensino superior da Europa estão incluídas no top 500, e apenas 3 no top 20, de acordo com a mais recente classificação mundial das universidades (Academic Ranking of World Universities). Não se verificaram verdadeiros progressos nos últimos anos. Não existe um modelo único de excelência: a Europa precisa de uma grande diversidade de instituições de ensino superior e cada uma deve procurar atingir essa excelência de acordo com a sua missão e as suas prioridades estratégicas. Através de uma informação mais transparente sobre o perfil específico e o desempenho de cada instituição, será mais fácil para os decisores políticos desenvolverem estratégias eficazes de ensino superior e para as instituições explorarem os seus pontos fortes.”¹⁶

Para maximizar o contributo dos sistemas de ensino, é identificada a necessidade de desenvolvimento em alguns domínios-chave: “aumentar a quantidade de graduados do ensino superior em todos os níveis; melhorar a qualidade e importância do desenvolvimento do capital humano no ensino superior; criar mecanismos de governação e financiamento eficazes que promovam a excelência e reforçar o triângulo do conhecimento entre a educação, a investigação e as empresas. Além disso, a mobilidade internacional dos estudantes, investigadores e pessoal, bem como a crescente

internacionalização do ensino superior, têm um forte impacto na qualidade e afetam cada uma

destes domínios essenciais.” Conjugando o impacto do envelhecimento demográfico e a redução do número de jovens a ingressar no ensino superior, é mandatário melhorar os resultados escolares, reduzir o abandono escolar e preparar mais investigadores, ter mais doutorados (“uma mão-de-obra com mais competências de investigação”). Aqui se relaciona a Estratégia Europa 2020 com os quadros nacionais de qualificações (em articulação com o Quadro Europeu de Qualificações).

O Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ) “é um quadro europeu de referência comum que permite fazer

corresponder os sistemas de qualificações de vários países, funcionando como um dispositivo de conversão de modo a tornar as qualificações mais claras e compreensíveis entre diferentes países e sistemas na Europa. Tem dois objetivos principais: promover a mobilidade dos cidadãos entre países e facilitar a sua aprendizagem ao longo da vida.”¹⁷ Os oito níveis de qualificação abrangem desde o nível 1, certificado de conclusão do ensino básico, ao nível 8, correspondente a doutoramento, estando descritos em termos de resultados de aprendizagem¹⁸. A Recomendação¹⁹ entrou formalmente em vigor em Abril de 2008, fixando o ano de 2010 como a data recomendada até à qual os países deveriam

¹³ As sete iniciativas são: União da inovação para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços que criam crescimento e postos de trabalho. De onde “recenter a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre ciência e mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas”. Juventude em movimento para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. De onde, “reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada”. Agenda digital para a Europa para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e as empresas possam tirar partido de um mercado único digital. De onde, “retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade”. Uma Europa eficiente em termos de recursos destinada a contribuir para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, assegurar a transição para uma economia hipocarbónica, aumentar a utilização das fontes de energia renováveis, modernizar o nosso setor dos transportes e promover a eficiência energética. De onde, “A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020”. Uma política industrial para a era de globalização para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial forte e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial. Agenda para novas qualificações e novos empregos para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores. Plataforma europeia contra a pobreza para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.

¹⁴ As primeiras 6 Orientações (Parte I) integram as Orientações Gerais das Políticas Económicas dos Estados-membros e da União para a implementação da Estratégia Europa 2020, que foram aprovadas sob a forma de Recomendação, em 13 de julho de 2010, pelo ECOFIN. 1. Assegurar a qualidade e a sustentabilidade das finanças públicas. 2. Corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. 3. Reduzir os desequilíbrios na área do euro. 4. Otimizar o apoio à I&D e à inovação, reforçar o triângulo do conhecimento e libertar o potencial da economia digital. 5. Melhorar e eficiência em termos de recursos e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. 6. Melhorar o enquadramento para as empresas e os consumidores e modernizar a base industrial a fim de assegurar o pleno funcionamento do mercado interno. As restantes 4 Orientações (Parte II) integram as Orientações para as Políticas do Emprego dos Estados-membros para a implementação da Estratégia Europa 2020, que deverão ser aprovadas sob a forma de Decisão, em 21 de outubro de 2010, pelo EPSCO, depois de consulta ao Parlamento Europeu. 7. Aumentar a participação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho, reduzir o desemprego estrutural e fomentar o emprego de qualidade. 8. Desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, e promover a aprendizagem ao longo da vida. 9. Melhorar a qualidade e o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior ou equivalente. 10. Promover a inclusão social e combater a pobreza.

¹⁶ Idem, p.3

referenciar os respetivos sistemas nacionais de qualificação e o QEQ, devendo assegurar que, em 2012, os certificados de qualificações individuais contenham uma referência ao nível correspondente do QEQ. Dos instrumentos decorrentes, releva-se: Quadro Nacional de Qualificações, a referência explícita em Certificados de qualificações, diplomas e documentos "Europass", a aplicação dos princípios de garantia da qualidade e a designação de pontos de coordenação nacionais. Em Portugal²⁰, o Quadro Nacional de Qualificações entrou em vigor a 1 de Outubro de 2010. Uma das premissas de base é o "reconhecimento dos resultados de aprendizagem, o que reflete uma mudança importante na forma de conceptualização e descrição das qualificações, ao permitir compará-las de acordo com as competências a que correspondem e não com os métodos ou vias de ensino e formação pelos quais foram adquiridas. Porque se valoriza por igual as competências obtidas por vias formais, não formais e informais, é necessário estabelecer um quadro que compare essas competências, independentemente do modo como foram adquiridas."²¹ O Quadro Nacional de Qualificações "abrange o ensino básico, secundário e superior, a formação profissional e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências obtidas por vias não formais e informais desenvolvidos no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações"²². Estrutura-se em oito níveis de qualificação, definidos por um conjunto de descritores que especificam os resultados de aprendizagem correspondentes às qualificações dos diferentes níveis. A Agência Nacional para a Qualificação (ANQ)

fez entrar em vigor o Catálogo Nacional de Qualificações²⁸ com referenciais de qualificação baseados em competências, focalizados nos resultados e estruturados em unidades de competências certificáveis de forma autónoma e capitalizáveis para uma ou mais qualificações. Emerge claramente o desafio de analisar os acessos ao ensino superior, a partir de todos os níveis secundários de formação.

Na senda de melhorar o ensino superior, entende-se necessário envolver os empregadores e instituições do mercado de trabalho na conceção e execução dos programas e, também, um maior acompanhamento, por parte das instituições de ensino, dos percursos profissionais dos seus antigos estudantes, revertendo para melhorar a relevância dos programas. Importa desenvolver e incentivar maior variedade de formas de aprendizagem e explorar o potencial das TIC. "Os ministros do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) acordaram em duplicar a percentagem de estudantes que podem efetuar parte dos estudos ou formação no estrangeiro para 20%, até 2020."²⁹ O que requer redução de obstáculos ao reconhecimento das qualificações académicas obtidas no estrangeiro – e re-significa a proposta do Registo Europeu dos Organismos de Garantia da Qualidade.

Convém ter em conta que a paisagem do ensino superior europeu "tem mais de quatrocentas instituições, todas operando nos enquadramentos legais e administrativos dos seus países ou regiões"³⁰. A diversidade institucional pode ser considerada uma das

forças-chave da educação terciária na Europa. E todos são chamados³¹, das formas diversas como se organizam, a ir ao encontro em maior amplitude das necessidades dos estudantes, responder às necessidades do mercado de trabalho, ser mais eficaz e ser mais inovador. Com a Declaração de Bolonha (1999), 29 países europeus acordaram em estabelecer uma Área do Ensino Superior Europeu, atrativa e coerente. Estendido a 47 países, o processo esteve na base de reformas estruturais e colocou os sistemas de educação terciária mais capazes de comunicar entre si: com uma estrutura de três ciclos, a generalização

do sistema de créditos ECTS e do Suplemento ao Diploma, Quadros Nacionais de Qualificações comparáveis com o Quadro Europeu. Adicionalmente a estas mudanças estruturais, a dimensão social foi-se alterando: acesso de grupos antes não representados e desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida. Outra das preocupações diz respeito a melhorar a governação e o financiamento dos sistemas de ensino superior, reconhecendo-se que, não obstante variável entre os estados-membros,

Níveis	Qualificações
1	2.º ciclo do ensino básico
2	3.º ciclo do ensino básico obtido no ensino regular ou por percursos de dupla certificação.
3	Ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior.
4	Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional – mínimo de seis meses.
5	Qualificação de nível pós-secundário não superior com créditos para o prosseguimento de estudos de nível superior. ²³
6	Licenciatura ²⁴
7	Mestrado ²⁵
8	Doutoramento ²⁶

Quadro 27 – Quadro Nacional de Qualificações²⁷

¹⁷ COMISSÃO EUROPEIA EDUCAÇÃO E CULTURA - Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ). Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009. ISBN 978-92-79-08487-4. http://ec.europa.eu/education/pub/pdf/general/eqf/broch_pt.pdf

¹⁸ "De acordo com o QEQ, um resultado de aprendizagem e definido como o enunciado do que um aprendente conhece, compreende e é capaz de fazer aquando da conclusão de um processo de aprendizagem. Desta forma, o QEQ centra-se nos resultados de aprendizagem em vez de se centrar em elementos do respetivo processo, como por exemplo, a duração do estudo. Os resultados de aprendizagem são especificados em três categorias – conhecimentos, aptidões e competência. Tal significa que as qualificações, em diferentes combinações, englobam um vasto âmbito de resultados de aprendizagem, incluindo conhecimentos teóricos, aptidões práticas e técnicas e competências sociais, nas quais a capacidade de trabalhar com os outros será crucial." Idem, p. 4

¹⁹ RECOMENDAÇÃO 2008/C111/01/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 23 de abril de 2008 relativa a instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida. http://ec.europa.eu/education/pub/pdf/general/eqf/broch_pt.pdf

²⁰ Cf. THE FRAMEWORK FOR HIGHER EDUCATION QUALIFICATIONS IN PORTUGAL – FHEQPortugal. Novembro 2010. Disponível em: http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/90DBE647-5CB6-4846-B88F-101180D9E425/4933/FHEQPortugal_22Nov_2010.pdf

²¹ Portaria n.º 782/2009 de 23 de julho. Preâmbulo.

²² Idem, artigo 3.º.

²³ Corresponde aos cursos de especialização tecnológica regulados pelo Decreto – Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.

²⁴ Corresponde ao 1.º ciclo de estudos Cf. artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto – Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho

²⁵ Corresponde ao segundo ciclo de estudos Cf. artigo 15.º do Decreto – Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto – Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

²⁶ Corresponde ao terceiro ciclo de estudos do Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior Cf. especialmente o artigo 28.º do Decreto – Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto – Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

²⁷ Idem, anexo II

²⁸ "O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) é um instrumento de gestão estratégica de qualificações de nível não superior que integra o Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007 de 31 de dezembro). Este instrumento, disponível no site www.catalogo.anq.gov.pt integra, nesta fase, 247 qualificações profissionais que abrangem 39 áreas de educação e formação. O Catálogo Nacional de Qualificações organiza-se por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005, de 16 de março), e define para cada qualificação os respetivos referenciais: Perfil Profissional, Referencial de Formação, Referencial de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (componente de base e tecnológica)." <http://www.anq.gov.pt>

²⁹ Apoiar o crescimento e o emprego – Uma agenda para a modernização dos sistemas de ensino superior da Europa, Idem, p.8

³⁰ http://ec.europa.eu/education/higher-education/doc/wp0911_en.pdf, p.4-5

³¹ "In comparison to more homogenous systems, diversified higher education systems are argued to: (1) Meet a wider range of student needs : a more diversified system is better able to offer access to higher education to students with different educational backgrounds, with a positive influence on overall levels of access and on social mobility; (2) Respond better to labour market needs : institutional diversity makes it easier to meet the requirements of a changing labour market, with an increasing variety of specialisations; (3) Be more effective : diversity favours institutional specialisation, which allows higher education institutions to focus their attention and energy on what they do best; (4) Be more innovative : diversity offers greater possibilities for exploring new approaches, without the need for all institutions to implement changes at the same time, reducing risks and favouring mutual learning. Differences between higher education systems are also important. National and regional systems serve the needs of their own populations, societies and economies. There can be no "one size fits all" for the most appropriate mix of institutional types and forms. Those responsible for defining the legal and administrative frameworks for higher education across Europe face the challenge of creating the conditions for the most appropriate institutional mix for their specific requirements. But to do this, it is first important to understand the existing diversity that exists within and between individual systems." http://ec.europa.eu/education/highereducation/doc/wp0911_en.pdf

“o investimento total no ensino superior na Europa é demasiado limitado: 1,3 % do PIB, em média, face a 2,7 % nos EUA e 1,5 % no Japão. A atual pressão em matéria de consolidação fiscal levou inevitavelmente os Estados-Membros a avaliar a eficácia dos seus investimentos públicos na educação e na investigação: se alguns reduziram a despesa, outros dispõem agora de um orçamento maior por reconhecerem o potencial da despesa nestes domínios em termos de crescimento. O investimento público deve continuar a ser a base de um ensino superior sustentável. Mas o nível de financiamento necessário para sustentar e desenvolver sistemas de ensino superior de elevada qualidade exigirá fontes de financiamento adicionais, públicas ou privadas.”³²

O documento refere que os Estados-Membros procuram diversificar as fontes de financiamento, utilizando o investimento público para acionar fundos de outras fontes e recorrer largamente ao financiamento privado; a utilização das propinas tem-se generalizado, sobretudo a nível dos estudos de mestrado e pós-mestrado – e será importante monitorizar e avaliar a eficácia e o impacto destes desenvolvimentos, incluindo para os estudantes de meios socioeconómicos mais desfavorecidos, e sobre a equidade e a mobilidade. Mais sugere incentivar as instituições a modernizar a sua gestão de recursos humanos e obter a distinção «HR Excellence in Research», e a aplicar as recomendações do Grupo de Helsínquia «As Mulheres e a Ciência».

No Documento de Estratégia Orçamental 2011 – 2015 (Portugal), afirma-se que **“a Educação e a Ciência são áreas que determinam, de forma indelével, o futuro coletivo do nosso País. No que diz respeito à Educação, Portugal enfrenta como principais desafios a necessidade de garantir uma melhoria significativa da aprendizagem, a elevação dos níveis de qualificação dos jovens e de adultos e o combate ao abandono escolar precoce. Em termos de estratégia do Governo, a resposta a estes desafios far-se-á por via do desenvolvimento e consolidação de uma cultura de avaliação, de uma profunda reorganização curricular e administrativa e da reavaliação das ofertas formativas para jovens e adultos. As medidas apresentadas têm por denominador comum o objetivo de melhorar a qualidade das aprendizagens e de elevar os níveis de qualificação num contexto, como o atual, em que se revela fundamental gerir de forma melhor e mais eficiente os recursos existentes, eliminando desperdícios e utilizando as capacidades instaladas, evitando duplicações.”**³³ (...)”

Na mesma linha, a Comissão Europeia prevê que “No que diz respeito ao financiamento, o Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020 representará uma oportunidade para garantir que os instrumentos e políticas da UE (sobretudo nos domínios da educação, investigação, emprego, empreendedorismo, migração e coesão) operem em conjunto de forma eficaz para apoiar a modernização do ensino superior. Através de uma maior concentração da despesa da UE nas prioridades da estratégia «Europa 2020» e nos principais motores do crescimento e emprego, a Comissão propõe um aumento substancial dos orçamentos dos programas nos domínios da educação e investigação.” Voltando às metas previstas, na Estratégia 2020, Portugal situa-se entre os sete estados que têm metas nacionais ao nível da meta europeia (portanto, 40%).

No que se refere à mobilidade, alguns fluxos de mobilidade poderão constituir um desafio para os sistemas de ensino – “Os programas de mobilidade da UE, como o Erasmus e o Erasmus Mundos, conseguiram gerar efeitos positivos de grande impacto para os indivíduos e as instituições. Três milhões de estudantes terão beneficiado do atual programa Erasmus até 2013 e as oportunidades de mobilidade oferecidas aos professores e outro pessoal educativo também têm vindo a aumentar.”³⁴

A Comissão está a desenvolver um «painel de avaliação da mobilidade» para aferir os progressos alcançados na eliminação dos obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem na UE. A mobilidade dos investigadores será facilitada pelo Quadro Europeu das Carreiras de Investigação, uma nova ferramenta que garantirá uma maior transparência e que será integrada no portal do emprego EURAXESS. A Comissão proporá, ainda, um regime de mobilidade³⁵ a nível do mestrado no âmbito do programa Erasmus (Erasmus Masters Degree Mobility Scheme)³⁶ através de um instrumento de garantia para os empréstimos a estudantes, que deverá estar operacional a partir de 2014, a fim de promover a mobilidade, a excelência e o acesso a um financiamento mais abordável. Em 2012 foi apresentado o novo quadro do Espaço Europeu de Investigação e um programa de doutoramentos industriais europeus e escolas doutorais, com o objetivo de promover a inovação na formação destinada aos investigadores do futuro. O novo programa «Horizonte 2020» abrangerá todos os financiamentos relevantes da UE atualmente concedidos nos domínios da investigação e inovação no âmbito 7:³⁷ Programa-Quadro de

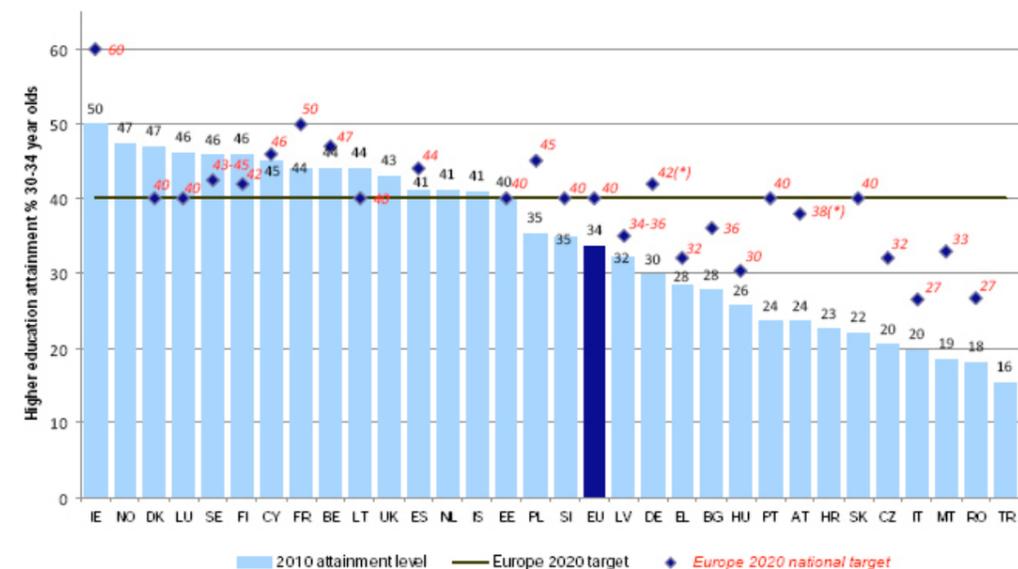


Figura 6 – Tertiary education attainment: 2010 levels and national targets Fonte: Eurostat, EU Labour Force Survey

Investigação, do Programa para a Competitividade e Inovação e outras iniciativas da UE ligadas à inovação, como o IET – “garantirá um elevado grau de coordenação das políticas e maximizará as sinergias entre as iniciativas, e proporcionará instrumentos de financiamento mais simples e eficientes que cobrirão todo o ciclo da inovação”.

Uma das iniciativas da UE a que importa prestar atenção é a da «Juventude em Movimento», no que se refere à dimensão do ensino superior. Na Europa, os jovens representam um quinto da população, cerca de 100 milhões; enfrentam um desemprego na ordem dos 21%. Atualmente, 14,4% da população com 18-24 anos de idade na UE não concluíram o ensino secundário, nem frequentam nenhum programa de ensino ou formação complementar. À meta de reduzir a saída escolar precoce para 10%, adiciona-se a

necessidade de melhores resultados em literacia – a Europa tem de conseguir melhores resultados em literacia: 24,1% dos jovens com 15 anos de idade revelam um fraco desempenho na leitura e esta percentagem tem vindo a aumentar nos últimos anos.

A implementação de estratégias nacionais para a aprendizagem ao longo da vida continua a ser um desafio para muitos Estados-Membros, incluindo a introdução de percursos de aprendizagem mais flexíveis que permitam uma maior mobilidade das pessoas entre níveis de ensino diferentes e uma maior captação de aprendentes não tradicionais. “Em 2020, estima-se que 35% dos empregos exijam qualificações elevadas, associadas a uma boa capacidade de adaptação e inovação, face a 29% hoje. Isto significa mais 15 milhões de empregos que exigirão um elevado nível de qualificações.”³⁷

³² Apoiar o crescimento e o emprego – Uma agenda para a modernização dos sistemas de ensino superior da Europa, http://ec.europa.eu/education/pub/pdf/higher/modernisation_pt.pdf, p.11

³³ <http://www.min-financas.pt/informacao-economica/informacao-economica-diversa/documento-de-estrategia-orcamental-2011-2015>, p.52-53

³⁴ Comunicação: Estratégia da UE para modernizar o ensino superior: http://ec.europa.eu/education/higher-education/doc/com0911_en.pdf

³⁵ Acordado no âmbito da Recomendação do Conselho sobre a mobilidade dos jovens para fins de aprendizagem, 28 de junho de 2011.

³⁶ O Erasmus apoia a mobilidade de créditos e não uma mobilidade total, ao passo que o Erasmus Mundos apoia unicamente a mobilidade de estudantes que frequentam programas específicos do Mestrado Erasmus Mundos.

³⁷ Juventude em Movimento. Uma iniciativa para explorar o potencial dos jovens e garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na União Europeia. http://juventude.gov.pt/Eventos/EmpregoEmpreendedorismo/Documents/20100915_comunicacao-juventude-em-movimento.pdf

Constituindo-se como programaquadro, propõe ações prioritárias dentro do sistema de aprendizagem ao longo da vida, incluindo promover a realização de aprendizados e estágios de elevada qualidade, enquanto experiências de aprendizagem no local de trabalho que facilitam a integração no mercado de trabalho; reforço da dimensão internacional; promover e validar as aprendizagens não formais e informais, com vista a intensificar a ação desenvolvida pelos Estados-Membros para promover o reconhecimento das competências adquiridas através deste tipo de aprendizagens. De certa forma, tem-se extensão e aprofundamento do Livro Verde sobre a Mobilidade para fins de Aprendizagem³⁸.

Retome-se um dos aspetos do Relatório da OCDE – a equipa apontou uma caracterização³⁹ e a necessidade social e nacional de “formar licenciados empregáveis com conhecimentos práticos, fundamentados por capacidades analíticas e de resolução de problemas”⁴⁰ tal como se entende que os dois subsistemas tenham “uma igual dignidade e exigência, mas com diferentes vocações”⁴¹. Em 2011, sob a tónica da Modernização e empregabilidade no cerne da nova estratégia de reforma do ensino superior a Comissão Europeia apresentou uma estratégia “destinada a aumentar o número de licenciados, melhorar a qualidade do ensino e maximizar o contributo do ensino superior para que a economia da UE renasça mais forte da crise.” Os domínios prioritários em que são necessárias futuras reformas incluem: [1] Aumentar o número de licenciados, atraindo uma camada mais alargada da sociedade para o ensino superior e reduzir o número de estudantes que abandonam os seus cursos sem os terminar; [2] Melhorar a qualidade e a pertinência do ensino superior, de modo a que os currículos satisfaçam as necessidades das pessoas, do mercado de trabalho e das carreiras do futuro, bem como estimular e recompensar a excelência em matéria de ensino e de investigação.

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), A3ES foi instituída pelo Estado, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, tendo em vista a promoção e garantia da qualidade do ensino superior, no seguimento de anterior legislação sobre a matéria e designadamente da publicação da Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto, que aprovou o novo regime jurídico da qualidade do ensino superior. A Agência iniciou a

sua atividade em 2009 e a partir de 2012 iniciou-se o primeiro período regular de acreditação de todos os ciclos de estudos a que se seguirá a auditoria dos sistemas internos de garantia da qualidade das instituições.

São, entre outras, funções da A3ES: a definição e garantia dos padrões de qualidade do sistema; a avaliação e acreditação de ciclos de estudos e instituições de ensino superior; a divulgação pública dos resultados da avaliação e acreditação; a promoção da internacionalização do sistema de ensino superior português. O objetivo primordial da Agência é proporcionar a melhoria da qualidade do desempenho das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e garantir o cumprimento dos requisitos básicos do seu reconhecimento oficial. Estes objetivos são prosseguidos, através da avaliação e da acreditação de instituições e ciclos de estudos de ensino superior e, por meio destas da promoção de uma cultura institucional interna de garantia da qualidade.

Releve-se o conjunto de procedimentos⁴² para a acreditação de ciclos de estudo em funcionamento e de novos ciclos de estudo bem como as alterações nos tempos, etapas e processos associados.

Finalmente, alguma ênfase nas particularidades do ensino superior politécnico. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, posteriormente alterada, nalguns dos seus articulados pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, republicada e renumerada em anexo à última), estabeleceu o quadro geral do sistema educativo. A Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, estabeleceu o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES) pretende proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática com vista ao exercício de atividades profissionais.

O ESP atribui os graus de licenciado e mestre, sendo que, “o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza profissional”. O grau de doutor é conferido pelas instituições universitárias. No âmbito do ensino politécnico é concedido o título de especialista

– comprova a qualidade e especial relevância do currículo profissional numa determinada área. Ainda de acordo com o RJIES, o corpo docente das instituições de ensino politécnico deve satisfazer os seguintes requisitos: a) Preencher, para cada ciclo de estudos, os requisitos fixados, em lei especial, para a sua acreditação; b) Dispor, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, no mínimo de um detentor do título de especialista ou do grau de doutor por cada 30 estudantes; c) No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, pelo menos 15% devem ser doutores em regime de tempo integral e, para além destes, pelo menos 35% devem ser detentores do título de especialista, os quais poderão igualmente ser detentores do grau de doutor. A maioria dos docentes detentores do título de especialista deve desenvolver uma atividade profissional na área em que foi atribuído o título.

De acordo com a análise do CRUP, “Os institutos politécnicos públicos oferecem um total de 965 ciclos de estudos, com 35.512 vagas e registam, atualmente, cerca de 109 mil estudantes inscritos. O ponto forte dos institutos politécnicos públicos são as licenciaturas que, no caso dos estudantes, correspondem a mais de 88% do total de estudantes inscritos”⁴³. No documento identifica-se o elevado número de novos ciclos de estudos, em funcionamento pela primeira vez no ano letivo de 2010/11, pode corresponder a uma tendência para o crescimento dos mestrados.

“As áreas de ensino e formação de maior dimensão, em termos de estudantes inscritos, nos institutos politécnicos públicos são, por ordem decrescente, as Ciências Empresariais (cnaef 34), Engenharia e Técnicas Afins (cnaef 52), Saúde (cnaef 72), as Artes (cnaef 21) e os Serviços Pessoais (cnaef 81) as quais, em conjunto, concentram 72% dos estudantes de todo o segmento. (...) Nalgumas áreas de especialização (por exemplo, Engenharia e Técnicas afins – cnaef 52 e Saúde – cnaef 72) os institutos politécnicos concorrem com as universidades, na oferta formativa, enquanto que noutras áreas, com destaque para as artes, são as instituições mais relevantes do sistema. A participação das mulheres nos institutos politécnicos públicos é semelhante à das universidades públicas, havendo, em média, 47 homens por cada 100 estudantes dos institutos politécnicos públicos.”⁴⁴

No relatório do CCISP, Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector, é considerado o U-Map como ferramenta de análise, sendo que **“U-Map maps institutional diversity in the large and highly differentiated global higher education landscape. It does this by producing activity profiles for higher education institutions. By means of ‘sunburst charts’ U-Map provides a snapshot of the extent to which a higher education institution is active in six key dimensions of institutional activity. Institutional involvement in these activities is measured using a set of 29 indicators. U-Map’s on-line database and user interface allows users to select institutions to be compared and to explore the activity profiles in**

³⁸ O Livro Verde sobre a Mobilidade para fins de Aprendizagem (julho de 2009) lançou uma consulta pública sobre a melhor forma de superar os obstáculos à mobilidade e criar mais oportunidades de aprendizagem no estrangeiro. A consulta obteve mais de 3000 respostas, incluindo de administrações regionais e nacionais e de outras partes interessadas. As respostas revelam um desejo generalizado de reforçar a mobilidade para fins de aprendizagem nas várias componentes do sistema educativo (ensino superior, escolas, ensino e formação profissionais), mas igualmente no âmbito das aprendizagens não formais e informais, como o voluntariado. Simultaneamente, as respostas confirmam que continuam a existir muitos obstáculos à mobilidade.

³⁹ “os politécnicos em Portugal se afastaram do seu objetivo inicial. Não existe nada que diferencie o ensino nos politécnicos, apesar das afirmações retóricas do papel setorial e missão institucional. Quase todos os representantes dos politécnicos indicaram, no decorrer das discussões no âmbito desta revisão, que desejam que estes se convertam em universidades. Tendo em conta as provas disponíveis para a Equipa de Revisão, não pretendem trabalhar com a indústria. A sua abordagem curricular é primeiramente baseada no conteúdo e na teoria, à semelhança do ensino universitário. Os seus programas não fornecem uma suficiente experiência de trabalho e estágios. Facultam um reduzido ensino profissional e pequenos cursos de formação. Os politécnicos não estão a contribuir para melhorar as taxas de sucesso no ensino secundário. Estão também a negligenciar as ofertas pós-secundárias e técnicas que são necessárias para servir os estudantes que não se adaptam ao ensino académico e que já não fazem parte da educação portuguesa.” (Idem, p.54)

⁴⁰ Idem, p. 55

⁴¹ Lei 74/2006

⁴² <http://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/guioes-e-procedimentos>

⁴³ Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (2012) O sistema de ensino superior em Portugal, p. 137 (referente aos Institutos Superiores Politécnicos)

⁴⁴ Idem, p. 137-8

more depth. The diversity of each institution's activity is pictured in its sunburst chart, with six colours representing the six dimensions of U-Map. Each 'ray' represents an indicator – the length of the ray indicating the extent to which the institution is engaged in this activity. U-Map's indicators and dimensions have been tested for validity, reliability and feasibility through a detailed process of stakeholder consultations and a pilot test of the U-Map prototype involving 70 institutions which confirmed that these

indicators work and are able to capture the essence of what institutions actually do.”⁴⁵

O mapa aponta a representação do peso dos indicadores em seis dimensões – “ensino-aprendizagem”, “envolvimento em investigação” e “transferência de conhecimento”, que refletem as funções nucleares das instituições de ensino superior. As dimensões “orientação internacional” e “envolvimento regional” dizem respeito a funções dirigidas a públicos

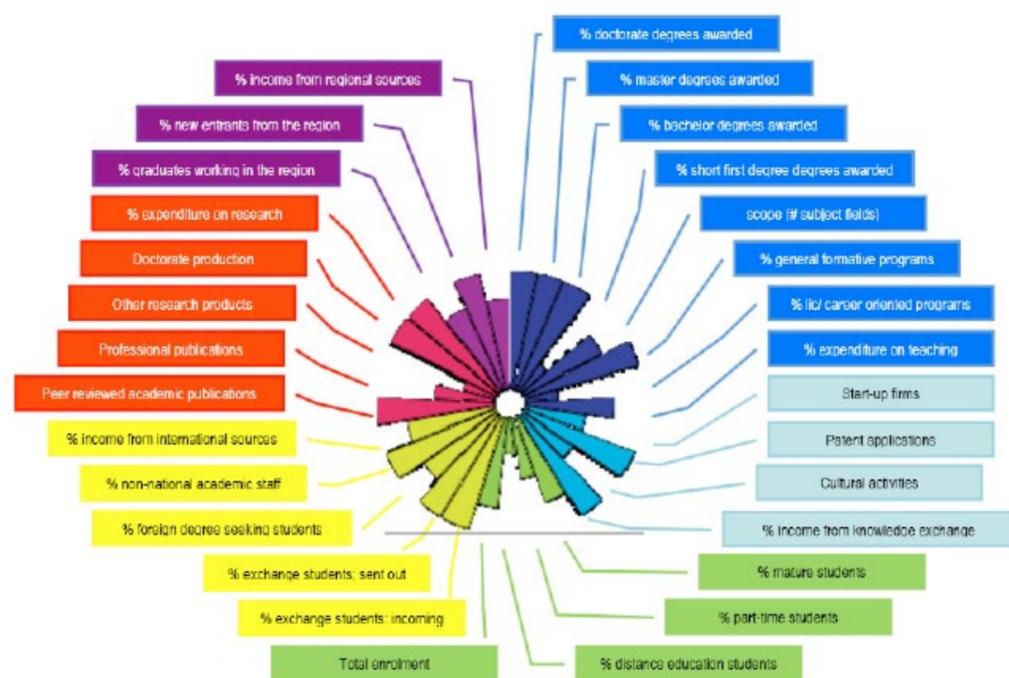


Figura 7 – Indicadores das 6 dimensões da atividade das instituições do ensino superior Fonte: Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector (CCISP)



Politécnico de Setúbal

regionais e internacionais; a sexta dimensão é “perfil dos estudantes”.

Esta representação⁴⁶ geral é materializada, no Relatório do CCISP para várias instituições de ensino superior do subsistema politécnico.

Na representação do U-Map do IPS: visualiza-se,

Figura 8 – Representação do U-Map do IPS Fonte: Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector (CCISP)

por exemplo, menor desenvolvimento na dimensão “envolvimento em investigação” e maior expressão dos indicadores da dimensão “envolvimento regional”.

Em setembro de 2015, a Comissão Europeia lançou «A Modernização do Ensino Superior na Europa: Acesso, Retenção e Empregabilidade 2014 », relatório que visou apoiar o desenvolvimento do programa da Comissão Europeia para a modernização do ensino superior na Europa, na sequência de um relatório de 2011 sobre o financiamento e a dimensão social do ensino superior. “Todos os países europeus que participaram neste relatório desenvolvem, de uma forma ou de outra, esforços no sentido de melhorar a empregabilidade dos diplomados do ensino superior. No entanto, as abordagens adotadas diferem”⁴⁷ (...) existem diferenças entre os países relativamente a um enfoque ora na procura ora na oferta do mercado de trabalho, países que assumem uma abordagem centrada no emprego e outros enfatizam a importância de equipar os estudantes com competências relevantes para o mercado de trabalho. “A maneira mais comum de promover a agenda da empregabilidade é através da garantia de qualidade”⁴⁸ e mecanismos importantes são tornar pública a informação relativa à empregabilidade e ligar os níveis de financiamento público ao desempenho em termos de empregabilidade. De entre as abordagens políticas adotadas releva-se a de “natureza regulatória: as autoridades educativas tornam simplesmente obrigatório para as instituições de ensino superior a implementação de certas práticas”⁴⁹ sendo frequente a atribuição de “incentivos financeiros a instituições de ensino superior para estabelecerem certas práticas institucionais. As autoridades podem, por exemplo, financiar projetos de cooperação entre universidades-empresas com o objetivo de aumentar o envolvimento dos empregadores nos programas de estudo do ensino superior .

“Mereceu particular atenção, neste relatório, o impacto das políticas e das práticas em grupos não tradicionais no ensino superior. Num estudo realizado pelo Euro-barómetro em Junho de 2015, “Public opinion on Future Innovations, Science and Technology”⁵⁰, que envolveu 16 países da UE entre os quais Portugal, foram recolhidas opiniões sobre inovações mas que não permitem individualizar Portugal. Recorremos, por isso, ao estudo divulgado em outubro de 2014, “Public Perceptions of Science, Research And Innovation”⁵¹, que tinha o objectivo específico de identificar as áreas prioritárias em que os cidadãos da União Europeia consideram que a investigação europeia se deve focar nos próximos 15 anos.

“É interessante verificar que, na caracterização que o inquérito começa por fazer dos 27910 respondentes dos 28 países, os portugueses surgem a meio da tabela no que diz respeito ao “estudo da Ciência e da Tecnologia”, com 53% dos inquiridos a declarar algum estudo destas matérias, quer na escola (45%) quer na universidade (11%), para uma média da União Europeia a 28 (UE28) de 56% (escola: 44%, universidade: 16 %) e para valores extremos de 78% (Estónia) e de 22% (República Checa e Eslováquia). (...) Os portugueses escolhem a Saúde e Cuidados Médicos como a área que deve constituir a prioridade número um da investigação, de entre um conjunto de treze tópicos que inclui ainda: Criação de Emprego, Educação e Competências, Proteção do Ambiente, Acesso e Qualidade da Alimentação, Fornecimento de Energia, Segurança das Cidades, Redução das Desigualdades, Combate às Alterações Climáticas, Adaptação da Sociedade a uma População Envelhecida, Proteção de Dados Pessoais, Qualidade da Habitação e, finalmente, Transportes e Infraestrutura de Transportes.

⁴⁵ CCISP (2013) Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector. A report for the Portuguese Polytechnics Coordinating Council, p. 36.

⁴⁶ <http://www.u-map.eu/portugal/PortugalReportDisseminationSeminar.pdf>. Para uma análise dos indicadores, ver <http://www.u-map.eu/UMap%20dimensions%20and%20indicators%20detail.pdf>

⁴⁷ Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2014. A Modernização do Ensino Superior na Europa: Acesso, Retenção e Empregabilidade 2014, Relatório Eurydice, Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia. p. 79 <http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/ModernizacaoEnsinoSuperiorEuropa.pdf>

⁴⁸ Idem, p. 80

⁴⁹ Idem, p.

⁵⁰ European Commission (2015) Public Opinion On Future Innovations, Science And Technology. Aggregate Report. June. Eurobarometer Qualitative Study 2015 http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/quali/ql_futureofscience_en.pdf

⁵¹ Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_419_en.pdf

Há outros nove países que colocam igualmente a Saúde como prioridade número um (Bélgica, República Checa, Estónia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Áustria, Eslováquia e Reino Unido) sendo que a Criação de Emprego é escolhida em primeiro lugar por 16 outros países e fica em primeiro lugar no conjunto da UE quando se considera não apenas a primeira escolha dos 28 países mas o conjunto de todas as prioridades selecionadas, que podem ir até um máximo de cinco. Em Portugal, mesmo quando se consideram todas as prioridades para a investigação (e não apenas a prioridade número um) a Saúde continua a figurar em primeiro lugar, com 61% de respondentes a incluí-la.⁵²

Assistimos, em 2015, à revisão dos Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area⁵³, divididos em três partes: garantia de qualidade interna, externa e agências de garantia da qualidade, pese embora que as três partes estão intrinsecamente interligadas e, em conjunto, formam a base do enquadramento europeu de garantia da qualidade.

Em Portugal, foi criado (em 2014) um novo tipo de formação superior curta não conferente de grau – os Cursos Técnicos Superiores Profissionais⁵⁴ (CTeSP). Estes ciclos de estudos são ministrados no Ensino Superior Politécnico, têm uma componente de formação geral e científica, uma componente de formação técnica e uma componente de formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de estágio. O objetivo foi introduzir uma oferta educativa de natureza profissional situada no nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida (com 120 ECTS), com uma forte inserção regional. Progressivamente, substituirão os cursos de especialização tecnológica (CET) que deixaram de se realizar em Instituições de Ensino Superior. Em janeiro de 2016, estavam registados 511 cursos em todo o país.

⁵² Granado, António; Malheiros, José Vitor (2015) Cultura científica em Portugal: ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

⁵³ Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG). (2015). Brussels, Belgium.

⁵⁴ Criados pelo Decreto-Lei 43/2014 de 18 de março.

⁵⁵ http://ec.europa.eu/research/fp7/pdf/fp7-factsheets_pt.pdf

⁵⁶ <http://ec.europa.eu/research/horizon2020>

1.1.2 Contexto Científico e Tecnológico

A tendência de globalização das atividades de produção e de I&D tem sido suportado pelo desenvolvimento de redes de I&D mais abertas e interligadas, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Neste âmbito, um elemento chave da estratégia do espaço de investigação europeu (European Research Area) é a sua componente inovadora ERANET (http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/#programas_redes) que tem desempenhado um papel fundamental em termos do estabelecimento da cooperação e coordenação das atividades de inovação, investigação e desenvolvimento, promovendo a aproximação das normas e procedimentos de financiamento dos projetos de I&D de forma que o lançamento de concursos transnacionais tenha o mesmo tipo de regras, reduzindo a fragmentação, isolamento e compartimentação de políticas nacionais de I&D.

Por seu turno, o 7º programa quadro da união europeia para investigação e desenvolvimento tecnológico⁵⁵ tem a continuidade assegurada através de um novo programa comunitário que decorrerá no período 2014–2020 e ao qual está adstrito um financiamento de 80 biliões de euros. Este programa⁵⁶, designado Horizonte 2020, promove essencialmente atividades de inovação e investigação que sirvam de estímulo ao desenvolvimento económico e promovam a empregabilidade. No âmbito deste programa, o financiamento dos projetos toma como estratégicas as seguintes áreas de investigação e inovação: saúde, bem-estar, mudanças demográficas, segurança alimentar, agricultura sustentável, ciências do mar, segurança, energias renováveis, sistema de transporte integrados sem poluição, mudanças climáticas, eficiência de recursos e matérias primas e sociedades inclusivas, inovadoras e seguras. É esperado que 35 % do orçamento deste programa seja aplicado em projetos relacionados com o clima e o ambiente.

Para além dos domínios de atuação subjacentes ao programa FP7 (2007–2013), o programa Horizonte 2020 conjuga iniciativas de investigação e inovação, foca desafios sociais multidisciplinares que afetam os cidadãos europeus e simplifica a participação de instituições de ensino superior, empresas e outras instituições de países não exclusivamente europeus. A nível nacional, as políticas no contexto científico e tecnológico têm reconhecido a necessidade de qualificar os portugueses e estimular a inovação e a modernização tecnológica por via a acelerar o atual processo de mudança do padrão de especialização da economia portuguesa, e desta forma criar as condições necessárias para a produção de bens e serviços diferenciados, apoiados em atividades de investigação e desenvolvimento e cada vez mais vocacionados para os mercados externos. O plano tecnológico nacional está fundamentalmente estruturado nos seguintes eixos de ação:

1. Conhecimento – Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação.

2. Tecnologia – Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas atividades de investigação e desenvolvimento (I&D).

3. Inovação – Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

Em consonância com estes eixos de ação, a autoridade de gestão do COMPETE⁵⁷ tem criado dinâmicas alinhadas para a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa no quadro de um desafio europeu e global e tem vindo a apoiar pólos de competitividade, tecnologia e “clusters”, em várias áreas de interesse estratégico, das quais se destacam

⁵⁷ <http://www.pofc.qren.pt/compete>

⁵⁸ <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19>

a saúde, a tecnologia da energia, com particular realce para as fontes de energia renováveis, o desenvolvimento de moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão, a tecnologia de indústrias de refinação, petroquímica e química, a energia do mar e o cluster habitat sustentável que visa desenvolver materiais e tecnologias que permitam novos desempenhos a nível energético e ambiental. A nível das políticas governamentais⁵⁸, existe o compromisso de manter e reforçar o rumo de sucesso da ciência que se tem registado em Portugal nos últimos anos, criando condições para o crescimento da nossa competitividade. Neste domínio, pretende-se estabelecer uma maior aproximação e complementaridade entre os objetivos da atividade de investigação de cariz académico e a sua aplicação no tecido produtivo, encorajando os investimentos privados na ciência e tecnologia e facilitando a transferência tecnológica dos conhecimentos gerados na investigação científica. Pretende-se assumir o cariz estratégico da inovação e desenvolvimento (I&D) junto das empresas em todos os setores e em estreita articulação com as instituições nacionais relevantes para o tema; atrair capital de risco (inicial e de desenvolvimento) junto de instituições nacionais e internacionais. A este nível a FCT tem tido uma participação ativa em diversos projetos a nível transnacional (ERA-NETS) nas áreas de Ciências Exatas e Engenharia, Ciências da Vida e da Saúde, Ciências Naturais e do Ambiente e Ciências Sociais e Humanidades, de onde se destacam:

- A nível das Ciências Exatas e de Engenharia as áreas de Biotecnologia Industrial (ERA-IB-2), Biotecnologia Marinha (ERA-MBT), Matérias-primas não-energéticas (ERA-MIN), novas tecnologias ligadas à energia eólica (ERA-NET PLUS NEWA), biologia sintética (ERASynBio), nanomedicina (EuroNanoMed2), tecnologias futuras e emergentes (FLAG-ERA), nanotecnologias, materiais e tecnologias de produção (INCOMERA), indústria transformadora (MANUNET 2), materiais (MERA. NET), energia dos oceanos (OCEANERA-NET) redes elétricas inteligentes (Smart Grids Plus (Redes) e nanosegurança (SIINN).

- A nível das Ciências da vida e da Saúde as áreas de doenças raras (ERARE2), VIH/Sida (HIVERA), microrganismos patogénicos humanos (Infect-ERA),

doenças relacionadas com as neurociências (NEURON II), evolução translacional do cancro (TRANSCAN) e nanosegurança (SIINN).

- A nível das Ciências Naturais e do Ambiente as áreas de Agricultura Mediterrânica (ARIMNET2), de biodiversidade (BiodivERsA2), pescas e aquacultura (COFASP), ciências das plantas (ERA-CAPS), matérias primas minerais (ERA-MIN), florestas mediterrânicas (FORESTERRA), património cultural (HERITAGE PLUS), energia dos oceanos (OCEANERA-NET) e nanosegurança (SIINN).

- A nível das Ciências Sociais e Humanidades as áreas de trabalho estão associadas aos programas NORFACE Plus e HERA Plus (Humanidades), respetivamente.

Recentemente, Portugal estabeleceu com a Comissão Europeia um Acordo de Parceria, denominado Portugal 2020, onde adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e definindo as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessários para promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Este crescimento pressupõe um conjunto de apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, promovendo as ligações internacionais do sistema nacional de I&I, assim como a transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas, centros de I&D e IES. Neste documento, muito embora se considere que nos últimos anos, o sistema nacional de I&I tenha evoluído num processo acelerado de convergência com a média da UE27, o sistema, como um todo, apresenta ainda uma forte fragmentação e dispersão, bem como alguns défices organizacionais, que têm penalizado os seus resultados, a projeção internacional e a eficácia na interação com o tecido económico. Para minimizar o impacto destas deficiências, são propostas as seguintes linhas orientadoras:

- a promoção do investimento de I&I nas empresas;
- o apoio à criação de redes e ao reforço de capacidades de investigação e inovação, através do financiamento de Programas Integrados Científicos e Tecnológicos de Interesse Estratégico, alinhados com as prioridades nacionais ou regionais associadas à competitividade do tecido empresarial e aos desafios societários mais relevantes;

- o reforço da articulação entre os vários atores do sistema nacional de I&I (e.g. empresas, universidades e outros centros de I&D, laboratórios do Estado, agências públicas, utilizadores), nomeadamente através do apoio a dinâmicas de clusterização e a atividades de interface e de transferência de conhecimento do setor público de investigação para as empresas;

- o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica, materializado no apoio à criação de empresas de alta tecnologia e/ou especializadas em atividades de elevado valor acrescentado por parte de investigadores competitivos e a projetos de valorização económica direta de resultados de I&D desenvolvidos em ambiente empresarial, universidades, incubadoras, parques tecnológicos ou outras infraestruturas de I&I, fomentando a sua mobilidade para o tecido empresarial;

- o estímulo à atração de cientistas e engenheiros altamente competitivos para as instituições de I&D e empresas nacionais, reforçando a sua competitividade no contexto internacional; – a promoção da mobilidade de jovens doutorandos e doutorados da academia e outras unidades de investigação para as empresas;

- o ajustamento das prioridades de I&I à diversidade de potencialidades, oportunidades e constrangimentos das diferentes regiões do país.

De uma forma sucinta, pretende-se que estas linhas orientadoras contribuam para que os objetivos de I&D estejam alinhados com os objetivos estratégicos do País e com os fatores que podem ditar o seu crescimento económico e social.

A nível regional, as atividades de I&D, têm sido, e serão condição preferencial para a captação de mais investimento quer nacional quer estrangeiro e poderão minimizar o número de deslocalizações de empresas, particularmente de multinacionais e, simultaneamente, criar mecanismos que promovam a deslocalização de infraestruturas tecnológicas da área metropolitana de Lisboa (AML) para a Península de Setúbal. Tomando como referência o PEDEPES (Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal), as componentes inovadoras do desenvolvimento regional estão centradas nas atividades relacionadas com a logística, com forte incorporação de inovação tecnológica e com o turismo. Neste sentido, no PEDEPES estão definidos seis projetos estratégicos que irão funcionar como

polos dinamizadores das atividades a desenvolver, nomeadamente:

- Península de Setúbal – Plataforma Industrial e Logística da AML;

- Península de Setúbal – Centro de Inovação Tecnológica;

- Produtos da terra e do mar;

- Península de Setúbal – Margem Esquerda da AML (que inclui essencialmente ações relacionadas com as acessibilidades, transportes e logística);

- Costa Azul – Destino Turístico;

Nas diferentes ações a implementar, pretende-se reforçar os serviços no âmbito dos estudos de viabilidade, projetos de diagnóstico e resolução de problemas concretos e criar condições facilitadoras da transferência de tecnologia, através de novas iniciativas empresariais de base tecnológica. Por outro lado, o PEDEPES reforça a necessidade de haver capacidade na Península de Setúbal de se fornecer serviços no âmbito dos estudos de viabilidade, projetos de diagnóstico e resolução de problemas concretos. Este tipo de perspetivas reforça a necessidade de complementar a I&D com outro tipo de atividades orientadas à prestação de serviços tecnológicos e resolução de problemas. Isso requer a existência de uma dinâmica própria e eficaz nas entidades que executam I&D, essencialmente as universidades, politécnicos e instituições privadas sem fins lucrativos da Península de Setúbal e da AML.

Ao nível do distrito de Setúbal, área privilegiada de atuação do IPS, tem-se registado dinâmicas de investimento e desenvolvimento suscetíveis de ações de I&D, designadamente as atividades relacionadas com o "cluster" automóvel, com a logística, com a aquacultura, com as pescas e ciências do mar, com o turismo, e com os alicerces necessários para consolidar o "cluster" aeronáutico que se encontra em fase de desenvolvimento. No tocante ao "cluster" aeronáutico, é de realçar as atividades desenvolvidas pela "Lauak Portuguesa" que fabrica componentes para as empresas aeronáuticas: "Airbus", "Embraer" e "Dassault" e que vai iniciar o fabrico da estrutura de uma aeronave ("Skylander"). Esta empresa integra atualmente 150 funcionários e prevê a criação de mais 60 postos de trabalho a

curto prazo.

Referir que desde 2008 o IIEP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) tem vindo a preparar as suas instalações, de Setúbal e Évora, para a formação de técnicos para o setor de fabrico aeronáutico dando particular atenção às áreas de fabrico de compósitos e estruturas metálicas. Sublinha-se ainda o envolvimento que a EST Setúbal tem tido nas atividades relacionadas com a aeronáutica tendo realizado projetos com a FAP (Força Aérea Portuguesa), OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), "Empordef" e "Lauak", para além das atividades de formação desenvolvidas no âmbito da sua Pós-Graduação em Tecnologia Aeronáutica. Em jeito de conclusão e no âmbito do contexto científico e tecnológico, pode-se referir que se por um lado com o apoio dos anteriores quadros comunitários construiu-se um vasto conjunto de infraestruturas científicas, tecnológicas e de apoio à inovação, falta, no essencial, uma maior interligação e articulação de todo esse sistema e, particularmente, uma maior cooperação entre os atores relevantes, nomeadamente, entre os laboratórios públicos de I&D, os centros de investigação, os estabelecimentos do ensino superior, as empresas e as associações empresariais nacionais ou internacionais.

1.1.3 Contexto Económico

A situação económica é um dos fatores exógenos que tem uma ação indireta sobre a atividade do ensino superior, que se reflete ao nível orçamental do Estado – podendo afetar as verbas destinadas às respetivas instituições públicas – ao nível do investimento na atividade económica e social – que promove a criação de empregos, o desenvolvimento de novos projetos e a procura de desenvolvimento e novas qualificações – e do poder de compra – que promove uma maior ou menor disponibilidade para a procura da oferta formativa ao nível do ensino superior.

Portugal encontrou-se recentemente sob um programa de assistência financeira enquadrada pelo Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (a designada "Troika"), cujo processo de ajustamento da economia portuguesa conduziu, necessariamente, a uma situação de recessão económica em 2012 e 2013, com sinais tímidos de crescimento a partir de 2014, que tem obrigado o Estado a uma forte redução das despesas e com repercussão no aumento do

desemprego e na redução do rendimento disponível das famílias. Perspetiva-se, assim, que apesar das projeções de reduzido crescimento para os próximos anos, manter-se uma menor capacidade de pagamento das propinas, o que poderá originar menor procura nos cursos de pós-graduação e um aumento do nível de incumprimento no pagamento das propinas de 1º e 2º ciclos.

Por outro lado, as reduções estruturais da despesa pública, condicionaram o investimento ao nível do ensino superior, obrigando a redução dos custos de estrutura (funcionamento) e algumas rubricas de investimento e que se traduziram em transferências mais reduzidas para o Ensino Superior e também para a ação social, especialmente através da alteração das regras técnicas, que diminuíram o número de bolseiros.

Ao nível das taxas de juro, que afetam, também, níveis de investimento e de consumo, com a participação na união monetária, a economia portuguesa passou a beneficiar de um regime de taxas de juro mais baixas e menos voláteis. Se bem que por decisão do Conselho do BCE, a partir de 2005 se tenha registado aumentos sucessivos das taxas mínimas aplicáveis às operações principais de refinanciamento, atingindo cerca 3,8% em 2007, a partir de 2011 as taxas de juro oficiais têm vindo a situar-se em níveis historicamente baixos, encontrando-se atualmente numa taxa de 0,05%, não se prevendo a curto prazo subidas das taxas de juro diretas face à expectativa de crescimento baixo na zona euro a médio prazo e de inflação moderada.

Ao nível dos fundos de coesão, que constitui uma forte alavanca ao desenvolvimento económico e social, o anterior plano de apoio designado por Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013, já se encontra quase esgotado e consequentemente, muito limitado na sua contribuição para o apoio a novas medidas de desenvolvimento. Todavia, para o período de 2014 a 2020, estão já estabelecidos apoios a Portugal no âmbito da política de coesão, designadamente, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão, bem como os fundos relativos ao desenvolvimento rural - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) – e de apoio ao setor marítimo e das

pescas - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). A área de influência do IPS, sobretudo ao nível de captação de estudantes, corresponde, naturalmente, ao espaço territorial do Distrito de Setúbal, constituído por um conjunto de treze concelhos (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines), que se encontra demarcado pela Península de Setúbal (metade Norte do Distrito) e pelo Litoral Alentejano (metade Sul do Distrito).⁵⁹

Em termos genéricos, todo o Distrito é caracterizado pela existência de atividades e estruturas muito diversificadas (agricultura, pescas, indústria transformadora, construção, comércio, serviços, saúde, educação, cultura, recreio, lazer, administração pública), verificando-se, contudo, numa análise dinâmica do número de empresas entre 2009 e 2013, que em todos os concelhos da Península de Setúbal, se registou uma redução significativa do nº de empresas, superior à média nacional e que somente os concelhos de Palmela e Alcochete apresentaram valores inferiores aos registados na região da Grande Lisboa.⁶⁰



Figura 9 - Mapa Administrativo do Distrito de Setúbal

A existência de um tecido económico alargado vem, naturalmente, refletir-se no poder de compra da população do distrito que, em 2011, apresentava na Península de Setúbal valores superiores à média nacional, contudo, de valores inferiores à região de

Lisboa. No Alentejo Litoral, com exceção de Sines e Santiago do Cacém, em todos os Municípios tal indicador é inferior à média nacional.⁶¹

A existência de um tecido económico alargado vem, naturalmente, refletir-se no poder de compra da população do distrito que, em 2011, apresentava na Península de Setúbal valores superiores à média nacional, contudo, de valores inferiores à região de Lisboa. No Alentejo Litoral, com exceção de Sines e Santiago do Cacém, em todos os Municípios tal indicador é inferior à média nacional.⁶¹

O Distrito registou nos últimos anos fortes dinâmicas de investimento através da realização de grandes projetos orientados para as infraestruturas de transporte/logística e para a atividade económica – indústria e turismo, esperando-se que, apesar da crise conjuntural, tais investimentos se venham a traduzir na obtenção de importantes benefícios socioeconómicos com impacto local e regional, em termos de emprego e qualificação de recursos humanos.

Todavia, a crise tem vindo a afetar vários setores, com particular incidência na construção e obras públicas, para além da suspensão de alguns projetos determinantes para a região, como sejam o aeroporto, TGV, 3º travessia da ponte sobre o Tejo, o atraso na plataforma logística do Poceirão e alguns projetos turísticos previstos para o território. Ainda assim, a nível turístico a região tem vindo a ganhar peso, especialmente no litoral alentejano, o setor automóvel continua a desenvolver a sua estratégia, enraizando-se fortemente no território e potenciado a sua inovação e internacionalização.

De referir, também, a decisão de uma empresa francesa âmbito internacional na área de artigos desportivos no investimento de um centro de logística em Setúbal que abastece as lojas que a cadeia detém em Portugal, cujo projeto se encontra já concluído.

Os investimentos da Embraer em Évora com forte apoio do Estado, quer com meios financeiros quer através do IEFP na área da formação, complementados com a existência das OGMA, LAUAK entre outras, estão a criar, as raízes para a dinamização de um cluster aeronáutico pujante, inovador e internacionalizado.

Em termos logísticos, apesar dos atrasos no Poceirão, os portos de Setúbal e Sines têm revelado um crescimento interessante do tráfego e da carga movimentada. O alargamento do canal do Panamá criará condições para que Sines se torne numa rota relevante entre continentes, podendo atrair investimento chinês como forma de se transformar numa plataforma logística.

Acresce a este fato, a intenção anunciada pelo governo de modernizar a linha ferroviária, permitindo a ligação entre Sines e Espanha para transporte de mercadorias.

Em termos de economia do mar e face à localização e condições naturais do distrito de Setúbal, merecem destaque os investimentos nas áreas das energias, do turismo e recreio, bem como da aquicultura, que criam as condições para um setor de futuro.

Existem, assim, três setores com forte crescimento e que podem potenciar uma redefinição da competitividade regional da península, incrementando o seu valor acrescentado: logística; aeronáutica; e economia do mar.

1.1.4 Contexto Sócio-Cultural

Ao nível da população residente⁶² a Península de Setúbal, em 2014, era de cerca de 782.000 habitantes, tendo vindo a registar um ligeiro crescimento face a 2010, de cerca de 0,01%, enquanto que a nível nacional e à Grande Lisboa, foram registadas em tal período, taxas de crescimento de -1,0% e +0,1%, respetivamente. No Alentejo Litoral, a população em 2014 era de cerca de 96.000 habitantes, registando-se uma redução de cerca de -1,5% relativamente a 2010.

O facto de se terem registado taxas de crescimento positivas da população residente na Península de Setúbal, pode ser explicado pela sua dinâmica territorial, com a existência de numerosas unidades industriais que, pela necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra, têm exercido um forte efeito polarizador sobre a população residente. De referir, ainda, que a proximidade da Península de Setúbal com a capital e a existência de mais acessos estabelecidos pela construção da ponte Vasco da Gama em 1998, veio também contribuir para o crescimento da população residente na Península de Setúbal.

⁵⁹ O Alentejo Litoral engloba ainda o concelho de Odemira, pertencente ao Distrito de Beja.

⁶⁰ Dados estatísticos obtidos no INE.

⁶¹ Dados estatísticos relativos aos Censos obtidos no INE e na Pordata.

⁶² Dados estatísticos obtidos no INE e na Pordata para 2013.

Constata-se que no período de 2011 a 2014, com exceção do Barreiro, Almada, Seixal, Moita e Setúbal, todos os Concelhos registram taxas de crescimento positivas, com realce para Montijo e Alcochete, com cerca de 4,5%.

Apesar do aumento demográfico na Península de Setúbal, no período de 2009 a 2013 registou-se uma redução da população residente na faixa etária dos 15 aos 64 anos, com taxa negativa de cerca de -1,6%, situação que é comum à generalidade da situação nacional, se bem que em valores menores.

Apesar da redução da população residente na faixa etária dos 15 aos 64 anos, na Península de Setúbal manteve-se quase inalterada a taxa correspondente à faixa etária dos 0 aos 14 anos, com um decréscimo de 0,3%, enquanto ao nível nacional praticamente se registou uma redução de cerca de -4,4%. Na Grande Lisboa registou-se um aumento de 1,4%. No entanto, no que se refere ao grupo etário da população residente com idade igual ou superior aos 65 anos, a Península de Setúbal registou um aumento significativo global de cerca de 10,1%, superior ao registado, em igual período na Grande Lisboa (7,5%) e ao nível nacional (5,0%). Quanto à natalidade, entre 2009 e 2012, na Península de Setúbal, Grande Lisboa e Portugal, verificou-se uma tendência generalizada na diminuição da taxa bruta de natalidade (correspondente ao nº de nascimentos por mil habitantes), registando-se, todavia,

na Península de Setúbal em 2012 um valor de 10,1%, superior à média nacional (8,5), mas inferior à Grande Lisboa (10,5). Em 2013, a taxa bruta de natalidade foi de 9‰ na Península de Setúbal e 6,9‰ no Alentejo Litoral, sendo a média nacional 7,9‰.

Relativamente às taxas de mortalidade, em 2013, registaram-se os seguintes valores:

- Taxa bruta de mortalidade
 - Península de Setúbal – 9,6‰
 - Alentejo Litoral – 12,7 ‰
 - Média nacional – 10,2 ‰

- Taxa mortalidade infantil
 - Península de Setúbal – 2,7‰
 - Alentejo Litoral – 1,5‰
 - Média nacional – 2,9‰

No que se refere à escolaridade, as taxas brutas de escolarização no ensino secundário, registavam em 2011, na Península de Setúbal 19,1%, valor superior relativamente à média nacional (15,7%), sendo, contudo, inferior à Grande Lisboa (19,4%). No Alentejo Litoral, a taxa era de 15,4%.

Relativamente às taxas de escolarização no ensino superior, registavam em 2011, na Península de Setúbal 14,3%, valor superior relativamente à média nacional (13,8%), sendo, contudo, inferior à Grande Lisboa (21,6%). No Alentejo Litoral, a taxa era de 8,6%.

1.2 – Ambiente Transaccional

A atividade a desenvolver pelo Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) e pelas suas unidades orgânicas, encontra-se enquadrada e condicionada por uma envolvente externa próxima, em que existe uma interação direta, designadamente, a restante oferta formativa, a procura e a comunidade, sobretudo a existente no seu espaço de influência. Procurase, nos capítulos seguintes, apresentar uma breve caracterização de tal envolvente, nos aspetos que, de forma direta, podem afetar a atividade do IPS, ou que contribua para um melhor entendimento do seu enquadramento.

1.2.1 Comunidade

O estabelecimento de uma relação aberta e próxima do IPS com a envolvente é uma forma, não somente de contribuir para o desenvolvimento técnico, económico, social e cultural das comunidades com quem interatua mas, também, de identificação de novos desafios e oportunidades, inclusivamente, a possibilidade de uma maior adequação da oferta formativa.

Tal ligação deverá ocorrer não apenas no âmbito da formação (cursos de curta duração, trabalhos e estágios curriculares) e da participação de membros da comunidade através do Conselho Geral do IPS (estabelecido por via da regulamentação), dos Conselhos de Representantes e Consultivos das escolas, mas também através de atividades de investigação aplicada, seminários, conferências e outros tipos de encontros científicos, bem como da prestação de serviços, com a utilização dos seus recursos e competências disponíveis.

Existe, por conseguinte, um espaço para o exercício de uma política de afirmação do IPS como instituição de referência, impondo-se como um parceiro válido no desenvolvimento técnico, económico, social e cultural das comunidades com quem interatua,

procurando participar ativamente em ações e programas que visem a modernização e desenvolvimento do tecido social e económico.

Para o efeito, para além de ligações pontuais no âmbito de iniciativas temáticas ou específicas, existe a possibilidade de estabelecer um vasto conjunto de ligações institucionais entre o IPS e as suas escolas com instituições regionais, nacionais e internacionais, dos ramos empresarial, cultural, ensino e investigação, que podem ser consagrados em protocolos ou convénios.. ou convénios.

No que se refere ao distrito de Setúbal que, conforme já referido, é caracterizado pela existência de atividades e estruturas muitodiversificadas (agricultura, pescas, indústria transformadora, construção, comércio, serviços, saúde, educação, cultura, recreio, lazer, administração pública), existe, também, uma diversidade de associações setoriais (empresariais, culturais e sociais), que permitem – e muito provavelmente necessitam – de apoio e colaboração, existindo, por conseguinte, um imenso espaço para a continuidade e alargamento da intervenção do IPS com a comunidade local.

1.2.2 Oferta Formativa

A nível nacional

De acordo com os dados publicados pela DGEEC, as instituições de ensino superior público português disponibilizaram, para o ano letivo 2014/2015, 51.639 vagas, verificando-se, conforme quadro infra, um crescimento do número de vagas na última década até 2011/2012, após o que tem vindo a decrescer, quer no ensino superior público politécnico, quer no ensino superior público universitário.

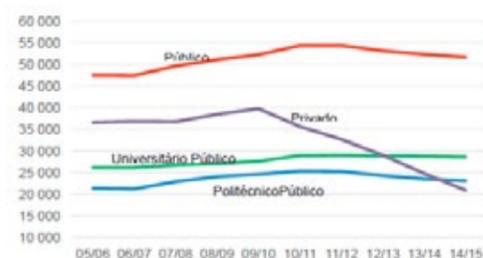
No quadro seguinte apresenta-se a evolução das vagas do ensino superior público e o número de vagas no ensino superior privado

Quadro 28
Número de Vagas do Concurso Nacional de 2005/06 a 2014/2015²⁸

	SUBSISTEMA DE ENSINO	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
PÚBLICO	UNIVERSITÁRIO	26129	26163	26702	27013	27609	28914	29041	28838	28724	28631
	POLITÉCNICO	21304	21202	22822	24068	24600	25370	25270	24270	23547	23008
	TOTAL	47433	47365	49584	51081	52209	54284	53108	53108	52271	51639
PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	23971	23937	23001	24400	25451	22553	20939	18460	15941	13106
	POLITÉCNICO	12527	12845	13645	13964	14241	12976	11633	10530	8807	7775
	TOTAL	36498	36782	36646	38364	39692	35529	32572	28990	24748	20881

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das vagas do ensino superior público, por área de educação e formação, no período de 2005/2006 a 2014/15, constatando-se a partir de 2012/2013 uma redução de vagas na área da educação.

Quadro 29
Número de Vagas no ensino superior privado de 2005/06 a 2014/2015²⁸



No quadro seguinte apresenta-se a evolução das vagas do ensino superior público, por área de educação e formação, no período de 2005/2006 a 2014/15, constatando-se a partir de 2012/2013 uma redução de vagas na área da educação.

Quadro 30
Número de Vagas por área de educação e formação 2005/06 a 2014/2015²⁹

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
EDUCAÇÃO	2 789	2 352	1 830	1 820	1 776	1 755	1 753	1 468	1 227	1 228
ARTES E HUMANIDADES	5 358	5 602	5 866	5 765	5 863	6 174	6 340	6 345	6 529	6 732
CIÊNCIAS SOCIAIS, COMÉRCIO E DIREITO	12 330	12 266	13 175	13 830	14 099	15 169	15 436	15 045	14 671	14 156
CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E INFORMÁTICA	4 605	4 735	4 924	4 910	4 939	4 954	4 776	4 646	4 776	4 770
ENGENH., INDÚST., TRANSF., E CONST.	11 116	10 817	11 558	12 217	12 528	12 884	12 651	12 423	12 008	11 825
AGRICULTURA	1 108	1 076	1 122	1 134	1 173	1 224	1 186	1 250	1 357	1 371
SAÚDE E PROTECÇÃO SOCIAL	6 823	7 330	7 720	7 911	7 949	8 164	8 132	8 044	7 940	7 796
SERVIÇOS	3 304	3 187	3 389	3 494	3 882	3 960	4 007	3 837	3 708	3 701
DESCONHECIDO OU NÃO ESPECIFICADO	-	-	-	-	-	-	30	50	55	60

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das vagas totais por instituição do ensino superior público, no período de 2011/2012 a 2014/15.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	2011	2012	2013	2014
UNIVERSIDADE DE LISBOA (INCLUI UTLISBOA)	7661	7661	7661	7651
UNIVERSIDADE DO PORTO	4160	4160	4160	4160
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	3189	3189	3189	3189
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	3132	3055	3055	3000
UNIVERSIDADE DO MINHO	2774	2734	2734	2728
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	2706	2706	2706	2706
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	2488	2490	2422	2430
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	2089	2089	2089	2089
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1967	1967	1965	1965
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	2206	2167	2140	1895
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	1873	1873	1837	1843
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	1852	1653	1562	1420
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	1365	1365	1336	1365
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1542	1484	1370	1312
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	1295	1295	1295	1280
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	1332	1224	1184	1142
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	1135	1135	1135	1122
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	1121	1091	1069	1069
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	1094	1089	1062	1031
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	991	991	956	952
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	1033	926	898	905
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	789	761	686	676
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	683	663	663	663
INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	855	635	635	635
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	605	605	605	605
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	720	618	530	511
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	635	549	489	506
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	715	610	515	477
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	430	430	430	430
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	320	320	320	320
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	300	300	300	300
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	270	270	270	270
ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE	173	173	173	173

Quadro 31
Número de Vagas por instituição de 2011/12 a 2014/2015

Na área da Engenharia Biomédica (excluindo Biotecnologia) existe a oferta por parte do ESP de 3 cursos que cobrem somente os distritos de Setúbal e Lisboa.

Na área do Automação, Controlo e Instrumentação não existe qualquer outra oferta para além da existente na EST Setúbal.

Na área do Ambiente existe a oferta por parte do ESP de 3 cursos que cobrem os distritos Setúbal, Lisboa e Santarém. Na Universidade do Algarve existe um Mestrado integrado de Engenharia do Ambiente.

Na área da Tecnologia e Gestão Industrial existe oferta em Setúbal e Engenharia e Gestão Industrial em Lisboa e Portalegre (ramos Qualidade e HST).

ESE

Na área da Animação e Intervenção Sociocultural, existe oferta por parte do ESP de 2 cursos que cobrem os distritos de Setúbal e Lisboa, tendo-se verificado, nos últimos anos, que os IP de Beja, Portalegre e Santarém deixaram de oferecer cursos nesta área de formação.

Na área da Comunicação Social existe a oferta por parte do ESP de 5 cursos que cobrem os distritos de Setúbal, Lisboa, Portalegre e região do Algarve.

Na área do Desporto, existe oferta por parte do ESP de variados cursos que cobrem os distritos de Setúbal, Beja, Santarém, Évora e região do Algarve.

Na área da Educação Básica existe a oferta por

CURSOS	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	U- ALGARVE	U-ÉVORA	U.LISBOA	U.NOVA DE LISBOA
Animação e Intervenção Sociocultural		✓						
Comunicação Social		✓	✓		✓		✓	✓
Desporto	✓			✓	✓	✓	✓	
Educação Básica	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Promoção Artística e Património								
Língua/ Trad. e Interpretação da LGP								

Quadro 34 - Cursos da ESE

Na área da Engenharia Eletrotécnica e Computadores (incluindo eletromecânica, eletrónica e telecomunicações) existe oferta por parte do ESP sobretudo em Setúbal e Lisboa. Na Universidade do Algarve existe um curso de Engenharia Elétrica e Eletrónica.

Na área da Engenharia Informática existe oferta por parte do ESP de 8 cursos que cobrem todos os distritos, com exceção de Santarém.

Na área da Engenharia Mecânica existe oferta por parte do ESP de 4 cursos que cobrem os distritos de Setúbal, Lisboa e Algarve.

Na área das Tecnologias de Energia não existe outra oferta para além do IPS (não considerando outros cursos como por exemplo, energias renováveis, energia e ambiente).

parte do ESP de 7 cursos que cobrem todos os distritos.

Na área da Promoção Artística e Património não existe qualquer outra oferta para além da existente na ESE.

Na área da Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa não existe qualquer outra oferta para além da existente na ESE.

ESCE

Na área da Contabilidade e Finanças existe oferta por parte do ESP de 5 cursos diurnos e 2 cursos noturnos que cobrem os distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém. Apesar de no ISCTE o curso de Finanças e Contabilidade se inserir numa área de formação distinta (cód. 343, Finanças, Banca e Seguros) foi

CURSOS	ISCTE	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	U- ALGARVE	U.LISBOA	U.NOVA DE LISBOA	ESC. SUP. NÁUTICA D. INFANTE
Contabilidade e Finanças	✓	✓		✓		✓		
Contabilidade e Finanças (not.)		✓						
Gestão da Distribuição e da Logística	✓							✓
Gestão da Distrib. e da Logística (p.l.)								
Gestão de Recursos Humanos	✓							
Gestão de Recursos Humanos (p.l.)						✓		
Gestão de Sistemas de Informação	✓			✓	✓	✓	✓	
Marketing	✓		✓	✓	✓			

Quadro 35 - Cursos da ESCE

considerado para efeitos de comparação de oferta. Na Universidade de Lisboa existe um curso de Finanças.

Na área da Distribuição e Logística somente existe, para além da oferta da existente na ESCE, mais 2 cursos em Lisboa, na Escola Superior Náutica D. Infante que, apesar de oferecer o curso de Gestão de Transportes e Logística, pertencente a uma área de formação diferente (cód. 840, Serviços de Transporte) e no ISCTE (Gestão Industrial e Logística), que foram considerados para efeitos de comparação.

Na área dos Recursos Humanos existe oferta por parte do ESP de 2 cursos que cobrem os distritos de Setúbal e Lisboa.

Na área da Gestão Informática (Informática de Gestão ou Gestão de Sistemas de Informação) existe a oferta por parte do ESP de 5 cursos que cobrem todos os distritos Setúbal, Lisboa, Santarém e região do Algarve.

Na área do Marketing (incluindo Publicidade, Gestão de Marketing) existe oferta por parte do ESP de 5 cursos que cobrem os distritos de Setúbal, Lisboa, Portalegre, Santarém e região do Algarve.

EST Barreiro

Na área da Biotecnologia, para além da EST Barreiro, apenas oferecem este curso a U Algarve e a U Évora. O IP Portalegre oferece um curso de Bioengenharia. Na área da Engenharia Civil existe oferta por parte

CURSOS	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	U.ALGARVE	U.ÉVORA	U.LISBOA
Biotecnologia			✓	✓	✓	
Engenharia Civil		✓		✓		
Engenharia Civil (not.)						
Engenharia Química		✓				✓
Gestão da Construção						
Gestão da Construção (not.)						

Quadro 36 - Cursos da EST Barreiro

do ESP de 3 cursos diurnos, que cobrem os distritos de Setúbal, Lisboa e Algarve, sendo que no regime noturno apenas a ESTB oferece este curso.

Relativamente à área da Engenharia Química verifica-se a oferta por parte do ESP de 3 instituições distribuídas pelos distritos de Lisboa e Setúbal. Na área da Gestão da Construção não existe qualquer outra oferta para além da existente na EST Barreiro.

De referir que para o ano letivo de 2014/2015 não foram disponibilizadas vagas para os cursos de Engenharia Química e Gestão da Construção.

ESS

Na área da Enfermagem existe oferta por parte do ESP de 7 cursos que cobrem todos os distritos.

Na área da Fisioterapia existe oferta por parte do ESP de 2 cursos que cobrem os distritos de Setúbal e Lisboa.

Na área da Terapia da Fala existe oferta em Setúbal e na região do Algarve.

Em síntese, com base nos dados anteriores, pode-se referir:

- Na área das Tecnologias, com exceção dos cursos de Automação, Controlo e Instrumentação, Tecnologias de Energia, Tecnologia e Gestão Industrial em regime noturno e Gestão da Construção em que existe somente oferta das escolas do IPS, a distribuição da restante oferta formativa encontra-se pressionada a Norte pela oferta das instituições de ensino superior do distrito de Lisboa e de Santarém, a Sul pela oferta do distrito de Beja e Algarve, a Este pela oferta existente no

distrito de Évora. Se a Sul a pressão é fundamentalmente exercida por uma instituição congénere (o Instituto Politécnico de Beja) a Norte e a Este, coexistem instituições de ensino superior público universitário (Évora) e politécnico (Santarém e Tomar).

- Na área da educação, com exceção da Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, em que existe somente oferta da escola do IPS, a distribuição da restante oferta formativa também se encontra pressionada essencialmente a Norte pela oferta das instituições de ensino superior politécnicas públicas do distrito de Lisboa e de Santarém, a Sul pela oferta do distrito de Beja e a Este pela oferta existente no distrito de Évora e Portalegre.

- Na área do Desporto a pressão é exercida pela existência de cursos, a Norte pela oferta das instituições de ensino superior politécnicas públicas do distrito de Lisboa e Santarém, a Sul pela oferta do distrito

de Beja e a Este pela oferta existente no distrito de Évora.

- Na área das Ciências sociais e serviços, com exceção da Promoção Artística e Património, em que existe somente oferta das escolas do IPS, no caso do curso de Animação e Intervenção Sociocultural, a pressão é exercida pela existência de cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior politécnicas públicas do distrito de Lisboa e Portalegre. No que respeita ao curso de comunicação social a pressão é sobretudo proveniente a norte do Distrito de Lisboa, a Este pela oferta existente no distrito de Portalegre e a sul pela Universidade do Algarve.

- Relativamente à área da Economia, Gestão, Administração e Contabilidade, com exceção do Curso de Gestão da Distribuição e Logística da ESCE,

CURSOS	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	U. ALGARVE	U. ÉVORA	ESC. SUP. ENF. LISBOA
Enfermagem	✓		✓	✓	✓	✓	✓
Fisioterapia		✓					
Terapia da Fala					✓		

Quadro 37 - Cursos da ESS

em que para além da oferta da escola do IPS, somente existem 2 cursos em Lisboa, em todos os cursos a pressão é exercida, a Norte pela oferta das instituições de ensino superior públicas do distrito de Lisboa e Santarém, e a Este pela oferta existente no distrito de Portalegre (Marketing e Gestão de Sistemas de Informação).

- Na área da Saúde, no que respeita ao curso de Enfermagem, ganha expressão a delimitação da área de intervenção do IPS pela existência de estabelecimentos de ensino superior nesta área

científica em todos os distritos limítrofes. No caso da Fisioterapia a pressão é somente exercida no Distrito de Lisboa e, em Terapia da Fala, a principal concorrência surge através da Universidade do Algarve.

Áreas Científicas não cobertas

Como se sabe, o conjunto das escolas do IPS cobrem diversas áreas, designadamente, as tecnologias (EST Setúbal e EST Barreiro), Educação (ESE), Ciências Empresariais/Gestão (ESCE) e Saúde (ESS).

No âmbito das Tecnologias:	
Agronomia (e variantes)	Materiais
Alimentar (e variantes)	Mecatrónica
Florestal	Oceanografia (e variantes)
Geologia e Minas	Topografia

No âmbito da Educação:	
Artes Plásticas	Educação Ambiental
Artes Visuais	Jornalismo
Ciências da Educação	Línguas, Literaturas e culturas
Ciências Musicais	Línguas, Literaturas e culturas, Músicas (e variantes)
Cinema	Prof. Ens. Básico - 2. Ciclo (variantes)
Dança	Teatro
Design	Turismo

No âmbito do Desporto:	
Ergonomia	Variantes (Cond. Fis., Psicol., Treino....)

No âmbito das Ciências Empresariais/Gestão:	
Auditoria e Fiscalidade	Gestão do Património
Comunicação Organizacional	Gestão em Saúde
Gestão Bancária e Seguradora	Gestão Hoteleira
Gestão da Administração Pública	Gestão Imobiliária
Gestão de PME	Gestão Turística
Gestão de Transportes	Sociologia do Trabalho
Gestão do Ambiente	Gestão em Saúde

No âmbito da Saúde:	
Análises Clínicas e de Saúde Pública	Higiene Oral
Anat. Patológica, Citológica e Tanatológica	Nutrição
Audiologia	Ortótica/Ortoprotésia
Dietética	Prótese Dentária
Farmácia	Radiologia
Gerontologia	Saúde Ambiental
Terapia Ocupacional	

Quadro 38 - Áreas de Cursos não ministrados no IPS

Apesar de cada uma delas oferecerem vários cursos no âmbito das suas competências, todavia não cobrem outras áreas científicas que são oferecidas pela restante rede nacional do ensino superior, parte das quais se passa a referir e que, se entende, se enquadram no ensino superior politécnico:

Naturalmente que eventuais decisões sobre a extensão da oferta para áreas ainda não cobertas (as atrás designadas ou outras inovadoras no ensino) terá que passar por uma análise das respetivas competências (incluindo inter escolas) e, sobretudo, pelas oportunidades e necessidades socioeconómicas que venham a ser detetadas na zona de influência do IPS e, ainda, numa perspetiva de afirmação das características do ensino politécnico face ao ensino universitário.

Formações Pós-Graduadas

Apesar de não se efetuar uma análise com a oferta formativa correspondente disponibilizada pelas IES da região de atuação do IPS, são apresentados os variados cursos de formação desenvolvidos pelas escolas do IPS.

Mestrados

EST Setúbal
Energia
Engenharia Biomédica - Desporto e Reabilitação
Engenharia Eletrotécnica e de Computadores
Engenharia de Produção
Informática de Gestão

ESE
Educação Pré-Escolar
Educação Pré-Escolar e Ensino do 1. Ciclo no EB
Ensino de Educação Musical no Ensino Básico
Ensino de Educação Visual e Tecnológica no EB
Ensino do 1. e 2. Ciclo do Ensino Básico

ESCE
Contabilidade e Finanças
Ciências Empresariais
Gestão Estratégica de Recursos Humanos
Segurança e Higiene no Trabalho
Sistemas e Tecnologias de Informação

EST Barreiro
Engenharia Civil
Conservação e Reabilitação do Edificado

ESS
(Re) Habilitação Vocacional
Enfermagem Médico-Cirúrgica
Enfermagem Perioperatória
Fisioterapia

Pós-Graduações não conferentes a grau

Ao nível das Pós-graduações existe (ou existiu nos três últimos anos) a seguinte oferta:

EST Setúbal
Eficiência Energética e Energias Renováveis em Edifícios
Engenharia Informática
Engenharia de Instrumentação e Sistemas de Automação
Lean Operations Management
Motorização de veículos elétricos e híbridos
Tecnologia Aeronáutica (em parceria com a Lauak Portuguesa)

ESE
Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor
Educação Musical
Ensino de Música
Redes Socioeducativas e Culturais

ESCE
Administração e Gestão de Escolas
Gestão de Marketing Turístico (em parceria com o IP Leiria)
MBA Executivo (em parceria com o Sines Tecnopolo)
MBA em Negócios Internacionais (em parceria com o Sines Tecnopolo)

EST Barreiro
Gestão da Sustentabilidade do Edificado

ESS
Saúde Sexual e Reprodutiva
Mutilação Genital Feminina
CPLE Enfermagem Médico-Cirúrgica

Dor Crónica
Fisioterapia no Desporto
Controlo de Infecção e Saúde
Saúde Escolar
Cuidados Paliativos

Ações de Formação contínua

ESE
Ensino Experimental das Ciências
Ensino do Português no 1. ciclo
Matemática para Professores de 1 e 2 Ciclos

Cursos de Pós-Licenciatura

ESE
Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria
Especialização em Enfermagem Médico-cirúrgica

Pós-secundário

Apesar de não se efetuar uma análise com a oferta formativa correspondente disponibilizada pelas IES da região de atuação do IPS, são apresentados os variados cursos de especialização tecnológica (CET) desenvolvidos pelas escolas do IPS.

EST Setúbal
Automação e Instrumentação Industrial
Desenho e Projeto de Construção de Mecânicas
Desenvolvimento de Produtos Multimédia
Eletromedicina
Estudo e Projeto de Sistemas de Refrigeração e Climatização
Gestão de Oficinas de Automóvel
Instalações Elétricas, Manutenção e Automação
Qualidade Ambiental
Sistemas de Eletrónica e Computadores
Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação
Telecomunicações e Redes

EST Barreiro
Construção e Obras Públicas
Técnicas de Laboratório

1.2.3 Procura⁶³

Mestrados

No quadro seguinte são apresentados os valores obtidos na DGES, correspondentes ao n.º de vagas e candidatos ao ensino superior público, no período de 2005/2006 a 2014/2015, constatando-se que somente a partir de 2013/2014 o n.º de vagas foi superior ao n.º de candidatos, sem o período entre 2005 até 2010 caracterizado por uma procura ascendente, tendo diminuído a partir de 2011 e significativamente em 2013, aumentando de novo em 2014.

	N.º VAGAS	N.º CANDIDATOS
2005	46 399	45 916
2006	46 528	49 006
2007	48 710	61 389
2008	50 219	60 929
2009	51 352	59 613
2010	53 410	59 887
2011	53 500	55 499
2012	52 298	53 148
2013	51 461	48 995
2014	50 820	50 060

Quadro 39 - Vagas e Candidatos no ESP de 2005 a 2014 (Fonte: DGES)

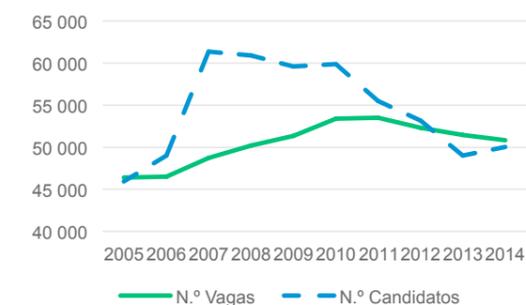


Figura 11 - Evolução do n.º de vagas e candidatos no ESP de 2005/06 a 2014/2015

⁶³ Neste capítulo é somente apresentada uma análise relativamente aos 1.º ciclos

Em termos de ocupação das vagas, considerando os inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso/vagas, regista-se um acréscimo face a 2012/2013, correspondendo ao ensino superior privado taxas de ocupação muito reduzidas.

Quadro 40 - Taxas de ocupação de vagas de 2012 a 2014

SUBSISTEMA DE ENSINO	2014/2015		Taxa de ocupação		
	Vagas*	Inscritos	2014/2015	2013/2014	2012/2013
UNIVERSITÁRIO	28 458	25 398	89,2%	95,2%	83,3%
POLITÉCNICO	23 008	15 153	65,9%	65,4%	93,6%
TOTAL	51 466	40 551	78,8%	81,7%	71,1%
UNIVERSITÁRIO	13 106	4 424	33,8%	34,5%	25,5%
POLITÉCNICO	7 775	1 631	21,0%	16,6%	30,2%
TOTAL	20 881	6 055	29,0%	28,1%	17,4%
TOTAL	72 347	46 606	64,4%	64,4%	62,9%

* Dados da DGEEC (Dir-Geral Estatística da Educação e Ciência (valores não coincidentes com os obtidos na DGES)

Da análise aos dados existentes evidencia-se que as preferências dos candidatos ao ensino superior continuam a recair em maioria sobre instituições públicas de ensino universitário. Na comparação entre o ano 2012 e 2014, constata-se que o número de candidatas a preferir as universidades, em vez dos politécnicos, se mantém, situando-se, em 2014, nos 63%, contra 37% que elegeram o ensino público politécnico como o ideal para frequentar uma licenciatura.

As áreas de educação e formação que apresentam as taxas de ocupação mais elevadas, considerando os inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso/vagas, foram Artes e Humanidades, Saúde e Proteção Social, Ciências Sociais, Comércio e Direito e Ciências, Matemática e Informática, sendo as menos preenchidas a Agricultura, Educação e Engenharia, Indústrias Transformadoras e construção, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	Taxa de ocupação		
	2014/2015	2013/2014	2012/2013
EDUCAÇÃO	59,3%	53,3%	53,9%
ARTES E HUMANIDADES	71,5%	70,8%	65,3%
CIÊNCIAS SOCIAIS, COMÉRCIO E DIREITO	65,4%	66,5%	62,5%
CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E INFORMÁTICA	63,1%	70,1%	70,3%
ENGENHARIA, INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E CONSTRUÇÃO	59,1%	60,7%	62,9%
AGRICULTURA	47,7%	46,6%	54,0%
SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	69,2%	65,7%	66,2%
SERVIÇOS	59,8%	56,9%	56,4%

Quadro 41 - Taxa de ocupação das vagas, por área de educação e formação de 2012 a 2014

No que respeita à taxa de ocupação das vagas oferecidas na 1.ª Fase, em 2014, constata-se que apenas três instituições de ensino apresentam uma ocupação de 100% (Escolas Superiores de Enfermagem Lisboa, de Coimbra e do Porto), sendo também das que menos vagas disponibilizaram para o concurso nacional de acesso ao ensino superior em 2014 (300, 323 e 271 vagas, respetivamente). Como se

pode observar no quadro seguinte são, sobretudo, os Institutos Politécnicos de Tomar (24%), de Bragança (25%) e de Beja (33%) que apresentam as taxas de ocupação de vagas mais baixas. O IPS ocupou 48% das 1.142 vagas disponibilizadas.

Quadro 42 - Taxa de ocupação das vagas do Concurso Nacional em 2012, 2013 e 2014

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	Vagas em 2014	Colocados em 2014				% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2014	% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2013	% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2012
		1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	Total			
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	300	307	53	11	371	102%	100%	100%
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	320	323	45	16	384	101%	100%	101%
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	270	271	25	8	304	100%	100%	101%
UNIVERSIDADE DO PORTO	4160	3987	568	127	4682	96%	97%	99%
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	430	409	114	34	557	95%	101%	102%
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	1122	1047	268	49	1364	93%	92%	96%
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	2706	2468	521	80	3069	91%	92%	95%
UNIVERSIDADE DE LISBOA (INCLUI A UTLISBOA)	7651	6791	1586	251	8628	89%	88%	N.A.
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	3189	2815	546	119	3480	88%	89%	93%
UNIVERSIDADE DO MINHO	2728	2321	581	119	3021	85%	85%	91%
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	2089	1762	396	47	2205	84%	82%	86%
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	1280	1032	307	75	1414	81%	78%	86%
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	3000	2408	754	109	3271	80%	81%	84%
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	1069	845	259	46	1150	79%	73%	81%
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	605	453	118	7	578	75%	75%	78%
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	1365	993	340	53	1386	73%	79%	84%
INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	635	438	189	5	632	69%	64%	74%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	2430	1625	604	78	2307	67%	68%	73%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	1895	1265	450	54	1769	67%	54%	60%
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	1420	942	316	53	1311	66%	53%	67%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1965	1212	452	70	1734	62%	65%	71%
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	663	391	100	9	500	59%	61%	70%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	952	516	214	46	776	54%	53%	56%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	1142	552	237	22	811	48%	42%	47%
ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE	173	80	23	5	108	46%	43%	44%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	1031	436	224	32	692	42%	37%	44%

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	Vagas em 2014	Colocados em 2014				% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2014	% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2013	% de ocupação das vagas na 1ª Fase 2012
		1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	Total			
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	676	278	157	23	458	41%	27%	38%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1312	528	284	56	868	40%	39%	45%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	905	364	170	28	562	40%	42%	51%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	511	191	104	17	312	37%	31%	33%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	506	167	95	20	282	33%	33%	41%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	1843	469	334	110	913	25%	23%	30%
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	477	114	63	15	192	24%	20%	27%

Com base nos dados existentes relativos ao período de 2003 a 2014, o indicador de preferência dos candidatos por distritos/regiões autónomas, constata-se que são os grandes pólos do ensino superior do país (Lisboa, Porto, Coimbra e Braga) que aparecem destacados. Apesar das oscilações que foram ocorrendo ao longo dos anos, estes quatro distritos permaneceram sempre como o destino preferencial da maioria dos candidatos ao ensino superior.

De referir que é detetável a persistência de um estigma de inferioridade científica e social em torno das instituições integradas no subsistema de ensino superior politécnico relativamente ao ensino superior universitário, aspeto que tem assumido tradução ao nível das opções de candidatura por parte dos estudantes com o ensino secundário completo.

De referir, no entanto, a entrada no ensino superior de novos públicos que alargam o âmbito de recrutamento de estudantes para o ensino superior.

Através do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, foram aprovadas as condições especiais de acesso e ingresso no ensino superior, que contempla os candidatos maiores de 23 anos, independentemente das habilitações académicas de que são titulares, tendo em vista a promoção da aprendizagem ao longo da vida e a atração de novos públicos.

Também através do Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio, em que foi efetuada uma reorganização (acesso, estrutura de formação e condições de ingresso) dos cursos de especialização tecnológica

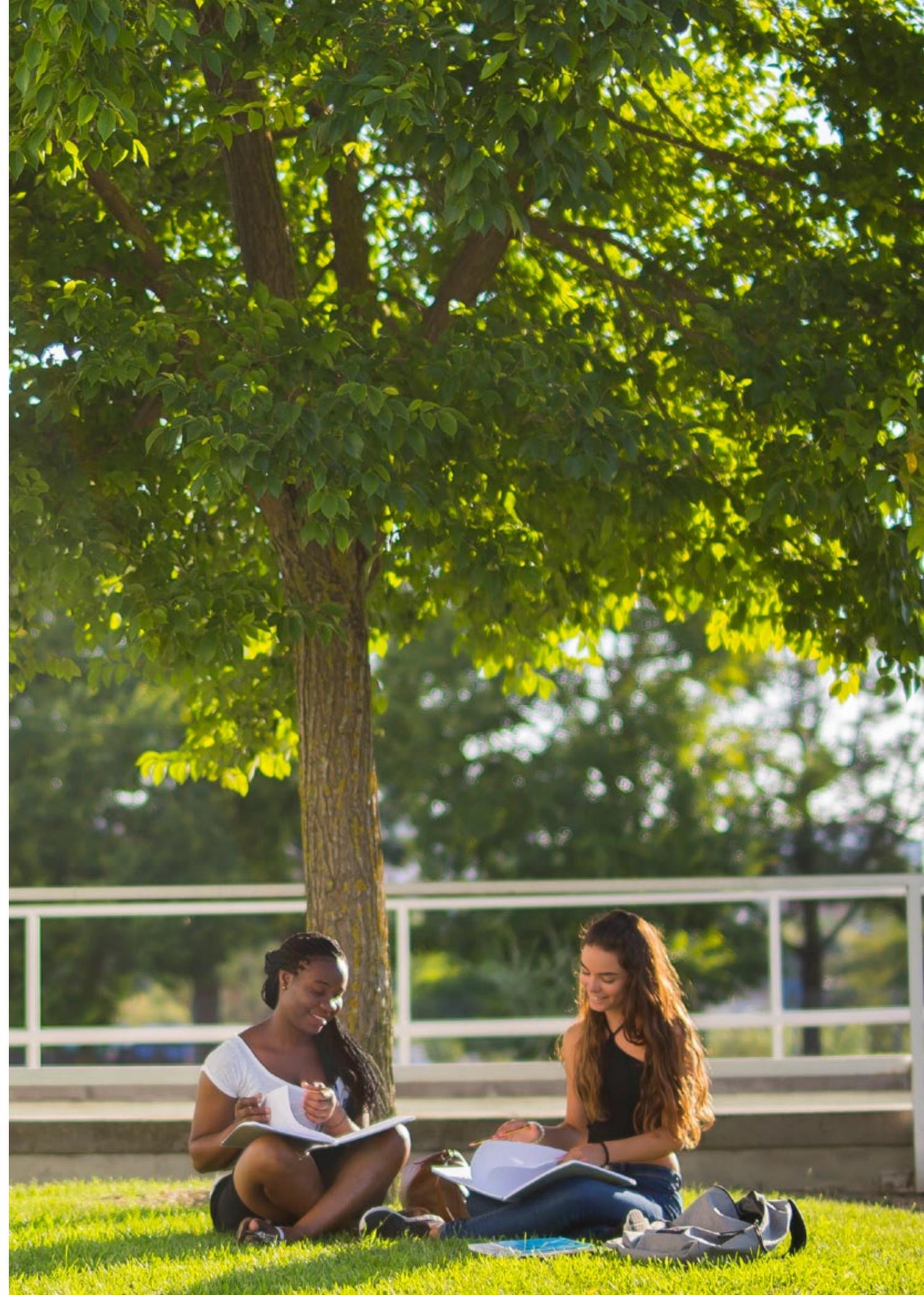
(CET), foi alargada jovens e adultos a oferta de formação ao longo da vida e para novos públicos, com o envolvimento das instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, na dupla perspetiva de articulação entre os níveis secundário e superior de ensino e de creditação, para efeitos de prosseguimento de estudos superiores, da formação obtida nos cursos de especialização pós-secundária.

Mantém-se, por conseguinte, alargado para os próximos anos o âmbito de recrutamento de estudantes para o ensino superior, para além do regime tradicional.

Ao nível Regional

Relativamente à oferta de cursos de 1º ciclo do IPS (conforme apresentada no capítulo anterior), nos quadros seguintes são indicadas as vagas e inscritos 1º ano 1º vez, através do CNA, bem como as taxas de crescimento entre os anos letivos 2010/2011 e 2014/2015 nos cursos do ensino superior público (ESP) existentes nos distritos de Setúbal, Lisboa, Santarém, Évora, Beja e Algarve.

Constata-se que em todos os cursos oferecidos pela ESTS registaram no período entre 2010/2011 e 2014/2015 taxas de crescimento negativas em termos de estudantes inscritos, situação idêntica às ofertas das restantes instituições, com exceção da U. de Lisboa nos cursos de Engenharia Biomédica e de Informática e na U. Nova de Lisboa no curso de Engenharia Mecânica que apresentam valores positivos.



CURSOS NO IPS	IP SETÚBAL											IP BEJA										IP LISBOA												
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V
ENGENHARIA BIOMÉDICA	70	44	50	50	50	5	45	6	45	3	-93%																							
ENGENHARIA DE AUT., CONT. INSTRUMENTAÇÃO	40	26	40	3	40	1	38	3	60	1	-96%																							
ENGENHARIA DO AMBIENTE	40	30	40	31	40	7	36	1	36	0	-	30	22	25	1	25	3	23	1	-	-	-												
TECNOLOGIA E GESTÃO INDUSTRIAL (NOT.)	66	58	40	2	40	5	40	3	45	3	-95%																							
ENGENHARIA ELET. E DE COMPUTADORES	80	67	70	14	60	4	60	5	60	1	-99%													110	146	110	26	72	83	90	34	115	8	-95%
ENGENHARIA INFORMÁTICA	80	77	60	30	60	42	65	56	65	62	-19%	45	18	45	12	45	11	50	6	50	10	-44%	120	146	120	81	120	172	120	128	120	116	-21%	
ENGENHARIA MECÂNICA	85	76	70	29	60	2	57	9	57	6	-92%													115	168	115	75	133	176	150	89	160	62	-63%
TECNOLOGIAS DE ENERGIA	85	76	70	29	60	2	57	9	40	32	-58%																							

CURSOS NO IPS	IP PORTALEGRE											IP SANTARÉM										ISCTE												
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		
ENGENHARIA BIOMÉDICA																																		
ENGENHARIA DE AUT., CONT. INSTRUMENTAÇÃO																																		
ENGENHARIA DO AMBIENTE																																		
TECNOLOGIA E GESTÃO INDUSTRIAL (NOT.)																																		
ENGENHARIA ELET. E DE COMPUTADORES																																		
ENGENHARIA INFORMÁTICA	25	16	25	1	20	0	25	1	25	2	-88%													60	74	60	60	60	59	60	60	30	30	-59%
ENGENHARIA MECÂNICA																																		
TECNOLOGIAS DE ENERGIA																																		

CURSOS NO IPS	U ALGARVE											U ÉVORA											U LISBOA										
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	
ENGENHARIA BIOMÉDICA																							40	47	40	40	40	40	60	62	60	60	28%
ENGENHARIA DE AUT., CONT. INSTRUMENTAÇÃO																																	
ENGENHARIA DO AMBIENTE	25	24	25	4	20	5					-																		25	21	25	25	-
TECNOLOGIA E GESTÃO INDUSTRIAL (NOT.)																																	
ENGENHARIA ELET. E DE COMPUTADORES																													210	224	220	220	-
ENGENHARIA INFORMÁTICA	45	47	45	19	40	38	50	53	40	39	-17%	30	41	30	10	33	29	36	36	40	40	-2%	90	83	90	90	105	104	105	109	170	171	106%
ENGENHARIA MECÂNICA	49	40	35	30	30	13	28	17	28	6	-85%																		165	167	170	169	-
TECNOLOGIAS DE ENERGIA																																	

CURSOS NO IPS	U NOVA LISBOA										
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	
ENGENHARIA BIOMÉDICA	55	64	55	55	60	58	60	59	60	59	-8%
ENGENHARIA DE AUT., CONT. INSTRUMENTAÇÃO											
ENGENHARIA DO AMBIENTE	70	89	70	66	70	73	65	55	65	65	-27%
TECNOLOGIA E GESTÃO INDUSTRIAL (NOT.)											
ENGENHARIA ELET. E DE COMPUTADORES	160	182	155	152	155	160	156	157	156	156	-14%
ENGENHARIA INFORMÁTICA	160	188	150	125	150	149	170	175	170	170	-10%
ENGENHARIA MECÂNICA	70	83	75	75	80	83	85	86	85	85	2%
TECNOLOGIAS DE ENERGIA											

Quadro 43 - Vagas e inscritos 1ª vez (2010/2011 a 2014/2015) - cursos oferecidos pela EST Setúbal

CURSOS	ESTS	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	ISCTE	U ALGARVE	U ÉVORA	U LISBOA	U NOVA DE LISBOA
ENGENHARIA BIOMÉDICA	-93%						-8%		28%	-8%
ENGENHARIA DE AUT., CONT. INSTRUMENTAÇÃO	-96%									
ENGENHARIA DO AMBIENTE	-	-				-	-27%		-	-27%
TECNOLOGIA E GESTÃO INDUSTRIAL (NOT.)	-95%									
ENGENHARIA ELET. E DE COMPUTADORES	-99%		-95%				-14%		-	-14%
ENGENHARIA INFORMÁTICA	-19%	-44%	-21%	-88%			-59%	-10%	-2%	106%
ENGENHARIA MECÂNICA	-92%		-63%				2%		-	2%

Quadro 44 - Taxa de crescimento (2010/2011 a 2014/2015) de estudantes inscritos em cursos oferecidos pela EST Setúbal

No período considerado entre 2010/2011 e 2014/2015 regista-se, ao nível dos cursos oferecidos pela ESE, quebras em termos de estudantes inscritos, situação idêntica às ofertas das restantes instituições com exceção do IP Santarém no curso de Desporto.

CURSOS NO IPS	IP SETÚBAL											IP BEJA								IP LISBOA														
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		
ANIMAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	40	48	35	32	35	28	32	2	32	27	-44%	30	25	25	0									30	32	30	29	25	25	52	29	30	29	-9%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	40	48	35	34	35	34	34	3	34	32	-33%													60	68	60	63	60	64	60	58	60	58	-15%
DESPORTO	30	37	30	29	33	39	33	30	30	29	-22%	35	48	30	29	30	27	29	23	29	29	-40%												
EDUCAÇÃO BÁSICA	70	83	70	68	56	51	45	23	45	43	-48%	35	45	30	22	24	13	20	13	20	13	-71%	139	148	139	138	111	112	85	83	85	86	-42%	
PROMOÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÓNIO	30	20	25	10	25	12	25	0	-	-	-																							
LÍNGUA/TRAD. E INTERPRETAÇÃO DA LGP	20	21	20	15	20	15	25	0	20	6	-71%																							

CURSOS NO IPS	IP PORTALEGRE											IP SANTARÉM								U ALGARVE														
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I				
ANIMAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	40	48	35	32	35	28	32	2	32	27	-44%	30	25	25	0									30	32	30	29	25	25	52	29	30	29	-9%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	40	48	35	34	35	34	34	3	34	32	-33%													60	68	60	63	60	64	60	58	60	58	-15%
DESPORTO	30	37	30	29	33	39	33	30	30	29	-22%	35	48	30	29	30	27	29	23	29	29	-40%												
EDUCAÇÃO BÁSICA	70	83	70	68	56	51	45	23	45	43	-48%	35	45	30	22	24	13	20	13	20	13	-71%	139	148	139	138	111	112	85	83	85	86	-42%	
PROMOÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÓNIO	30	20	25	10	25	12	25	0	-	-	-																							
LÍNGUA/TRAD. E INTERPRETAÇÃO DA LGP	20	21	20	15	20	15	25	0	20	6	-71%																							

CURSOS NO IPS	U ÉVORA											U NOVA LISBOA																						
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX												
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I													
ANIMAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	40	48	35	32	35	28	32	2	32	27	-44%	30	25	25	0																			
COMUNICAÇÃO SOCIAL	40	48	35	34	35	34	34	3	34	32	-33%																							
DESPORTO	30	37	30	29	33	39	33	30	30	29	-22%	35	48	30	29	30	27	29	23	29	29	-40%												
EDUCAÇÃO BÁSICA	70	83	70	68	56	51	45	23	45	43	-48%	35	45	30	22	24	13	20	13	20	13	-71%												
PROMOÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÓNIO	30	20	25	10	25	12	25	0	-	-	-																							
LÍNGUA/TRAD. E INTERPRETAÇÃO DA LGP	20	21	20	15	20	15	25	0	20	6	-71%																							

CURSOS	ESE	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	U ALGARVE	U ÉVORA	U NOVA DE LISBOA
ANIMAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	-44%		-9%					
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-33%		-15%	-28%		-40%		-12%
DESPORTO	-22%	-40%			8%	-19%	-25%	
EDUCAÇÃO BÁSICA	-48%	-71%	-42%	-81%	-15%	-74%	-39%	
PROMOÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÓNIO	-							
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LGP	-71%							

Constata-se que em todos os cursos oferecidos pela ESCE registaram no período entre 2010/2011 e 2014/2015 taxas de crescimento negativas em termos de estudantes colocados, situação idêntica aos oferecidos pelas outras instituições do ensino público, com exceção do curso na área da Gestão de Sistemas de Informação oferecido pela Universidade de Lisboa.

Quadro 45 - Vagas e inscritos 1ª vez (2010/2011 a 2014/2015) - cursos oferecidos pela ESE

Quadro 46 - Taxa de crescimento (2010/2011 a 2014/2015) de estudantes inscritos em cursos oferecidos pela ESE

CURSOS NO IPS	IP SETÚBAL											IP BEJA											IP LISBOA										
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	
ENFERMAGEM	46	50	46	45	46	42	46	44	44	44	-12%	35	37	35	34	35	34	35	34	35	34	-8%											
FISIOTERAPIA	42	43	42	39	42	41	42	38	42	37	-14%												35	45	35	33	35	35	35	33	37	37	-18%
TERAPIA DA FALA	27	28	27	26	27	23	27	27	27	27	-4%																						

CURSOS NO IPS	IP PORTALEGRE											IP SANTARÉM											U ALGARVE										
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	
ENFERMAGEM	80	90	80	72	60	57	60	39	60	60	-33%	45	48	45	42	47	41	50	44	80	81	69%	40	43	32	31	30	30	33	31	33	33	-23%
FISIOTERAPIA																																	
TERAPIA DA FALA																							25	28	26	25	25	22	24	5	24	5	-82%

CURSOS NO IPS	U ÉVORA											U NOVA LISBOA										
	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX	10/11		11/12		12/13		13/14		14/15		TX
	V	I	V	I	V	I	V	I	V	I		V	I	V	I	V	I	V	I	V	I	
ENFERMAGEM	30	38	30	29	30	30	60	53	60	61	61%	300	316	300	290	300	292	300	284	300	302	-4%
FISIOTERAPIA																						
TERAPIA DA FALA																						

CURSOS	ESS	IP BEJA	IP LISBOA	IP PORTALEGRE	IP SANTARÉM	U ALGARVE	U ÉVORA	E. S. ENF. LISBOA
ENFERMAGEM	-12%	-8%		-33%	69%	-23%	61%	-4%
FISIOTERAPIA	-14%		-18%					
TERAPIA DA FALA	-4%					-82%		

Quadro 51 - Vagas e inscritos 1ª vez (2010/2011 a 2014/2015) - cursos oferecidos pela ESS

Quadro 52 - Taxa de crescimento (2010/2011 a 2014/2015) de estudantes inscritos em cursos oferecidos pela ESS

Em síntese, com base nos dados anteriores, pode-se referir relativamente ao período entre 2010/2011 e 2014/2015:

- Na área das Tecnologias, todos os cursos oferecidos pelo IPS registaram taxas de crescimento negativas em termos de estudantes inscritos, situação idêntica à generalidade da oferta das restantes instituições, apesar de se terem registado taxas menos negativas na oferta do ensino universitário.

- Na área da Saúde, todos os cursos oferecidos pelo IPS registaram uma ligeira quebra em termos de estudantes inscritos, situação idêntica às ofertas das

restantes instituições, havendo a salientar, contudo um significativo crescimento relativamente aos cursos de Enfermagem no IP Santarém e na U Évora.

- Na área da educação, todos os cursos oferecidos pelo IPS registaram, quebras em termos de estudantes inscritos, situação idêntica às ofertas das restantes instituições.

- Relativamente à área da Economia, Gestão, Administração e Contabilidade, todos os cursos oferecidos pelo IPS registaram taxas de crescimento negativas em termos de estudantes inscritos, situação idêntica aos oferecidos pelas outras instituições do ensino público.

2 - AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Com base na análise da envolvente pode-se identificar o conjunto das principais ameaças e oportunidades que se colocam no horizonte do presente Plano Estratégico de Desenvolvimento (2018) e que se passam a descrever de forma sucinta.

A Comissão Europeia, no âmbito da designada Estratégia Europa 2020, com o objetivo de assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década, identificou, entre outros, a necessidade de promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital, estabelecendo-se como objetivos para Portugal, até 2020, investir entre 2.7 e 3.3% do PIB da UE em I&D, reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% de adultos entre os 30 e 34 anos tenham completado o ensino superior ou equivalente.

Por outro lado, o 7º programa quadro da união europeia para investigação e desenvolvimento tecnológico tem a continuidade assegurada através de um novo programa comunitário que irá decorrer no período 2014-2020 e ao qual está adstrito um financiamento de 80 biliões de euros. Este programa, designado Horizonte 2020, promove essencialmente atividades de inovação e investigação que sirvam de estímulo ao desenvolvimento económico e promovam a empregabilidade.

Pode-se, assim, considerar com oportunidades, a intenção ao nível da união europeia de promoção do conhecimento e educação terciária, bem como os apoios comunitários a ações de inovação e investigação.

Todavia, Portugal, decorrido o programa de assistência financeira, cujo processo de ajustamento da economia portuguesa conduziu, necessariamente, a uma situação de recessão económica em 2012 e 2013 e que obrigou o Estado a uma forte redução das despesas que condicionaram o investimento ao nível do ensino superior e com forte repercussão no aumento do desemprego e na redução do rendimento disponível das famílias, com impacto no abandono escolar, apresenta alguns sinais de crescimento a partir de 2014, contudo de valores muito reduzidos, pelo que a situação económica não deixará de ser uma ameaça sempre presente nos próximos anos.

O enquadramento económico e social, complementado com o início do processo de acreditação e avaliação dos cursos pela A3ES e pela inexistência expressa de uma política nacional, evidenciam caber às IES a iniciativa e a decisão relativas à criação de consórcios formais institucionais ou alicerçados em cursos específicos, a organização de ciclos de

estudos em parceria ou a fusão de instituições.

Ao nível do distrito de Setúbal que, como se sabe, é a área privilegiada de captação de estudantes e de atuação do IPS, tal espaço territorial é caracterizado pela existência de atividades e estruturas muito diversificadas (agricultura, pescas, indústria transformadora, construção, comércio, serviços, saúde, educação, cultura, recreio, lazer, administração pública). Se bem que se tenha vindo a verificar uma evolução negativa do número de empresas existentes na Península de Setúbal e no Alentejo Litoral, tal situação não deixa, no entanto de se entender como uma oportunidade favorável para o estabelecimento de uma forte ligação do IPS com a sua envolvente mais próxima. De referir, também, a existência de três setores em que se perspetiva um forte crescimento e que podem potenciar uma redefinição da competitividade regional da península, incrementando o seu valor acrescentado: logística; aeronáutica; e economia do mar.

Tal caracterização económica e a necessária valorização das diversas atividades apontam, por conseguinte, para a necessidade e oportunidade de novas ações de formação e de reconversão, não apenas ao nível profissional mas, igualmente, na lógica da formação ao longo da vida, de nível intermédio e superior.

Ao nível da oferta, o IPS confronta-se, em geral, com os distritos limítrofes (Lisboa, Évora, Beja e Santarém), com a concorrência de todos os tipos de instituições, públicas e privadas, do ensino superior politécnico e universitário.

Se bem que a grande proximidade da zona norte do distrito de Setúbal (principalmente a zona ribeirinha constituída pelos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal) com o conselho de Lisboa, face às melhores acessibilidades, constitui-se também como um pólo atrativo para as instituições do ensino superior instaladas em Lisboa, onde se encontra um número significativo de estabelecimentos deste nível de ensino, alguns naturalmente mais prestigiados e, por isso, com significativo poder de atração sobre a população em idade de ingresso no ensino superior.

Paralelamente, é igualmente detetável a persistência de um estigma social de "inferioridade" científica e social em torno das instituições integradas no

subsistema de ensino superior politécnico relativamente ao ensino superior universitário, aspeto que tem assumido tradução ao nível das opções de candidatura por parte dos estudantes com o ensino secundário completo.

Ao nível das licenciaturas (1º ciclo), com exceção de alguns cursos em que existe somente oferta das escolas do IPS, a restante oferta formativa encontra-se, na generalidade, pressionada por todos os distritos limítrofes. No entanto, a atual oferta formativa do IPS não cobre outras áreas científicas que são oferecidas pela restante rede nacional do ensino superior.

De referir, ainda, que ao nível da procura se tem registado um decréscimo acentuado na área de educação e, relativamente às “engenharias” tem sido apontado como um forte contributo para a sua menor procura, o facto da exigência, em geral, de provas nacionais de ingresso nas áreas da Matemática, da Física e da Química.

No entanto, deve-se ter em conta a entrada no ensino superior de novos públicos que alargam o âmbito de recrutamento de estudantes para o ensino superior, como são o caso dos maiores de 23 anos e a proveniência de estudantes dos cursos de especialização tecnológica (CET) que registaram crescimento e que virão a ser substituídos pelos CTeSP, para além de uma maior procura de cursos de mestrado no ensino superior politécnico, resultante da introdução do Decreto-Lei 74/2006.

No que se refere às relações com a comunidade, para além das várias atividades já desenvolvidas pelo IPS e pelas suas escolas em diversas áreas e o estabelecimento de diversos protocolos com entidades regionais, nacionais, europeias e dos CPLP - neste caso, onde se regista um aumento da procura de educação superior - no âmbito da formação, mobilidade de docentes e estudantes, nas atividades de investigação aplicada, na organização de seminários, conferências e outros tipos de encontros científicos, bem como na prestação de serviços, também o distrito de Setúbal, dada a sua situação económica e social, caracterizada pela existência de atividades e estruturas muito diversificadas, bem como por uma diversidade de associações setoriais (empresariais, culturais e sociais) abre espaço para a continuidade e alargamento da intervenção do IPS com a comunidade local.

A análise efetuada permite identificar as seguintes principais ameaças e oportunidades que se apresentam à intervenção do IPS, constituindo um contributo fundamental para a definição do seu posicionamento estratégico e para a definição dos objetivos e caminhos a seguir para a sua afirmação futura.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Objetivos da UE de melhoria os níveis de educação	Reduzido crescimento económico
Apoios comunitários a ações de inovação e investigação (Horizonte 2020) e internacionalização (Erasmus+)	Manutenção do reduzido financiamento público ao ES
Diversidade na atividade económica da região	“Menorização” do ensino superior politécnico (ESP)
Perspetivas de crescimento dos setores da logística, aeronáutica e economia do mar;	Forte densidade concorrencial sedeada na cidade de Lisboa (em quantidade, diversidade e prestígio)
Necessidades de formação ao longo da vida	Redução da procura formativa nas áreas da “engenharia” e da “educação”
Necessidades de qualificação do nível 5 (CTeSP) e nível 7 (Mestrado)	Inexistência de uma política nacional explícita sobre o ensino superior
Desenvolvimento económico e social dos CPLP	

Quadro 53 - Síntese das principais ameaças e oportunidades identificadas

2.1 – Análise Interna

2.1.1. Enquadramento histórico e evolução recente do IPS

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) foi criado em 1979, tendo os seus estatutos sido aprovados somente em dezembro de 1995.

A sua primeira Unidade Orgânica, a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST Setúbal), foi legalmente formalizada em 26 de dezembro de 1979 e, após concluída a construção das respetivas instalações, em setembro de 1988, iniciou a lecionação dos primeiros cursos de bacharelato no domínio das Engenharias.

Em 1985 é constituída a Escola Superior de Educação (ESE), direcionada para a formação na área da educação, que passa a funcionar inicialmente nas atuais instalações da sede do IPS (antigo palácio Fryxell), sendo depois transferida para a antiga fábrica Barreiros e, no ano letivo de 1988/89, para as instalações da EST Setúbal. Só em 1993 a Escola inicia o desenvolvimento da sua atividade educativa em edifício próprio, concebido pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira (que, com esse projeto, ganhou nesse ano o Prémio Nacional de Arquitetura).

Numa lógica natural de expansão do IPS, em dezembro de 1994 é criada a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), com a função principal de intervir nas áreas das Ciências Empresariais, visando complementar as vertentes de educação e engenharia apresentadas pelas outras Escolas do IPS. A ESCE iniciou as atividades letivas em 1995/96 nas instalações da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, mudando no ano seguinte para instalações criadas de raiz. Inicialmente arrancou com dois cursos de bacharelato em Contabilidade e Finanças e em Gestão dos Recursos Humanos, oferecendo atualmente 5 cursos no domínio das ciências empresariais.

A Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (EST Barreiro) foi a quarta Escola a ser constituída, tendo iniciado as suas atividades formativas no ano letivo de 1999/2000, em instalações provisórias cedidas pela Quimiparque, Parques Empresariais S.A., encontrando-se atualmente em novas instalações. A sua criação visou responder ao interesse, demonstrado por vários concelhos da zona ribeirinha do Tejo, de ver instalada uma instituição de ensino superior na sua zona de influência, enquanto pólo dinamizador do desenvolvimento regional e instrumento de fixação de população. Com o objetivo de evitar a

concorrência interna entre diferentes unidades orgânicas do IPS, a EST Barreiro atua em áreas científicas diferentes da EST Setúbal, designadamente na área da engenharia civil.

Criada a 13 de março de 2000, a Escola Superior de Saúde (ESS) é a mais recente unidade orgânica do IPS. Este novo eixo de desenvolvimento da atividade do IPS, justificado pela enorme carência de técnicos nesta área, face às necessidades atuais da sociedade portuguesa, em geral, e da região de Setúbal, em particular, veio responder igualmente à decisão do Ministério da Saúde de criação de uma Escola Superior de Enfermagem em cada Distrito. Funcionando nas instalações da ESCE, aguarda com alguma expectativa a disponibilização de verbas para a construção das suas futuras instalações, encontrando-se aprovado o respetivo projeto de arquitetura.

Ao nível organizacional, os últimos tempos foram marcados por uma consolidação institucional, na sequência da aprovação do RJIES, dos novos estatutos e do regulamento orgânico dos serviços centrais.

O IPS engloba atualmente, para além dos Serviços da Presidência, dos Serviços de Ação Social e de um Clube Desportivo, cinco escolas superiores, orientadas pela perspetiva de dinamização cultural e científica da região em que está inserida:

- Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST Setúbal);
- Escola Superior de Educação (ESE);
- Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE);
- Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (EST Barreiro);
- Escola Superior de Saúde (ESS).

Com cerca de 5.500 mil estudantes nos vários cursos ministrados, mais de 500 docentes e o apoio de cerca de 160 funcionários não docentes, o IPS é uma das mais importantes instituições de ensino superior público do distrito de Setúbal.

Em contínuo processo de desenvolvimento, o IPS tem procurado diversificar e alargar a sua esfera de

intervenção científica e pedagógica, enveredando por caminhos inovadores e pouco explorados. A sua clara aposta na formação de diplomados com um elevado nível cultural, científico, artístico, técnico e profissional, permitiu-lhe afirmar-se como referência no panorama do ensino superior politécnico português.

De referir, após obras conservação e de recuperação a partir de disponibilidades financeiras próprias, a disponibilização dos Claustros existente no Palácio Fryxel do Instituto Politécnico de Setúbal para iniciativas de carácter cultural e de animação, intercâmbio de experiências dos diferentes níveis educativos, apoio a iniciativas locais, promoção de novos artistas, realização de seminários ou outros eventos que pelas suas características se integrem na missão institucional do IPS.

De referir, ainda, a existência do clube IPS, que dispõe de um Pavilhão Gimnodesportivo onde se desenvolve um conjunto variado de atividades desportivas e recreativas, de carácter regular, pontual e institucional, aberto à comunidade.

2.1.2 Formação

Cursos

No campo do ensino e formação, o IPS tem a funcionar 32 licenciaturas (24 em horário diurno e 7 em horário pós-laboral), 21 mestrados, 7 cursos de Pós-Graduação e 13 cursos de CET, sendo que o número total de estudantes apresenta um decréscimo, em 2014/2015, de 8% face ao ano anterior, revelando uma diminuição do peso das licenciaturas e mestrados e um crescimento significativo ao nível dos estudantes de pós-graduações.

A título de exemplo, o peso das licenciaturas passou de 83% em 2012/2013 para 81% em 2014/2015, enquanto os CET representam, em 2014/2015, 7% do total, quando em 2012/2013 não ultrapassavam 5%.

As pós-graduações têm registado no período considerado de 2012/2013 a 2014/2015 uma evolução favorável.

A oferta formativa do IPS concentra-se, essencialmente, no ensino presencial, podendo afirmar-se que a aposta no e-learning é ainda incipiente. Apesar disso, existe uma experiência de b-learning num

curso da EST Setúbal, bem como a utilização cada vez mais significativa da plataforma moodle por parte dos docentes como ferramenta pedagógica.

A capacidade de atração dos diferentes cursos em sede de concurso nacional de acesso tem decaído nos últimos anos, à semelhança do que tem ocorrido na generalidade dos Politécnicos, com particular incidência nas áreas das tecnologias e engenharias e, em alguns cursos de ciências empresarias, especialmente em horário pós-laboral.

No quadro 55 apresenta-se a evolução, nos últimos 4 anos, das colocações na 1ª fase do concurso nacional de acesso, por escola.

No quadro 56 apresenta-se a evolução do índice de procura em 1ª Opção, nos últimos 4 anos, das colocações na 1ª fase do concurso nacional de acesso, por escola, constatando-se que somente a ESS e a ESE têm registado valores acima dos 50%.

Apesar desta evolução, os concursos especiais têm permitido o ingresso de novos públicos, especialmente nos maiores de 23 anos, fazendo com que uma percentagem das vagas colocadas a concurso seja preenchida na sua grande maioria, embora com diferenças entre as várias escolas.

Verifica-se, no entanto, uma redução da procura deste público nas áreas das tecnologias e das engenharias o que, aliado à introdução de novas condições de acesso, permite antever uma diminuição dos novos estudantes nos próximos anos. Esta situação pode colocar em causa a sustentabilidade de algumas formações, fator que deverá ser equacionado, nomeadamente ao nível da sua manutenção na oferta formativa no IPS ou de uma possível reestruturação.

De salientar ainda, conforme já anteriormente referido, quando da análise da procura, numa observação às preferências dos candidatos originários do distrito de Setúbal, no ano 2010, cerca de 30% optaram por permanecer na região e cerca de 59% escolheram como primeira opção a colocação em instituições de ensino superior de Lisboa⁶⁴.

⁶⁴ Conforme Plano de Marketing 2012-2014 do IPS

	2012/2013	2013/2014	2014/2015	TX. CRESCIMENTO	MÉDIA
CET	311	399	350	13%	353
LICENCIATURA	5.135	4.435	4.089	-20%	4.553
MESTRADO	725	587	523	-28%	612
PÓS-GRADUAÇÃO	53	56	91	72%	67
TOTAL	6.224	5.477	5.053	-19%	5.585

Quadro 54 - Evolução dos Estudantes do IPS por tipologia de formação

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
EST SETÚBAL	31,1%	8,6%	8,8%	12,9%
ESE	83,7%	64,7%	58,8%	75,8%
ESCE	54,5%	49,7%	40,0%	57,4%
EST BARREIRO	17,4%	1,7%	23,9%	47,8%
ESS	100,0%	79,1%	87,8%	100,0%
IPS	52,6%	38,5%	37,2%	48,3%

Quadro 55 - Evolução das vagas preenchidas na 1ª fase do CNA

	2011/2012			2012/2013			2013/2014			2014/2015		
	Vagas	Candidatos 1ª opção	Índice de procura em 1ª opção	Vagas	Candidatos 1ª opção	Índice de procura em 1ª opção	Vagas	Candidatos 1ª opção	Índice de procura em 1ª opção	Vagas	Candidatos 1ª opção	Índice de procura em 1ª opção
EST Setúbal	370	74	0,59	350	22	0,06	341	20	0,06	388	27	0,07
ESE	215	127	0,20	204	110	0,54	194	86	0,44	161	82	0,51
ESCE	488	180	0,37	435	147	0,34	417	118	0,28	390	121	0,31
EST Barreiro	144	18	0,13	120	2	0,02	117	24	0,21	90	13	0,14
ESS	115	222	1,93	115	134	1,17	115	134	1,17	113	131	1,16
IPS	1332	621	0,47	1224	415	0,34	1184	382	0,32	1142	374	0,33

Quadro 56 - Evolução do índice de procura em 1ª Opção na 1ª fase do CNA

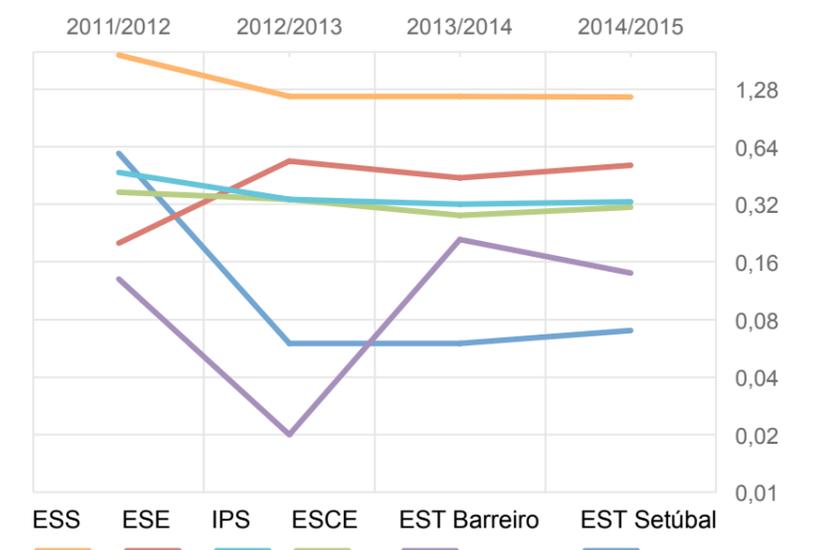


Figura 12 Evolução do índice de procura em 1ª Opção na 1ª fase do CNA

	CNA				M23				OUTROS				TOTAL		
	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia
EST Setúbal	388	104	26,8%	31,2%	19	53	278,9%	15,9%	141	176	124,8%	52,9%	548	333	0,07
ESE	161	136	84,5%	80,5%	15	11	73,3%	6,5%	49	22	44,9%	13,0%	225	169	0,51
ESCE	390	247	63,3%	58,8%	48	128	266,7%	30,5%	113	45	39,8%	10,7%	551	420	0,31
EST Barreiro	90	34	37,8%	47,2%	3	13	433,3%	18,1%	40	25	62,5%	34,7%	133	72	0,14
ESS	113	104	92,0%	78,2%	3	8	266,7%	6,0%	14	21	150,0%	15,8%	130	133	1,16
IPS	1142	625	54,7%	55,5%	88	213	242,0%	18,9%	357	289	81,0%	25,6%	1587	1127	0,33

Quadro 57 - Preenchimento das vagas, incluindo todos os regimes de acesso em 2014/2015

Sucesso Escolar

O processo pedagógico tem sido marcado, nos últimos anos, por uma elevada taxa de insucesso, especialmente nas escolas de tecnologia e nas áreas científicas mais quantitativas, tal como patente no estudo da UNQUA para a avaliação de follow-up da European University Association. Constatou-se que, a nível global as taxas de sobrevivência têm vindo a evoluir positivamente a partir de 2011/2012..

Um outro indicador prende-se com a percentagem de estudantes retidos (na licenciatura), pelo que se apresenta na figura seguinte a sua evolução ao nível

de cada escola, no ano letivo de 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014.

Os dados mostram, em termos globais, um aumento do insucesso escolar em 2013/2014, apesar da diminuição existente ano anterior, embora revele matizes diferenciadas nas diversas escolas. Importa perceber que causas têm contribuído para esta tendência, nomeadamente o impacto das questões económicas e sociais, o papel do abandono, a relevância das metodologias pedagógicas utilizadas e da estruturação curriculares dos diferentes ciclos de estudo, a preparação prévia dos estudantes quando ingressam no ensino superior, entre outras.

	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
EST Setúbal	30,4%	21,6%	22,3%	34,1%	55,0%	55,3%
ESE	61,5%	68,2%	65,1%	66,1%	71,6%	61,2%
ESCE	59,2%	49,1%	52,2%	55,1%	55,2%	57,4%
EST Barreiro	48,6%	40,0%	26,5%	47,7%	65,1%	50,0%
ESS	87,5%	86,2%	84,0%	90,4%	84,3%	106,6%
IPS	51,9%	43,3%	43,1%	51,1%	61,0%	61,3%

Quadro 58 - Evolução das taxas de sobrevivência no IPS

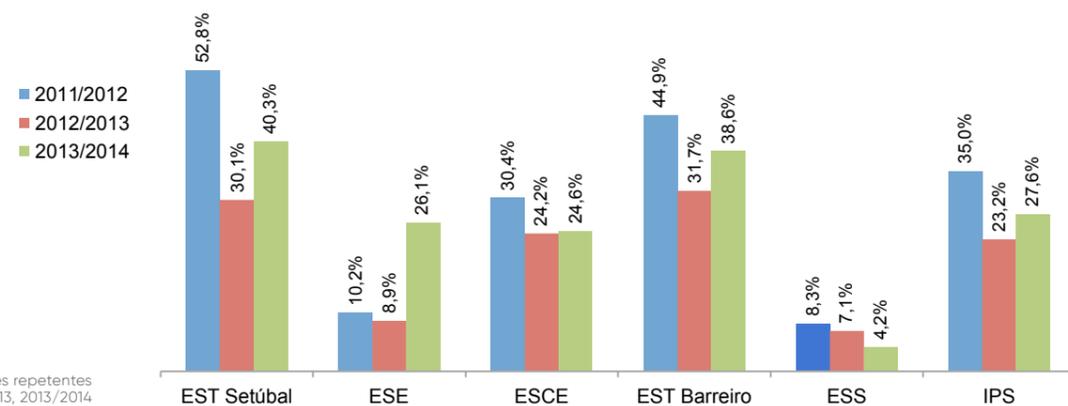


Figura 13 - Taxa de estudantes repetentes em 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014

No quadro seguinte são apresentados os valores do número de Licenciados em N anos, N+1, N+2 e >N+2.

	2011/2012				2012/2013				2013/2014			
	N	N+1	N+2	>N+2	N	N+1	N+2	>N+2	N	N+1	N+2	>N+2
EST Setúbal	27,0%	27,0%	20,6%	26,0%	15,5%	32,8%	21,8%	29,8%	18,0%	23,5%	24,0%	34,4%
ESE	85,1%	12,4%	1,2%	1,2%	84,8%	10,3%	4,9%	0,0%	87,6%	6,9%	2,1%	3,4%
ESCE	57,7%	24,9%	16,0%	1,4%	55,4%	23,9%	14,4%	6,4%	52,1%	26,5%	9,9%	11,5%
EST Barreiro	42,0%	25,0%	19,0%	14,0%	29,0%	21,0%	25,0%	25,0%	41,7%	8,3%	20,0%	30,0%
ESS	89,0%	6,0%	0,7%	5,0%	83,0%	14,4%	1,0%	2,1%	80,6%	14,0%	4,7%	0,8%
IPS	58,3%	20,6%	12,5%	8,6%	51,5%	22,2%	14,0%	12,4%	54,5%	19,2%	11,6%	14,8%

Quadro 59 - Evolução número de Licenciados em N anos, N+1, N+2 e >N+2 no IPS

Em Abril de 2011, foi criado o PIPSA – Plano Institucional para a Melhoria do Sucesso Académico, com fundamento no Programa de Ação do Presidente e as recomendações da EUA no relatório de avaliação institucional 2008, elegendo o insucesso como questão/problema a ser resolvida, projetando-se “uma estratégia global de melhoria do sucesso escolar que inclua o diagnóstico completo da situação, a implementação e monitorização de planos de ação e a avaliação das ações desenvolvidas ao nível das Escolas, onde o (in)sucesso se gera e deve ser gerido”⁶⁵. Assim, foram previstos três tipos de ações: de prevenção (têm como grande objetivo prevenir o insucesso e são centradas nos estudantes do 1º ano, primeira vez); de reorganização pedagógica (alterações na constituição de turmas e a criação de grupos de tutoria bem como um regulamento de frequência e avaliação dos estudantes do IPS) e situacionais (centradas nos cursos e UC com índices mais elevados de insucesso e exigem planos específicos detalhados). Deste Plano decorreram atividades em várias linhas, incluindo seminários à comunidade e propostas de formação e docentes, bem como a construção do documento LOADE (Linhas Orientadoras de Avaliação de Desempenho Escolar dos Estudantes do IPS).

Abandono Escolar

No âmbito do abandono escolar, foi desenvolvido pelo Núcleo de Planeamento e pela UNQUA um estudo sobre o abandono escolar no IPS, no 1.º e 2.º ciclo de estudos, em 2012/2013, que procura dar resposta à necessidade de conhecer o contexto atual da instituição, no que à problemática do abandono escolar diz respeito, identificando e interpretando as razões que estão na sua origem. Integra também um trabalho sistemático, já iniciado, ao nível da recolha e análise de informação relacionada com os fenómenos do sucesso, insucesso e abandono escolares, no contexto da instituição, dando continuidade ao estudo promovido pela UNQUA em 2011 e assumindo, simultaneamente, um caráter preventivo/interventivo, com vista à definição de medidas adequadas, sobretudo nas Escolas onde a problemática do abandono escolar continua a assumir maior dimensão.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas de abandono escolar nas licenciaturas e mestrados, registadas no ano letivo 2012/2013.

	2012/2013	
	Licenciaturas	Mestrados
EST Setúbal	21,1%	44,7%
ESE	17,6%	19,4%
ESCE	16,9%	40,3%
EST Barreiro	23,2%	39,0%
ESS	8,5%	17,1%
IPS	18,3%	31,5%

Quadro 60 - Taxas de abandono escolar no IPS em 2012/2013

⁶⁵ Documento do PIPSA, introdução.

Empregabilidade

Se é importante analisar a procura dos cursos e o processo pedagógico, a capacidade de inserção profissional dos diplomados é cada vez mais um indicador relevante para as instituições de ensino superior.

Neste campo particular, e de acordo com os dados publicados pela DGEEC e pelo IEFP, tendo por base o número de diplomados inscritos nos centros de emprego, o IPS apresentava em dezembro de 2014 uma taxa global de desemprego na ordem dos 9,9%, se considerarmos os licenciados entre 2009/2010 e 2012/2013. Estes valores colocam o IPS na segunda posição, sendo apenas superado pelo IPLisboa, no campo dos politécnicos públicos.

O quadro 62 traduz a evolução do número de licenciados e desempregados do IPS e a nível nacional em dezembro de 2011, 2012 e 2013. A segunda coluna diz respeito à evolução do número de licenciados. Conforme se constata, o IPS apresenta, em 2013, uma taxa de desemprego total inferior em 0,4 p.p. relativamente ao ano anterior, verificando-se, igualmente, que na procura do primeiro emprego, em 2013, o IPS apresenta uma taxa de desemprego inferior aos valores nacionais, quer na procura à menos de 12 meses (o IPS apresenta uma taxa de 6,6% e a nível nacional a taxa situa-se nos 7,4%) quer na procura à 12 meses ou mais (o IPS apresenta uma taxa de desemprego de 1,1% e a nível nacional a taxa situa-se nos 2%).

	Desemp. Total Lic. 09/10 a 12/13 em dez. 2014	Desemp. Total Lic. 09/10 a 11/12 em dez. 2013	Desemp. Total Lic. 02/03 a 11/12 em dez. 2013
Instituto Politécnico de Beja	10,7%	29,8%	17,9%
Instituto Politécnico de Lisboa	6,1%	14,6%	8,3%
Instituto Politécnico de Portalegre	11,6%	26,7%	14,0%
Instituto Politécnico de Santarém	9,1%	21,2%	11,6%
Instituto Politécnico de Setúbal	8,2%	19,9%	12,2%
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	5,1%	9,8%	6,0%
Universidade do Algarve	9,1%	23,0%	12,9%
Universidade de Évora	10,3%	23,7%	12,9%
Universidade de Lisboa	7,2%	8,7%	7,0%

Quadro 61 - Taxa de Desemprego, dos Licenciados, registada em IES, a dezembro de 2014

			Desempregados			Primeiro Emprego		Novo Emprego	
			<12meses	>12meses	Total	<12meses	>12meses	<12meses	>12meses
2011	IPS	2567	219	43	262	94	20	125	23
			8,5%	1,7%	10,2%	3,7%	0,8%	4,9%	0,9%
	PORT.	155053	14532	3655	18187	6665	1986	7867	1669
			9,4%	2,4%	11,7%	4,3%	1,3%	5,1%	1,1%
2012	IPS	2131	358	75	433	132	31	226	44
			16,8%	3,5%	20,3%	6,2%	1,4%	10,6%	2,1%
	PORT.	147222	19257	5376	24633	9580	2353	9677	3023
			13,1%	3,7%	16,7%	6,5%	1,6%	6,6%	2,1%
2013	IPS	2109	329	91	420	140	24	189	67
			15,6%	4,3%	19,9%	6,6%	1,1%	9,0%	3,2%
	PORT.	144208	18983	6180	25163	10656	2897	8327	3283
			13,2%	4,3%	17,5%	7,4%	2,0%	5,8%	2,3%

Quadro 62 - Evolução do número e taxa de desemprego dos licenciados, a nível nacional e para o IPS

O quadro seguinte apresenta uma relação entre as taxas de desemprego total existentes nos diversos cursos do IPS e nas outras instituições de ensino que lecionam cursos na mesma área de formação (média nacional). Os dados evidenciam que existiu, ao nível do IPS, uma diminuição da taxa de desemprego total, em alguns dos cursos, nos últimos 3 anos comparativamente com os registos dos últimos 10 anos, que traduz uma evolução positiva no que concerne às licenciaturas ministradas no IPS. Apesar dos cursos de Engenharia Química e Gestão da Construção evidenciaram taxas de desemprego elevadas, as mesmas decorrem do reduzido número de diplomados nestes cursos, nos anos em análise.

Curso	Desemprego Total Licenciados de 2009/2010 a 2011/2012			Desemprego Total Licenciados de 2002/2003 a 2011/2012			
	PORT	IPS	#p.p.	PORT	IPS	#p.p.	
EST Setúbal	Engenharia Biomédica	13,6%	16,0%	-2,4	7,8%	15,2%	-7,4
	Engenharia de Automação, Controlo e Instrumentação	8,9%	26,9%	-18,0	4,8%	8,5%	-3,7
	Engenharia do Ambiente	19,6%	36,2%	-16,6	11,4%	18,6%	-7,2
	Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	8,9%	14,6%	-5,7	4,8%	6,3%	-1,5
	Engenharia Informática	8,9%	6,6%	2,3	4,8%	3,5%	1,3
	Engenharia Mecânica	12,1%	21,9%	-9,8	7,0%	11,8%	-4,8
	Tecnologia e Gestão Industrial (regime noturno)	11,7%	7,1%	4,6	8,2%	7,1%	1,1
ESE	Animação e Intervenção Sociocultural	34,7%	29,3%	5,4	16,8%	22,6%	-5,8
	Comunicação Social	25,4%	18,8%	6,6	13,7%	10,8%	2,9
	Desporto	15,1%	14,3%	0,8	10,2%	10,0%	0,2
	Educação Básica	9,7%	6,2%	3,5	15,0%	14,4%	0,6
	Promoção Artística e Património	22,2%	21,7%	0,5	14,5%	19,2%	-4,7
	Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa	20,2%	21,2%	-1,0	12,7%	19,4%	-6,7
ESCE	Contabilidade e Finanças	19,1%	31,4%	-12,3	9,3%	10,2%	-0,9
	Gestão da Distribuição e da Logística	17,8%	28,0%	-10,2	10,0%	14,1%	-4,1
	Gestão de Recursos Humanos	17,8%	20,9%	-3,1	10,0%	13,4%	-3,4
	Gestão de Sistemas de Informação	11,7%	9,1%	2,6	8,3%	7,4%	0,9
	Marketing	22,5%	21,5%	1,0	13,8%	14,9%	-1,1
EST Barreiro	Engenharia Civil	17,1%	39,8%	-22,7	10,0%	24,2%	-14,2
	Engenharia Química	13,6%	85,7%	-72,1	7,8%	85,7%	-77,9
	Gestão da Construção	17,1%	50,0%	-32,9	10,0%	50,0%	-40,0
ESS	Enfermagem	17,1%	13,3%	3,8	7,0%	9,8%	-2,8
	Fisioterapia	26,3%	12,2%	14,1	13,3%	5,4%	7,9
	Terapia da Fala	26,3%	32,8%	-6,5	13,3%	14,8%	-1,5

Quadro 63 - Comparação da taxa de desemprego por curso, a nível nacional e do IPS

Na figura seguinte é apresentada uma comparação do Desemprego Total dos Licenciados do IPS e em Portugal, registado em junho 2014

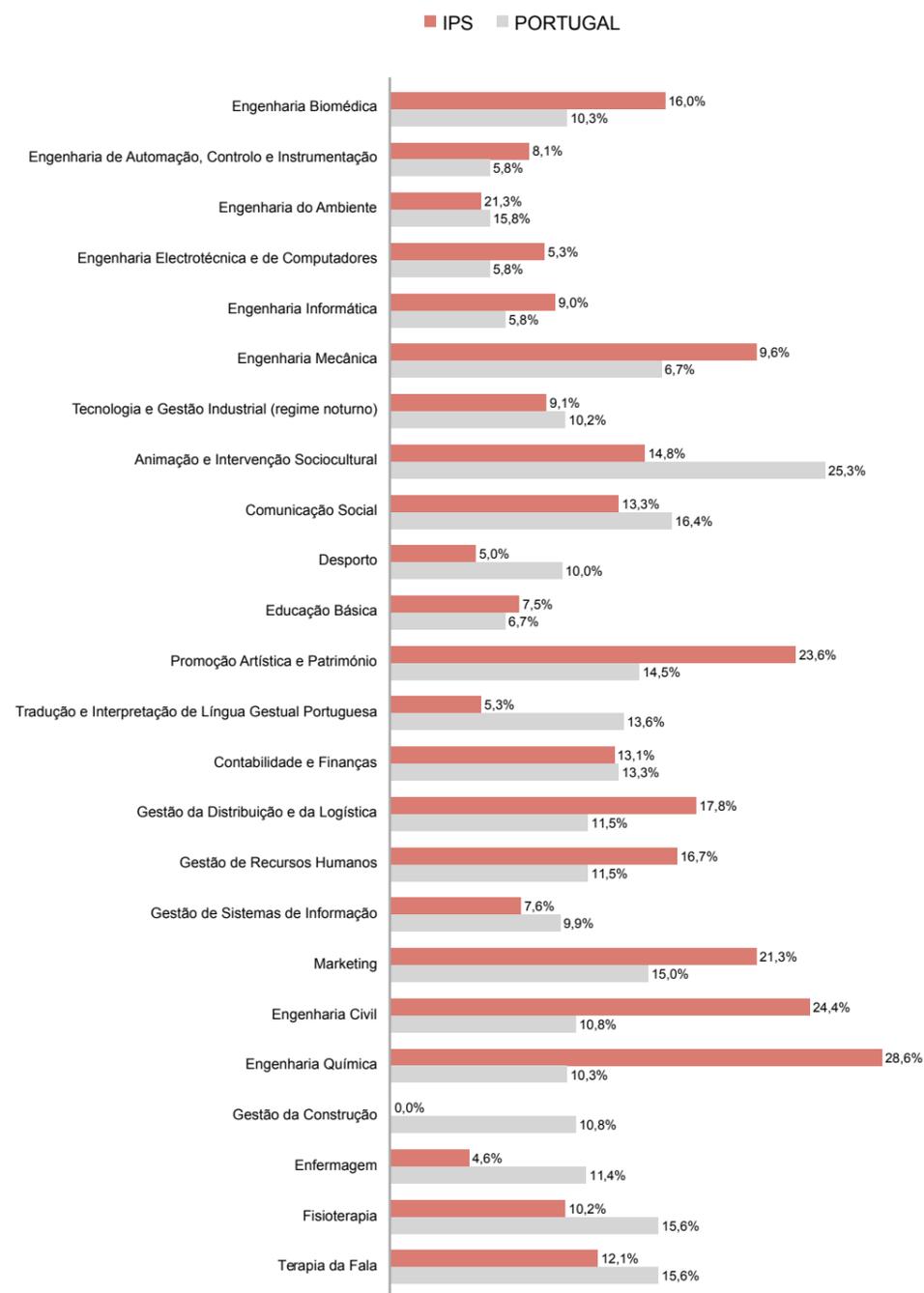


Figura 14 - Comparação do Desemprego Total dos Licenciados do IPS e em Portugal (junho de 2014)

Com base num inquérito a cerca de 939 diplomados (767 licenciados e 172 mestres), nos diversos cursos ministrados nas unidades orgânicas do IPS, que suportou um estudo sobre a inserção profissional dos licenciados e mestres do IPS no ano letivo 2011/2012, há a destacar:

Em situação de emprego encontram-se 56,3% dos inquiridos licenciados sendo 68,3% os que desenvolvem uma atividade profissional (empregados e a realizar estágio remunerado e não remunerado).

A realizar uma atividade profissional remunerada (empregados e a realizar estágio remunerado) evidenciam-se os inquiridos licenciados da EST Setúbal (74,8%), da ESCE (73,2%) e da ESS (78,1%).

No que concerne ao 2º ciclo, 83% dos inquiridos estão empregados sendo a EST Setúbal (100%), a ESCE (92,3%) e a ESS (92,3%) a revelar as taxas de emprego mais elevadas.

Em termos gerais, os mais jovens apresentam as taxas de desemprego mais elevadas (20,9% os desempregados dos 18-23 anos e 24,3% dos 24-29 anos) e são estes que também apostam na continuação dos estudos a tempo inteiro (22% os que estudam a tempo inteiro dos 18-23 anos e 9,4% dos 24-29 anos).

No 1º ciclo são 39,2% os inquiridos que indicam estar empregados antes de terem ingressado no curso de licenciatura, sendo 11,7% os que afirmam ter conseguido emprego ainda antes da conclusão do mesmo. Para 40,5% destes licenciados a sua inserção no mercado de trabalho efetivou-se no primeiro ano após a conclusão da licenciatura, constatando-se serem apenas 8,6% os que esperaram mais de um ano para obterem um emprego.

No que respeita aos inquiridos do 2º ciclo, constata-se que 83,2% já trabalhavam quando ingressaram no curso de mestrado e 8% obtiveram emprego ainda no decorrer do mesmo.

94,8% dos licenciados trabalham por conta de outrem, sendo apenas 4,4% os que trabalham por conta própria e 0,8% os que referem enquadrar-se noutra situação profissional, uma distribuição que se observa homogénea entre as diversas escolas. Entre os mestres, também o trabalho por conta de outrem é a realidade de praticamente todos os inquiridos (95,2%).

No que respeita ao vínculo contratual mantido pelos inquiridos licenciados com as entidades empregadoras, conclui-se que cerca de 49,2% possuem um contrato de trabalho sem termo, sendo o contrato a prazo o vínculo mantido por 37,2% dos licenciados empregados. Relativamente aos inquiridos do 2º ciclo, o contrato sem termo é o vínculo contratual mais apontado (64%).

O setor privado emprega cerca de 79% dos licenciados no IPS e, apenas 14% dos inquiridos trabalham em organismos públicos. As pequenas e médias empresas empregam cerca de 31% dos licenciados e nas empresas com 100 ou mais trabalhadores encontram-se inseridos 47,9% dos inquiridos. Os diplomados do 2º ciclo trabalham, essencialmente, no setor público (46,8%). Cumulativamente (1º e 2º ciclo), verifica-se que as grandes empresas (> de 500 empregados) e os organismos da administração pública empregam cerca de metade dos inquiridos diplomados (46%).

Os setores dos serviços prestados às empresas (20,4%), indústria transformadora, eletricidade, água, gás e construção e obras públicas (18,5%) e saúde e ação social (15,7%), são os mais apontados pelos licenciados empregados. Menos expressivos, entre os licenciados empregados, são os setores da justiça (0,3%), agricultura, pescas e indústria extrativa (1,4%) e administração pública central (3,0%). No 2º ciclo o setor que se apresenta como o maior empregador é o da educação (45,6%) seguido da indústria transformadora, eletricidade, água, gás e construção e obras públicas (14,4%) sendo, por outro lado, o setor da agricultura, pescas e indústria extrativa (0,8%), bancos e seguros (0,8%) e justiça (0,8%) que apresentam os valores menos expressivos.

Relativamente à localização geográfica das entidades empregadoras dos inquiridos licenciados, as mesmas situam-se essencialmente em Lisboa e Setúbal (20,8% e 19,1% respetivamente). Palmela surge também como um dos locais mais apontados (7,3%) destacando-se, ainda, que 7,3% dos inquiridos trabalham fora de Portugal (6,2% em países da União Europeia e 1,1% em países fora do espaço europeu). Para 21,6% dos inquiridos, a empresa/organização onde trabalham situa-se em Portugal mas fora no distrito de Setúbal e do concelho de Lisboa.

No que diz respeito ao escalão remuneratório onde se encontram inseridos os inquiridos empregados

constata-se que 33,1% dos licenciados auferem um salário líquido mensal entre os 501€-750€ sendo este o escalão com maior expressão. No entanto, a auferir mais de 1.000€ estão 30,3% sendo o salário médio mensal auferido pelos inquiridos licenciados de 1.037 euros líquidos. No que refere aos inquiridos mestres, o seu salário médio mensal é de 1.135€, sendo que mais de metade dos inquiridos do 2º ciclo (52,6%) auferem um salário superior a 1.000€ líquidos mensais. Destacam-se, os mestres da EST Barreiro que auferem, todos eles, um salário superior a 1.250€.

Quanto à forma de inserção no mercado de trabalho, no que respeita aos licenciados, 20,6% obtiveram o emprego através de candidatura espontânea. Destacam-se, ainda, 18,3% que entraram no mercado de trabalho através dos contactos de amigos ou colegas e 12,6% indicam ter sido através dos portais de emprego. Por outro lado, o acesso ao emprego através de concurso público (1,7%), de estágio não remunerado (1,7%) ou através da criação da própria empresa (1,1%) são os menos apontados pelos inquiridos licenciados. No 2º ciclo, tendo em conta que a maioria dos inquiridos se encontrava a trabalhar, antes, ou no decorrer do mestrado, os valores apresentados são pouco significativos.

No que concerne à ligação existente entre a área de estudo e a atividade profissional desenvolvida pelos licenciados, verifica-se que 56% trabalham numa atividade diretamente relacionada com a sua formação académica e 22,7% encontram-se a desempenhar funções em áreas próximas ao curso que concluíram, sendo 21,3% os que não encontram correspondência entre a atividade desenvolvida e o diploma obtido. Da análise por escola verifica-se

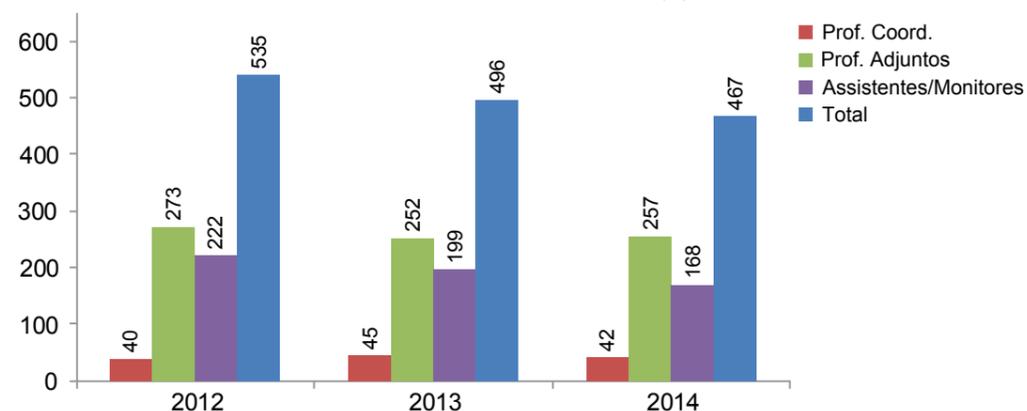


Figura 15 - Evolução do nº de docentes efetivos do IPS

que são os licenciados da ESE os que menos correspondências encontram entre a área da licenciatura e a atividade profissional que desenvolvem (53,2%) constatando-se, por outro lado, que cerca de 90% dos licenciados inquiridos da ESS desenvolvem uma profissão na sua área de estudo. Os mestres trabalham, na sua maioria (80,2%), em áreas relacionadas com o diploma obtido sendo apenas 4% os que não encontram correspondência entre o mestrado que concluíram e a atividade profissional que desenvolvem.

Relativamente ao contributo das competências adquiridas ao longo do curso identificadas como facilitadores na inserção no mercado de trabalho, constata-se que para os licenciados, em média, as competências que adquiriram e desenvolveram no decorrer do curso e que potenciaram a sua inserção no mercado de trabalho, considerando numa escala de 1 a 5, são o Relacionamento interpessoal (4,12), o Trabalho em equipa (4,10) e a Ética (3,95). Por outro lado, as menos valorizadas por estes diplomados são a Liderança (3,66) e a Inovação e Qualidade (3,82). Ao nível do 2º ciclo destacam-se as competências de Relacionamento Interpessoal (4,12), de Trabalho em equipa (4,11), sendo que a Aprendizagem contínua (4,06) surge com uma valorização superior por comparação com os licenciados. Também a Liderança (3,58) surge como a menos valorizada pelos mestres inquiridos.

2.2 Docentes

O número total de docentes efetivos e em ETI decresceu no período de 2012 a 2014, conforme se pode verificar nas figuras seguintes, onde se incluem os docentes equiparados ou convidados⁶⁵.

⁶⁵ Inclui a Presidência, onde se encontrava 1 Prof. Coordenador Principal (2012 a 2013), Prof. Coordenadores (2 em 2014 e 2013 e 1 em 2012) e Prof. Adj. (1 em 2012)

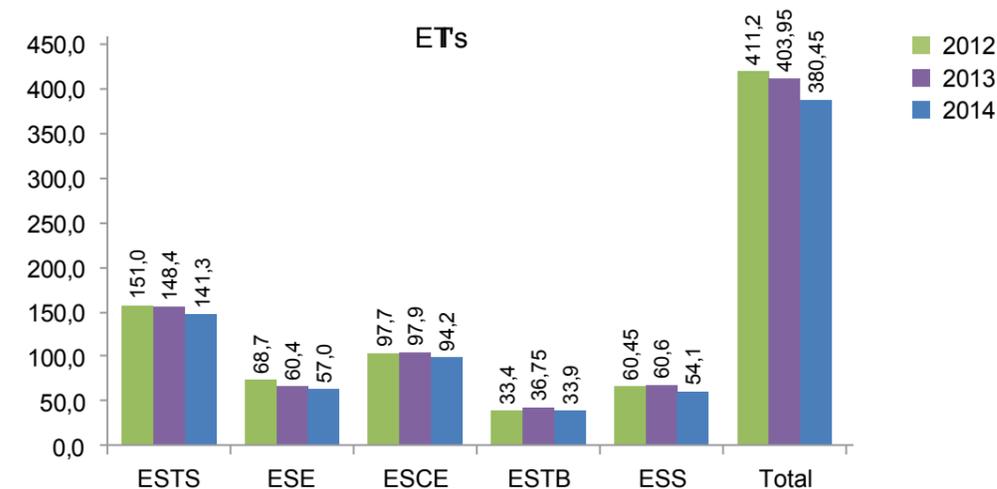


Figura 16 - Evolução do nº de docentes ETIs do IPS

Nos quadros seguintes são apresentados os valores por unidade orgânica, relativamente ao número total de docentes.

O apoio à formação avançada para obtenção do grau de doutor por parte dos docentes do IPS tem-se constituído como uma aposta clara, tendo em conta que qualificação do corpo docente para além de se assumir como um fator de valorização e

credibilidade no ensino superior, é uma das principais recomendações ou condições impostas pela A3ES na acreditação dos cursos.

Os resultados evidenciam um aumento sustentado dos docentes com doutoramento, nos últimos 5 anos, representando, atualmente, cerca de 45% dos ETIs totais do IPS (conforme quadro seguinte).

Docentes ETIs	EST Setúbal			ESE			ESCE			EST Barreiro			ESS		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Prof. Coord. Princ.	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof. Coord.	11	14	13	9	8	7	9	11	11	1	1	1	6	8	8
Prof. Coord. Conv.	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Soma Prof. Coord.	13	16	15	10	8	7	9	11	11	1	1	1	7	9	8
Prof. Adj.	62	65	66	28	27	28	37	35	38	12	12	15	20	19	19
Equip.Prof.Adj./Adj. Conv.	34	31	25	14	9	10	16	15	15	23	23	23	27	16	18
Soma Prof. Adj.	96	96	91	42	36	38	53	50	53	35	35	38	47	35	37
Eq. Assist./Assist./Assist. Conv.	55	48	44	37	19	18	68	67	57	5	13	8	53	50	40
Monitor/Requis.	0	0	0	2	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	164	160	150	91	65	64	132	128	121	41	49	47	107	94	85

Quadro 64 - Evolução do nº de docentes nas UO do IPS

	2010	2011	2012	2013	2014
EST Setúbal	31,5%	34,0%	40,1%	44,7%	48,4%
ESE	30,8%	29,0%	40,4%	45,3%	53,6%
ESCE	24,7%	28,0%	31,3%	32,3%	37,8%
EST Barreiro	34,4%	27,3%	39,4%	47,2%	59,9%
ESS	19,5%	20,2%	22,3%	28,7%	30,8%
IPS	28,5%	29,2%	35,4%	39,6%	45,1%

Quadro 65 - Evolução da % de ETIs Doutorados

No entanto, se se discriminar os docentes considerando os que estão a tempo integral ou que são de carreira, onde, à partida, a exigência para obtenção do grau se coloca com mais acuidade, os valores atingem (em 2014) cerca de 51% no caso dos docentes a tempo integral e cerca de 72% se considerarmos os docentes de carreira, conforme quadro seguinte. Devemos, no entanto, destacar que, seja qual a forma de mensuração, o IPS cumpre os requisitos mínimos impostos pela lei (15% dos docentes com o grau de doutor).

Se ao nível dos docentes doutorados os resultados têm sido significativos, o mesmo não se tem verificado com a obtenção do título de especialista, apesar de ter apresentado, no último ano, um crescimento significativo (em 2011 existiam 10 docentes detentores de título de especialista e em 2014 eram 44 os docentes com este título) que, em termos globais, representam apenas cerca de 8% do universo de docentes ETI, valor muito aquém do exigido pela lei.

	% Docentes em Tempo Integral Doutorados			% Docentes de Carreira Doutorados		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
EST Setúbal	43,9%	47,5%	51,5%	78,7%	79,8%	80,2%
ESE	57,1%	48,2%	56,6%	59,5%	62,9%	71,4%
ESCE	44,9%	44,3%	50,0%	65,2%	67,4%	71,4%
EST Barreiro	55,6%	51,9%	62,5%	53,8%	61,5%	68,8%
ESS	40,0%	38,1%	40,0%	46,2%	51,9%	51,9%
IPS	46,8%	46,1%	51,4%	66,0%	69,0%	72,1%

Quadro 66 - % de docentes a tempo integral e de carreira com grau de Doutor.

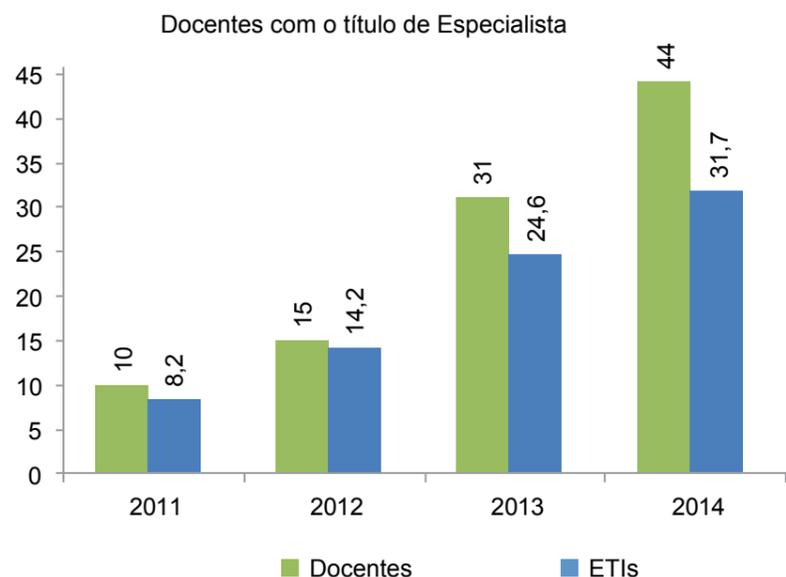


Figura 17 - Evolução do n° de docentes com o título de especialista do IPS

No quadro seguinte são apresentados os valores por unidade orgânica, relativamente ao número total de docentes com o título de especialista, efetivos e em ETI.

De salientar a existência de um número considerável de docentes que tiveram, ou têm, experiência profissional com consequências ao nível da perceção das necessidades reais das empresas em termos de perfis profissionais.

Ao nível do relacionamento, é de destacar a existência de uma cultura de proximidade entre docentes e estudantes, caracterizada pela facilidade de contacto, a informalidade e a presença de hierarquias pouco marcadas. Em oposição à generalidade do ambiente universitário, o fácil contacto entre docentes e estudantes permite a estes tirarem partido da disponibilidade dos primeiros.

	2011		2012		2013		2014	
	N° Docentes Especialistas	ETI Especialistas						
EST Setúbal	1	0,5	2	1,5	4	2,8	5	3,8
ESE	1	1	3	3	3	2,15	2	2
ESCE	0	0	0	0	4	2,4	9	5,05
EST Barreiro	5	3,7	3	2,7	5	3,55	4	1,85
ESS	3	3	7	7	15	13,7	24	19
IPS	10	8,2	15	14,2	31	24,6	44	31,7

Quadro 67 - Evolução do n° de docentes com o título de especialista, efetivos e em ETI nas UO do IPS

2.3 Investigação e Desenvolvimento

Conforme patente no quadro seguinte, ao nível da produção científica, registou-se um aumento consistente no período 2009-2012, muito embora se registre um decréscimo significativo no ano de 2013.

	2009	2010	2011	2012	2013
Capítulos em livros	29	35	38	31	21
Livros	15	23	17	17	12
Artigos Científicos em revistas	92	105	106	111	76
Artigos publicados em atas de reuniões científicas	164	209	217	199	154
Patentes	1	0	2	1	0
Software	3	1	3	1	0
Total	2313	2383	2394	2372	2276

Quadro 68 - Produção Científica dos Docentes do IPS. Fonte: Plataforma DeGóis

Recorrendo a uma outra fonte (Scimago Institutions Ranking), o IPS situa-se em 6º lugar ao nível da produção científica dos politécnicos portugueses, com 212 publicações na base de dados SCOPUS, no período 2009/2013. Destas publicações cerca de 38% registam-se em editoriais, 32% em revistas, 26% em conferências e 4% em capítulos de livro.

Tendo por referência o ano de 2013, e não esquecendo que os indicadores da Scimago Institutions Ranking dizem respeito a um período de 5 anos, a produção cresceu cerca de 19% em média, muito embora a posição em termos de ordenação de documentos publicados em revistas científicas indexadas pela Scopus tenha descido 34 posições entre 2012 e 2013. Cerca de 18% das publicações são efetuadas em revistas do 1º quartil e 28% da produção é considerada de excelência (encontra-se nos 10% de artigos mais citados no mundo no campo científico respetivo). Existe uma taxa de internacionalização (artigos em co-autoria com autores de instituições estrangeiras) na ordem dos 20%. De referir que, as publicações em parceria com empresas ou organizações representam um valor muito pouco expressivo.

Para além da produção científica, a ligação ao meio envolvente tem-se efetivado através da realização de projetos e da prestação de serviços ao exterior, envolvendo meios financeiros na ordem dos 2 milhões de euros entre 2011 e 2013 (conforme quadros 69, 70 e 71).

Volume Financeiro Líquido	
2011	222.505,78 €
2012	14.849,04 €
2013	81.151,42 €
Total	318.506,24 €

Quadro 69 - Tipo de Contrapartida Financeira de Projetos com financiamento proveniente de empresas ou de outras entidades

O valor apurado no quadro anterior diz respeito a 7 projetos desenvolvidos em parcerias com diversas entidades, quer nacionais, quer europeias e o valor apurado no quadro seguinte engloba a interação com mais de cem entidades no universo regional e nacional do Instituto Politécnico de Setúbal.

Volume Financeiro Líquido	
2011	568.431,20 €
2012	458.258,50 €
2013	287.943,81 €
Total	1.314.633,51 €

Quadro 70 - Volume de Financiamento conseguido através da prestação de serviços ao exterior

Volume Financeiro Líquido	
2011	9.201,17 €
2012	129.048,48 €
2013	63.840,91 €
Total	202.090,56 €

Quadro 71 - Tipo de Contrapartida Financeira de Projetos com financiamento proveniente da FCT

As contrapartidas registadas no quadro anterior dizem respeito a projetos em que o IPS é promotor ou entidade parceira. O número de projetos desenvolvidos ou em curso durante 2013 totalizavam 26.

De salientar, todavia, que o enfoque na formação avançada dos docentes em conjunto com as inúmeras atividades letivas e não letivas, tem restringindo o desenvolvimento de atividades de investigação e de prestação de serviços ao exterior. Estas restrições, não têm potenciado o estabelecimento de atividades de investigação entre docentes do IPS da mesma área disciplinar ou de áreas disciplinares diferentes. No sentido de reverter esta situação, e com o intuito de regulamentar e fomentar o desenvolvimento da investigação e o desenvolvimento do triângulo do conhecimento, formado pelas atividades de investigação, educação e inovação, articulando a investigação com o ensino e potenciando a aprendizagem dos estudantes, bem como o desenvolvimento das prestações de serviços especializados, o IPS conta desde dezembro de 2013 com um Regulamento dos Centros de Investigação e Prestação de Serviços. Este regulamento prevê a disseminação dos projetos e resultados de investigação, sem prejuízo de outras formas de divulgação institucional, e não comprometem, de forma alguma, a colaboração dos docentes com outros centros de investigação, designadamente com os centros reconhecidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ou similares, aos quais eventualmente pertençam esses docentes.

No que se refere à ligação com a envolvente, é de referir que o IPS tinha estabelecido com empresas nacionais, em 2013, mais de 700 protocolos (grande parte dos quais no âmbito da concessão de estágios), estimando-se que cerca de 60% se encontram concretizados em ações de colaboração mútua.

2.4 Empreendedorismo

Num campo conexo, situa-se o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no IPS e o apoio à criação de empresas no IPS.

Nesta atividade, solidificou-se a presença no concurso Poliempreende, que permitiu alcançar o primeiro lugar a nível nacional em 2010. Este concurso de planos de negócio envolveu cerca de 140 estudantes, nas Oficinas E1 e E2 conforme quadro 72.

Nestes últimos anos foi possível apoiar a criação de 4 empresas, faltando, no entanto, a criação de uma metodologia que promova, de uma forma sistemática, a transferência de tecnologia, quer para as PME existentes, quer para a valorização económica através de spin-offs. Neste momento estão em pré-incubação 4 ideias de negócio, nascidas no IPS, que vão desde a área dos têxteis inteligentes, até à área social, passando pela saúde e tecnologias Web.

	9º Poliempreende 2011/12	10º Poliempreende 2012/13
Ideias de negócio	16	17
Participantes	52	54
Planos de Negócio	4	7
Nº Participantes	19	17

Quadro 72 - Evolução da participação no Concurso Regional Poliempreende

2.5 Internacionalização

Enquadrado por uma estratégia europeia que pretende que 20% dos estudantes detenham uma experiência de internacionalização até 2020, por um crescimento do espaço lusófono de ensino superior, as atividades de internacionalização através da mobilidade no âmbito do programa ERASMUS, do programa de bolsas ibero-americanas e brasileiras do Banco Santander e Intensive Programmes (IP) da União Europeia, cresceram de uma forma sustentada no IPS até 2011/2012, após o que os valores se têm mantido estáveis.

			2011/12	2012/13	2013/14*
Incoming	Estudantes	Erasmus	113	116	130
		Macau	0	1	0
		Brasil e América Latina	19	27	25
		IP, Leonardos, BW e JG	184	168	116
		Total	316	312	271
Outgoing	Estudantes	Erasmus	45	40	34
		Macau	1	0	0
		Brasil e América Latina	20	12	10
		IP, Leonardos, BW e JG	64	56	16
		Total	130	108	60
Incoming	Docentes e não docente	Erasmus	33	46	58
		IP, Leonardos, BW e JG + Sem Inter	68	74	87
		Total	101	120	145
Outgoing	Docentes e não docente	Erasmus	19	22	25
		IP, Leonardos, BW e JG	31	22	20
		Total	50	44	45

* Valores provisórios

Quadro 73 - Resumo mobilidade de Estudantes e Staff

Conforme quadro seguinte, elaborado com base no n° de estudantes, docentes e colaboradores não docentes existente em cada um dos anos letivos, verifica-se que, em termos globais, o IPS atingiu uma taxa de mobilidade global na ordem dos 9% em 2013/2014, revelando particular destaque os docentes e estudantes incoming (conforme quadro anterior), fruto da semana internacional e do módulo internacional integralmente lecionado em inglês e que se revela uma fonte importante de recrutamento de estudantes estrangeiros.

	2011/12	2012/13	2013/14*
Estudantes	446	420	331
	7,2%	7,2%	6,6%
Docentes e não docentes	151	164	190
	19,5%	23,0%	28,8%
Total	597	584	521
	8,6%	8,9%	9,2%

* Valores provisórios

Quadro 74 - Taxa de internacionalização ligada à mobilidade

Nos quadros seguintes são indicados os valores correspondentes a cada uma das escolas.

Incoming		UO	2011/12	2012/13	2013/14
Estudantes	Erasmus	EST Setúbal	14	16	22
		ESE	22	15	16
		ESCE	66	58	71
		EST Barreiro	4	3	2
		ESS	7	24	19
		Total	113	116	130
	Macau	Total (ESCE)	0	1	0
	Brasil e América Latina	EST Setúbal	1	2	5
		ESE	1	8	4
		ESCE	9	14	16
		EST Barreiro	2	0	0
		ESS	6	3	0
	Total	19	27	25	
	IP, Leonardos, BW e JG	EST Setúbal	55	0	46
		ESCE	37	45	27
		ESS	92	123	43
		Total	184	168	116
	Total		316	312	271

Quadro 75 - Mobilidade de Estudantes Incoming

Outgoing		UO	2011/12	2012/13	2013/14
Estudantes	Erasmus	EST Setúbal	2	11	2
		ESE	13	7	4
		ESCE	19	12	8
		EST Barreiro	1	2	0
		ESS	10	8	20
		Total	45	40	34
	Macau	Total (ESCE)	1	0	0
	Brasil e América Latina	EST Setúbal	0	0	0
		ESE	5	0	4
		ESCE	7	4	4
		EST Barreiro	5	0	0
		ESS	3	8	2
	Total	20	12	10	
	IP, Leonardos, BW e JG	EST Setúbal	4	0	0
		ESCE	23	8	16
		ESS	37	48	
	Total	64	56	16	
	Total		130	108	60

Quadro 76 - Mobilidade de Estudantes Outgoing

Uma área onde os resultados são ainda escassos, apesar de vários protocolos assinados e de projetos estruturados, especialmente com instituições brasileiras, angolanas e moçambicanas, é o da realização de cursos em parceria ou da oferta de formações do IPS nessas instituições estrangeiras, bem como a atração de estudantes desses países para as formações oferecidas pelo IPS.

2.6 Comunicação e notoriedade

Do ponto de vista da comunicação com o exterior, o público-alvo privilegiado têm sido os estudantes do ensino secundário e profissional, utilizando-se diferentes abordagens numa lógica de proximidade e interação com as escolas, professores e futuros candidatos.

Neste âmbito, destaca-se a organização de iniciativas como o "IPS Junior Challenge", um concurso anual de ideias de negócio destinado aos alunos do ensino secundário e profissional de todo o país, o "UGUIDE: Pensar o Futuro", um encontro com psicólogos, orientadores e professores para promover a reflexão e a discussão de ideias em torno da temática da orientação vocacional dos jovens e a "IPStart-UpWeek", uma academia de verão que promove o empreendedorismo juvenil.

Paralelamente são promovidos eventos mobilizadores dos alunos para os campi, visitas a escolas secundárias e profissionais, participação em eventos e feiras de educação, com especial destaque para o evento nacional Futurália, mantendo-se o estabelecimento de contactos personalizados com os docentes do ensino secundário, o envio de informação periódica para as escolas sobre a oferta formativa do IPS, a implementação de campanhas de divulgação na imprensa e, preferencialmente, com recurso a ferramentas de web marketing e social media marketing.

Dados recentes apurados no estudo de notoriedade, revelam que o IPS é fortemente reconhecido na região, quer junto do público em geral, quer nos estudantes do ensino secundário e empresas, embora não de uma forma uniforme no distrito. O mesmo estudo revela a necessidade de um trabalho mais intenso junto das empresas, de forma a materializar projetos em parceria.

Ao longo dos últimos anos (2011 a 2014) salienta-se a implementação de novos projetos e o esforço

continuado no desenvolvimento de uma política de comunicação planeada e coordenada, conducente à efetiva melhoria da qualidade da comunicação exercida junto da comunidade interna e externa. Entre 2012 e 2014 foram realizados os seguintes projetos:

- Elaboração de um Plano de Marketing para 2012-2014.

Com o objetivo de delinear uma estratégia de marketing institucional, numa perspetiva temporal de 3 anos de aplicação, foi elaborado um Plano de Marketing para o IPS contendo uma análise detalhada do seu posicionamento no ensino superior português, da concorrência e do perfil do estudante do ensino secundário. Na sequência do diagnóstico efetuado foram definidos objetivos e opções estratégicas para os diferentes segmentos de mercado e apresentados planos de ação e medidas de controlo para garantir o cumprimento dos objetivos e a eficácia das ações planeadas.

- Estudo de Perceção da Notoriedade e Imagem do IPS.

Foi desenvolvido um Estudo de Perceção da Notoriedade e Imagem do IPS, elaborado por uma empresa externa, que incidiu sobre a Península de Setúbal. O projeto, realizado entre março e maio de 2012, envolveu inquéritos presenciais e telefónicos, aos seguintes segmentos: População Geral; Alunos do Ensino Secundário; Professores do Ensino Secundário e Empresas.

- Estudo de Perceção da Imagem IPS junto dos atuais estudantes

Na sequência do estudo anterior foi efetuado, no final de 2012, um estudo aos atuais estudantes do IPS com o objetivo de medir a perceção deste segmento de forma a obter indicadores relevantes para efeitos de posicionamento e rastreio da imagem do IPS, que possibilitem a organização de ações de comunicação específicas que garantam uma maior proximidade e interação entre o instituto e este público-alvo. Para a sua concretização optou-se pela aplicação de questionário presencial e na preparação dos questionários foram pensadas questões consoante o nível de formação dos inquiridos e desenhadas, assim, 3 questionários: para estudantes de CET, estudantes de Licenciatura e estudantes de Mestrado e Pós-graduação.

- Estudo dos padrões de utilização e comportamento dos jovens nas redes sociais

Em agosto de 2014 foi elaborado um estudo sobre os padrões de utilização e comportamento dos jovens nas redes sociais, através da aplicação de um questionário aos estudantes do IPS para extração de informação relevante sobre as suas preferências, hábitos de utilização e padrões comportamentais nas diferentes redes sociais e/ou demais plataformas de partilha de conteúdos online, resultando na implementação de um Plano Estratégico de Comunicação Digital para o IPS.

2.7 Sistema da Qualidade

Em 2008 foi criada a Unidade para a Avaliação e a Qualidade (UNIQUEA/IPS), com a principal função de promover e implementar boas práticas de gestão da qualidade nos diferentes serviços prestados pelo IPS e, como objetivos gerais, institucionalizar um centro de competência na área da gestão da qualidade, promover uma cultura de qualidade, coordenar a avaliação interna e externa e desenvolver o sistema de garantia de qualidade do IPS.

Em 2012, foi aprovado pela Presidência do IPS a estrutura e competências do Sistema Integrado de Gestão do IPS, cujo principal objetivo é a implementação de práticas e procedimentos que garantam que as atividades, com impacto na qualidade decorram de forma otimizada, compreendendo como unidade central de coordenação a UNIQUEA/IPS.

Para além da implementação de um sistema de melhoria contínua dos processos pedagógicos e de formação associadas aos diferentes cursos, concretizada através de relatórios anuais de monitorização e da recolha e tratamento da informação associada aos inquéritos pedagógicos, a UNIQUEA/IPS encontra-se a desenvolver o Manual de Qualidade, com o grande objetivo de submeter, à acreditação da A3ES, o Sistema de Qualidade do IPS.

2.8 Organização Interna

A nível interno, os últimos tempos foram marcados por uma consolidação institucional, na sequência da aprovação do RJIES, dos novos estatutos e do regulamento orgânico dos serviços centrais.

Verificou-se, também, a centralização de alguns serviços, designadamente, financeiros Divisão Financeira, de Aproveitamento e Património, Recursos Humanos e serviços académicos, devendo-se considerar, ainda, as diversas estruturas centrais que prestam serviço a todas as unidades orgânicas, como são a Divisão Informática, Gabinete de Imagem e Comunicação, Núcleo de Planeamento, Centro para a Internacionalização e Mobilidade, Unidade de Avaliação e Qualidade, Unidade de Apoio à Inovação, I&D e Empreendedorismo e Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências.

Todavia, apesar de ter conseguido alguma consolidação institucional, (criação de uma imagem comum, serviço de aprovisionamento e adesão à ANCP, para citar apenas alguns exemplos), bem como alguma libertação de recursos, subsistem algumas áreas onde a eficácia não é tão evidente como o inicialmente desejado.

Adicionalmente, persiste uma tensão latente, especialmente por parte dos docentes e não docentes, entre a pertença institucional a uma escola e a afiliação ao IPS.

Têm-se verificado também, algumas dificuldades ao nível da comunicação externa e interna, quer no processo entre os serviços centrais e as escolas, quer no interior de cada escola.

Como instrumento de melhoria de processos, de apoio à tomada de decisão, de implementação de modelos de gestão mais modernos e de aprofundamento do relacionamento com as distintas partes interessadas do IPS, existem as tecnologias de informação e comunicação que representam atualmente um ativo crucial para o funcionamento das IES. Apesar do contínuo aprofundamento e desenvolvimento das soluções existentes ao nível do IPS, é reconhecido que as necessidades vão para além do que estão a oferecer.

2.9 Pessoal não docente

O número total de colaboradores não docentes decresceu ligeiramente no período de 2012 a 2014, conforme se pode verificar na figura seguinte.

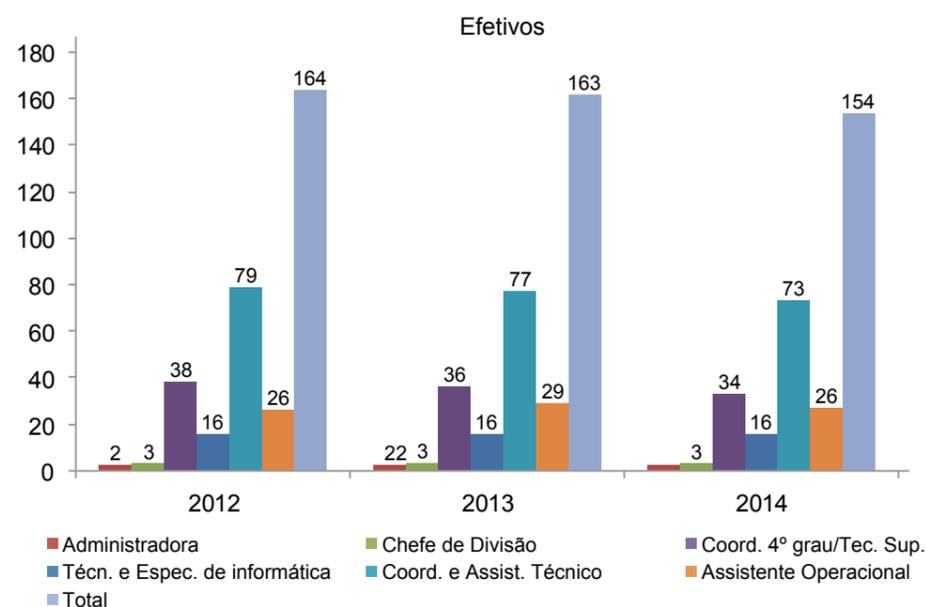


Figura 18 - Evolução do n.º de colaboradores não docentes efetivos do IPS

Nos quadros seguintes são apresentados os valores, relativamente à distribuição do número de não docentes do IPS por grau académico.

	2012		2013		2014	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Doutoramento	1	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Mestre	5	3,1%	7	4,3%	8	5,2%
Pós Graduação	2	1,2%	0	0,0%	0	0,0%
Licenciado	55	33,5%	56	34,6%	52	34,0%
Bacharel	5	3,0%	5	3,1%	3	1,9%
12.º ano	46	28,1%	50	30,9%	50	32,7%
11.º ano	18	11,0%	14	8,6%	13	8,5%
9.º ano	13	7,9%	11	6,8%	9	5,9%
Menos 9.º ano	19	11,6%	19	11,7%	18	11,8%

Quadro 77 - Distribuição por grau académico dos colaboradores não docentes

2.10 Instalações e Equipamentos

Cinco das Unidades Orgânicas do IPS (SAS, EST Setúbal, ESE, ESCE e EST Barreiro), dispõem de boas instalações, de equipamentos gerais e laboratoriais e recursos materiais adequados, às suas atividades, embora haja necessidade de algum investimento para substituição e atualização de alguns equipamentos de laboratório da EST Setúbal. Todavia, a Escola Superior de Saúde (ESS) encontra-se a funcionar nas instalações da ESCE, em condições precárias e limitativas do seu desenvolvimento e que estão já a impedir um adequado funcionamento da ESCE, aguardando-se a disponibilização de verbas para a construção de novas instalações, não se vislumbrado, num futuro próximo, o desbloquear desta situação. Importa, por isso, encontrar uma solução, entre os vários edifícios existentes nos campi, que possibilite uma expansão das atividades da ESS e que não tolha o desenvolvimento da ESCE.

2.11 Sistema de Informação

Para além dos recursos físicos, as tecnologias de informação e comunicação representam atualmente um ativo crucial para o funcionamento das IES em geral e do IPS em particular, especialmente como instrumento de melhoria de processos, de apoio à tomada de decisão, de implementação de modelos de gestão mais modernos e de aprofundamento do relacionamento com as distintas partes interessadas do IPS.

A Divisão Informática do IPS, cuja implementação se encontra em curso, pretende abranger todos os serviços de informática, reorganizando-os e reestruturando-os, de forma a uma maior eficácia, desempenho e satisfação de toda a comunidade.

Uma das áreas da atividade encontra-se centrada na reestruturação da infraestrutura de rede dos Campi, pretendendo-se alcançar uma autenticação única em todas as aplicações e serviços. Outro vetor de grande investimento é a organização do sistema de informação para apoio à Divisão Académica e aos órgãos de gestão. Para breve, prevê-se, ainda, a entrada em funcionamento do sistema de controlo de assiduidade dos trabalhadores no IPS. Outra aposta da DI será o desenvolvimento de um sistema de controlo de assiduidade nas atividades letivas, bem como do sistema de avaliação dos docentes.

2.2 PONTOS FORTES E FRACOS

Com base na análise interna anteriormente efetuada, bem como da decorrente das etapas de recolha de informação e opinião realizadas junto da comunidade IPS, identifica-se o conjunto dos principais pontos fortes e pontos fracos, que se passam a descrever de forma sucinta.

Conforme já referido, o IPS, através das suas escolas superiores, intervém em várias áreas (educação, desporto, tecnologia, ciências empresariais e saúde), possuindo, por conseguinte, uma diversidade de áreas do conhecimento, suscetível de alargar a sua intervenção a uma ampla gama de atividades.

No entanto, a capacidade de atração dos diferentes cursos em sede de concurso nacional de acesso tem decaído nos últimos anos, à semelhança do que tem ocorrido na generalidade dos Politécnicos, com particular incidência nas áreas das tecnologias e engenharias (face, sobretudo à introdução das novas condições de acesso) e, em alguns cursos de ciências empresarias, especialmente em horário pós-laboral.

Ao nível da formação, existe uma disponibilização de cursos que, em geral, são caracterizados por um elevado potencial de integração no mercado de trabalho e que têm registado bons índices de empregabilidade, nomeadamente na sua envolvente local em que o IPS apresentava em dezembro de 2014 uma taxa global de desemprego na ordem dos 9,9%, se considerarmos os licenciados entre 2009/2010 e 2012/2013. Estes valores colocam o IPS na segunda posição, sendo apenas superado pelo IPLisboa, no campo dos politécnicos públicos.

No entanto, o processo pedagógico tem sido marcado por uma elevada taxa de insucesso, especialmente nas escolas de tecnologia e nas áreas científicas mais quantitativas (Matemática, Estatística, etc.), tal como patente no estudo da UNIQUA para a avaliação de follow-up da European University Association.

Os dados mostram, em termos globais, um aumento do insucesso escolar em 2013/2014, apesar da diminuição existente ano anterior, embora revele matizes diferenciadas nas diversas escolas, o que pode ser explicado, em parte, pelo impacto das questões económicas e sociais.

Ao nível do corpo docente, atualmente cerca de 51,4% dos docentes a tempo integral e 72,1% dos

docentes de carreira e a que corresponde 45,1% relativamente à totalidade de ETIs têm o grau de doutor, cumprindo-se, assim, os requisitos mínimos impostos pela lei, relativamente a doutores (ETI), em que 15% dos ETI de docentes devem possuir o grau de doutor para as licenciaturas e 40% para os mestrados.

Todavia, o mesmo não se tem verificado com a obtenção do título de especialista, em que existiam 44 especialistas em 2014, o que representa apenas cerca de 8% dos ETI, valor reduzido para os casos de necessidade de complementar com as percentagens de doutores especializados nas respetivas áreas para cumprir o exigido pela lei em que, pelo menos, 50 % devem ser detentores do título de especialista ou detentores do grau de doutor, nas áreas fundamentais dos ciclos de estudos de licenciatura, com uma percentagem mínima de 20% de doutores para os casos dos mestrados.

De salientar, no entanto, a existência de um número considerável de docentes que tiveram, ou têm, experiência profissional com consequências ao nível da perceção das necessidades reais das empresas em termos de perfis profissionais.

Ao nível do relacionamento, é de destacar a existência de uma cultura de proximidade entre docentes e estudantes, caracterizada pela facilidade de contacto e a informalidade, em oposição à generalidade do ambiente universitário.

Relativamente a notoriedade, se bem que o IPS seja fortemente reconhecido na zona de Setúbal, quer junto do público em geral, quer nos estudantes do ensino secundário e empresas, apresenta uma notoriedade reduzida na zona norte do distrito.

Numa observação às preferências dos candidatos originários do distrito de Setúbal, no ano 2010, cerca de 30% optaram por permanecer na região e cerca de 59% escolheram como primeira opção a colocação em instituições de ensino superior de Lisboa⁶⁷.

De referir que um dos aspetos mais referidos durante as etapas de recolha de informação e opinião efetuadas junto da comunidade IPS, foi o da falta de divulgação da oferta formativa do IPS, embora a prática dos últimos dois anos seja distinta.

Relativamente às atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), constata-se que o IPS se situa em 6.º lugar ao nível da produção científica dos politécnicos portugueses e que as publicações em parceria com empresas ou organizações representam um valor muito pouco expressivo. Também a ligação ao meio envolvente, se bem que seja entendida como muito próxima, quando traduzida na realização de projetos e da prestação de serviços é, ainda, escassa e tem diminuído nos últimos anos.

Ao nível da internacionalização do IPS, as atividades de internacionalização têm crescido de uma forma sustentada, especialmente através da mobilidade no âmbito do programa ERASMUS, do programa de bolsas ibero-americanas e brasileiras do Banco Santander e Intensive Programmes (IP) da União Europeia. No entanto, uma área onde os resultados são ainda escassos, apesar de vários protocolos assinados e de projetos estruturados, especialmente com instituições brasileiras, angolanas e moçambicanas, é a da realização de cursos em parceria ou da oferta de formações do IPS nessas instituições estrangeiras, bem como a atração de estudantes desses países para as formações oferecidas pelo IPS. Pode-se, assim, deduzir que o nível de internacionalização, que é hoje uma condição de sobrevivência das instituições de ensino superior, é, ainda, pouco significativo, carecendo de dinamização a oferta conjunta de cursos, o desenvolvimento de projetos conjuntos de inovação e de investigação, bem como a captação de estudantes estrangeiros e a mobilidade internacional do corpo docente.

Em termos de instalações, 5 das Unidades Orgânicas do IPS (SAS, EST Setúbal, ESE, ESCE e EST Barreiro), dispõem de boas instalações, de equipamentos gerais e laboratoriais e recursos materiais adequados, às suas atividades, embora haja necessidade de algum investimento para substituição e atualização de alguns equipamentos de laboratório da EST Setúbal. Todavia, a ESS encontra-se a funcionar nas instalações da ESCE, em condições precárias e limitativas do seu desenvolvimento e que estão já a impedir um adequado funcionamento da ESCE.

A localização geográfica do IPS e das suas escolas, num distrito dinâmico e diversificado, é uma situação favorável, pese embora a proximidade do distrito com Lisboa, onde se encontram instaladas diversas instituições do ensino superior.

⁶⁷ Conforme Plano de Marketing 2012-2014 do IPS

A nível da organização interna, verificou-se a centralização de alguns serviços, designadamente, financeiros, recursos humanos, serviços académicos, para além de diversas estruturas centrais que prestam serviço a todas as unidades orgânicas (Informática, Imagem e Comunicação, Planeamento, Internacionalização e Mobilidade, Avaliação e Qualidade, Apoio à Inovação, I&D e Empreendedorismo e Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências).

Todavia, apesar de ter conseguido alguma consolidação institucional, bem como alguma libertação de recursos, subsistem algumas áreas onde a eficácia não é tão evidente como o inicialmente desejado. Têm-se verificado também, algumas dificuldades ao nível da comunicação externa e interna, quer no processo entre os serviços centrais e as escolas, quer no interior de cada escola.

Adicionalmente, persiste uma tensão latente, especialmente por parte dos docentes e não docentes, entre a pertença institucional a uma escola e a afiliação ao IPS, o que passa muito pelos modelos de gestão. De referir que dos aspetos mais referidos como pontos fracos durante as etapas de recolha de informação e opinião efetuadas junto da comuni-

Pontos fortes	Pontos fracos
Diversidade das áreas de conhecimento	Dificuldade de atração de estudantes fora do distrito
Elevadas taxas de inserção profissional	Taxas de insucesso escolar em alguns cursos
A experiência profissional de alguns docentes	Reduzido n° de docentes com o título de "especialistas"
Bom relacionamento entre docentes e estudantes	Notoriedade reduzida na zona norte do distrito
Relacionamento com a envolvente	Dificuldades no desenvolvimento do triângulo I+D+I
Boas condições ambientais e materiais, nas diversas escolas instaladas nos Campi (exceção da ESS)	Nível de internacionalização
Localização geográfica	Governança e Liderança
	Sistemas de apoio à decisão

Quadro 78 - Síntese dos principais pontos fortes e pontos fracos

dade IPS, foram o da falta de governança e Liderança e os processos de centralização.

Ao nível dos processos e recursos instrumentais, há a referir:

- A inexistência de um sistema formal de garantia da qualidade – apesar de terem registado vários desenvolvimentos na atividade da UNIQUA-IPS, esta tem-se radicado, essencialmente, na elaboração dos relatórios de Bolonha, atualmente designados por relatórios de monitorização, especialmente ao nível da melhoria contínua dos processos pedagógicos e da formação.

- A inexistência de um sistema integrado de gestão – apesar do contínuo aprofundamento e desenvolvimento das soluções existentes ao nível do IPS, é reconhecido que as necessidades vão para além do que estão a oferecer.

Decorrente da presente análise, podem-se considerar os seguintes principais pontos fortes e fracos que se apresentam à intervenção do IPS, constituindo um contributo para a definição de ações de carácter estratégico a seguir para a sua afirmação futura.

2.3 ANÁLISE SWOT

O relacionamento das principais ameaças e oportunidades detetadas na análise externa com os principais pontos fortes e fracos considerados na análise interna, suscita algumas linhas de ação de âmbito estratégico, que são a seguir apresentadas.

	Pontos fortes	Pontos fracos
	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade das áreas de conhecimento; • Elevadas taxas de inserção profissional; • A experiência profissional de alguns docentes; • Bom relacionamento entre docentes e estudantes; • Relacionamento com a envolvente; • Boas condições ambientais e materiais, nas diversas escolas instaladas nos Campi (exceção da ESS); • Localização geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de atração de estudantes fora do distrito; • Taxas de insucesso escolar em alguns cursos; • Reduzido n° de docentes com o título de "especialistas"; • Notoriedade reduzida na zona norte do distrito; • Dificuldades no desenvolvimento do triângulo I+D+I; • Nível de internacionalização; • Governança e Liderança; • Sistemas de apoio à decisão.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos da UE de melhoria os níveis de educação; • Apoios comunitário a ações de I&D; • Diversidade na atividade económica da região; • Perspetivas de crescimento na logística, aeronáutica e economia do mar; • Necessidades de formação ao longo da vida; • Necessidades de qualificação do nível 5 (TeSP) e nível 7 (Mestrado); • Desenvolvimento económico e social dos CPLP. 	<p>(sugestões)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar, consolidar e adequar a oferta formativa, às necessidades da envolvente; • Apoiar a Inovação e Empreendedorismo; • Promover a qualificação e avaliação do desempenho dos recursos humanos.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido crescimento económico; • Manutenção do reduzido financiamento público ao ES; • "Menorização" do ensino superior politécnico (ESP); • Forte densidade concorrencial sediada na cidade de Lisboa (em quantidade, diversidade e prestígio); • Redução da procura formativa nas áreas da "engenharia" e da "educação"; • Inexistência de uma política nacional explícita sobre o ensino superior. 	<p>(sugestões)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular a oferta de serviços especializados; • Otimizar a utilização dos recursos físicos e financeiros. <p>(sugestões)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o grau de interculturalidade e internacionalização do IPS; • Desenvolver um modelo de governança, baseado na qualidade e na responsabilidade social, que promova o envolvimento da comunidade do IPS.

Quadro 79 - Análise SWOT

III
APÊNDICE
Síntese das reuniões

1 - ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA

1.1 - Formação

1.1.1 Oferta formativa

Ao nível da oferta formativa do IPS, foram manifestadas preocupações relativamente à necessidade de serem objeto de análise, tendo em vista não somente a sua adaptação aos novos públicos, em particular aos maiores de 23 anos, mas sobretudo às necessidades da envolvente. E oferta formativa que seja auto-sustentada e com parcerias a nível empresarial, que permita o desenvolvimento da região.

1.2 Insucesso e Abandono

Foram manifestadas preocupações relativamente ao insucesso e abandono escolar, que deve merecer uma permanente monitorização e tomada de ações de combate a tal situação.

1.2 Investigação

Foi reconhecida a importância das ações de I&D a desenvolver no âmbito da atividade do IPS, não somente como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS, mas também para o aumento da qualidade do ensino e para o desenvolvimento da envolvente através da transferência do conhecimento. Considerada relevante a investigação aplicada.

1.3 Relações com a envolvente

1.3.1 Parcerias com a rede de ensino

Foram manifestadas preocupações (como ameaças) relativamente a uma eventual reestruturação da rede nacional do ensino superior, bem como à possibilidade do IPS vir a ser "absorvido" por outras IES, em particular do ensino universitário.

Todavia, também houve entendimentos como oportunidade a celebração de parcerias com outras IES, nacionais e internacionais, tendo em vista a "partilha de saberes" e complementaridades (sinergias).

Reforço da decisão (nacional e internacional) quanto às parcerias, incluindo África e os Países da CPLP, considerando que existem fundamentos para a inclusão da cultura africana e brasileira nos currícula. Por outro lado, equacionar parceiros europeus, pode implicar ensinar em inglês

1.3.2 Parcerias com as organizações

Foi reconhecida a importância da criação de fortes parcerias com as organizações, não somente como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS, mas também para o aumento da qualidade do ensino, adequação da oferta formativa e para o desenvolvimento da envolvente através da transferência do conhecimento.

1.3.3 Internacionalização

Foi reconhecida a importância da internacionalização do IPS como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS e para o desenvolvimento das suas competências e de ações de I&D, bem como para a obtenção de recursos financeiros.

1.4 Recursos e organização

1.4.1 Recursos Físicos

Foram manifestadas preocupações relativamente aos problemas de espaços, em particular à sobrecupação das instalações da ESCE e ESS e disponibilidades existentes na EST Barreiro.

1.4.2 Docentes

Formação

Foram manifestadas necessidades de desenvolvimento de ações de formação pedagógica dos docentes.

"Especialistas"

Foram manifestadas necessidades de promoção para a existência de um maior corpo de especialistas.

Avaliação do Desempenho dos docentes

Foram manifestadas preocupações com o modelo de avaliação do desempenho dos docentes que ainda não está em vigor.

1.4.3. Não Docentes

Foram manifestadas preocupações relativamente à escassez para dar apoio às atividades e à necessidade de dar continuidade às ações de formação.

1.4.4. Qualidade

Foi reafirmada a necessidade de implementação de um bom sistema de Qualidade. Que a avaliação institucional é mandatória.

1.4.5 PEDIPS

Foi manifestada a necessidade de divulgar, monitorizar e informar sobre a evolução dos PEDIPS.

1.4.6 Organização e Governância

Foram manifestadas preocupações no sentido de melhorar a articulação e funcionamento das UO entre si e com os Serviços Centrais IPS. E de fortalecer as lideranças, de topo e intermédias, aproximando os diversos níveis na organização. Alguma preocupação com a autonomia das UO.

1.4.7 Imagem e Divulgação

Foram manifestadas preocupações no sentido de melhorar a imagem institucional e os processos de divulgação.

NOTA. Nas páginas seguintes são apresentados alguns aspetos abordados sobre os temas anteriormente descritos, bem como as sugestões apresentadas.

2 - PORMENORIZAÇÃO E SUGESTÕES

2.1 Formação

2.1.1 Oferta formativa

Ao nível da oferta formativa do IPS, foram manifestadas preocupações relativamente à necessidade de serem objeto de análise, tendo em vista não somente a sua adaptação aos novos públicos, em particular aos maiores de 23 anos, mas sobretudo às necessidades da envolvente.

Outros aspetos relacionados:

- O processo de Bolonha não está amplamente implementado e avaliado;
- Adotar novas metodologias; Reconhecer boas práticas e divulgá-las entre as UO's; Desenvolvimento do e-learning;
- Os estágios curriculares, como forma de integração dos estudantes na vida ativa e, também, como forma de auscultação das empresas sobre as suas necessidades e de avaliação dos cursos; Os docentes devem apoiar a integração dos estudantes na vida ativa;
- Procurar outras áreas de intervenção; Não "pulverizar"; Complementaridade entre as UO's;
- Focar na empregabilidade; Não há dados sobre empregabilidade (OIVA); Privilegiar o "saber-fazer" e o "empreendedorismo"; Falta de conhecimentos de "gestão" nos licenciados em engenharia; reforçar as competências na língua inglesa;
- Desenvolver CET's (não pacífico); Os CET's podem dar resposta à falta de maturidade dos estudantes do ensino secundário;
- Novas condições de acesso (Física, Matemática);
- Querer ser igual à universidade é um risco.

Sugestões:

- Criar grupo de trabalho para reflexão (AE's);
- Criar grupo para análise (e revisão) da oferta formativa;
- Proceder a uma avaliação externa (para além da A3ES);
- Apostar na "formação ao longo da vida"; Reforçar

oferta "pós-laboral"; Apostar nos maiores de 23 anos;

- Fazer um levantamento das necessidades na região; Começar de "fora para dentro";
- Criar ofertas modulares para complementar as ofertas estruturadas;
- 1º e 2º ciclos devem estar relacionados; promover uma lógica integrada na oferta formativa
- Diferencias da "concorrência"; Redefinição do "mercado alvo";
- As organizações participarem nas formações.

2.1.2 Insucesso e Abandono

Foram manifestadas preocupações relativamente ao insucesso e abandono escolar, que deve merecer uma permanente monitorização e tomada de ações de combate a tal situação.

Outros aspetos relacionados:

- Regulamentos de atribuição de bolsas muito restritos;
- Alteração de metodologias pedagógicas; Formação pedagógica dos docentes;
- Falta de preparação base dos novos estudantes;
- Dificuldade no pagamento das propinas;
- Elevada dimensão das turmas;
- Falta de apoio pós-laboral (serviços académicos; biblioteca);
- Está-se a perder um pouco o bom relacionamento entre docentes e estudantes.

Sugestões:

- Implementar planos para a promoção do sucesso escolar (que abranjam todas as UO's); "deve-se ser ambicioso nesta área";
- Cursos de preparação para as áreas que exigem conhecimentos prévios;
- Criar manuais de acolhimento;

- Estruturar condições de atendimento mais favoráveis aos cursos em horário pós-laboral.

2.2 Investigação

Foi reconhecida a importância das ações de I&D a desenvolver no âmbito da atividade do IPS, não somente como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS, mas também para o aumento da qualidade do ensino e para o desenvolvimento da envolvente através da transferência do conhecimento.

Outros aspetos relacionados:

- Dificuldades de tempo para a I&D face ao excessivo trabalho administrativo e burocracia atribuída aos docentes;
- Houve um plano de investigação, desconhecendo-se os resultados.

Sugestões:

- Criar um Centro ligado à indústria;
- Criar Repositório do conhecimento científico;
- Potenciar-se a UI&D (ser mais ativa); Criar formas de maior divulgação interna;
- Orientar a I&D para a envolvente (não procurar competir com as Universidades);
- Desenvolver projetos com a integração de estudantes de várias áreas;
- Estabelecer condições e regulação;
- Promover a elaboração de artigos científicos por parte dos estudantes dos mestrados;
- Procurar a triangulação "Formação, I&D, Transferência de Conhecimento";
- Formar "Núcleos de Investigação" para a prestação de serviços;
- Redefinição das áreas de excelência; Criar Portfólio de Competências";
- Procurar financiamentos externos.

2.3 Relações com a envolvente

2.3.1 Parcerias com a rede de ensino

Foram manifestadas preocupações (como ameaças) relativamente a uma eventual reestruturação da rede nacional do ensino superior, bem como à possibilidade do IPS vir a ser "absorvido" por outras IES, em particular do ensino universitário.

Todavia, também houve entendimentos como oportunidade a celebração de parcerias com outras IES, nacionais e internacionais, tendo em vista a "partilha de saberes" e complementaridades (sinergias).

Outros aspetos relacionados:

- Somente existem redes na formação pós-graduada;
- "Apostar" nas redes com outras IES;
- Desconhecimento das intenções da tutela;
- "Agregar" instituições vai aumentar a atratividade;
- Não existe clarificação do que é ensino politécnico e ensino universitário.

Sugestões:

- Tomar a iniciativa; realizar/promover debate sobre as redes e as alianças;
- Criar "alianças" com impacto na oferta formativa e na I&D;
- Criar "alianças" para largar âmbito do mercado;
- Criar "alianças" com base nas competências;
- Criar parcerias internacionais;
- Procurar parcerias para a existência de curso de 3º ciclo;
- Reduzir os tempos de demora/agilizar a realização de protocolos.

2.3.2 Parcerias com as organizações

Foi reconhecida a importância da criação de fortes parcerias com as organizações, não somente como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS, mas também para o aumento da qualidade do

ensino, adequação da oferta formativa e para o desenvolvimento da envolvente através da transferência do conhecimento.

Outros aspetos relacionados:

- Praticamente só existem “consórcios” ao nível dos estágios;

- Pouca autonomia das UO’s para a celebração de protocolos;

- Fundamental “nos dois sentidos”;

- A ESE tem atuado predominantemente com o Estado (deverá procurar novos “clientes”).

Sugestões:

- Criar parcerias com as empresas do parque industrial do Barreiro;

- Criar Clínica da Saúde;

- Partilhar recursos (por ex. Laboratórios das UO) com as empresas; Prestação de serviços (ex: elaboração de análises; assessorias);

- Criar redes com ex-estudantes; Desenvolver projetos de âmbito social; Explorar novas áreas;

- Ampliar protocolos;

- Promover “visitas de estudo”.

2.3.3 Internacionalização

Foi reconhecida a importância da internacionalização do IPS como fator contribuinte para a elevação da imagem do IPS e para o desenvolvimento das suas competências e de ações de I&D, bem como para a obtenção de recursos financeiros.

Outros aspetos relacionados:

- Processo de internacionalização como “forma” de compensar a redução da procura nacional;

- Atrair estudantes;

- Taxas de outgoing muito baixas;

- Bolsas reduzidas para outgoing.

Sugestões:

- Participação, sobretudo, nos “PALOP” e Brasil;

- Os “PALOP” necessitam de formadores;

- Responder às necessidades já detetadas;

- Colaboração de docentes estrangeiros.

2.4 Recursos e organização

2.4.1 Recursos Físicos

Foram manifestadas preocupações relativamente aos problemas de espaços, em particular à sobreocupação das instalações da ESCE e ESS e disponibilidades existentes na ESTB.

Outros aspetos relacionados:

- Fusão de UO;

- Não existe plano de emergência no campus;
- Rede de transportes e acessibilidades.

Sugestões:

- Criar grupo para estudo (com incorporação de estudantes) e análise das alternativas;

- Criar Escola de Artes;

- Pensar na sinalização, iluminação e acessibilidade ao campus.

2.4.2 Docentes

Formação

Foram manifestadas necessidades de desenvolvimento de ações de formação pedagógica dos docentes. E apreensão quanto à deterioração das condições de trabalho dos docentes.

Outros aspetos relacionados:

- Preparação dos docentes para o Processo de Bolonha;

- Demasiada carga administrativa e burocracia.

Sugestões:

- Estabelecer prática de formação pedagógica dos docentes; Cursos de curta-duração;

- Reconhecimento de “Boas práticas” e divulgação pelas UO;

- Assegurar secretariados dos cursos e apoio do pessoal não docente.

“Especialistas”

Foram manifestadas necessidades de promoção para a existência de um maior corpo de especialistas.

Outros aspetos relacionados:

- O regulamento do IPS não protege o IPS.

Sugestões:

- Promover a “angariação” de especialistas;

- Promover celeridade na realização das provas dos especialistas.

Avaliação do Desempenho dos docentes

Foram manifestadas preocupações com o modelo de avaliação do desempenho dos docentes que ainda não está em vigor.

Outros aspetos relacionados:

- Valorizar a componente pedagógica dos docentes;

- Proposta de Regulamento pouco motivador para a prestação de serviços;

- Dá ênfase à quantidade e pouco à qualidade; O acesso ao topo está condicionado pelas Universidades.

2.4.3 Não Docentes

Foram manifestadas preocupações relativamente à escassez e à necessidade de dar continuidade às ações de formação.

Outros aspetos relacionados:

- Poucos recursos nas UO’s (passaram para o IPS);

- Deixou de existir um departamento que tratava da formação dos não docentes.

Sugestões:

- Continuar com as ações de formação;

- Estabelecer mecanismos de responsabilidade e compensação do mérito;

- Promover a mobilidade interna.

2.4.4 Qualidade

Foi reafirmada a necessidade de implementação de um bom sistema de Qualidade.

Sugestões:

- Participação de estudantes na UNIQUA;

- Estabelecer um bom sistema de qualidade na área da formação.

2.4.5 PEDIPS

Foi manifestada a necessidade de divulgar, monitorizar e informar sobre a evolução dos PEDIPS

Outros aspetos relacionados:

- Não houve avaliação do anterior PEDIPS;

- Dificuldade de planear com um horizonte de 5 anos;

- O PEDIPS deve ser assumido como um compromisso da comunidade IPS;

- Os docentes devem rever-se no PEDIPS.

Sugestões:

- Atribuir responsabilidades na implementação das ações;

- Criar cenários (alguém do IPS);

- Avaliação do plano estratégico.

2.4.6 Organização e Governância

Foram manifestadas preocupações no sentido de melhorar a articulação e funcionamento das UO entre si e com os Serviços Centrais IPS. No geral, considera-se necessário tornar mais clara a orientação do IPS e um modelo de gestão mais reconhecido.

Outros aspetos relacionados:

- Incompatibilidades ao nível da identidade; Reconhecer diferenças nas identidades das UO; Perda de “identidade” por parte das UO; “O “todo” (IPS) não deve sobrepor-se ao individual (UO); Deve existir

“sentimento” de pertença à UO e ao IPS; Não pode haver uniformização que obrigue a alterar identidades; Os docentes pouco se revêm na identidade do IPS; “só se gosta do país se se gostar da aldeia”;

- O IPS está a “perder” docentes motivados; As pessoas sentem-se excluídas;

- Falta de participação dos estudantes nos órgãos;

- Centralização pode ser benéfica mas exige a atribuição de funções e responsabilidades; referida falta de responsabilização e de clareza nos processos;

- Muitos docentes a tempo parcial o que dificulta a sua coordenação;

- Muitos procedimentos com acréscimo de burocracia;

- Perdeu-se a “proximidade” com a centralização;

- Necessidade de um sistema de informação mais eficaz;

- Ausência de avaliação das medidas recentemente tomadas de centralização dos serviços;

- Proliferação de órgãos; e de estruturas funcionais, de eficácia duvidosa e sem proatividade;

- Não existe divulgação das deliberações dos órgãos.

Sugestões:

- Implementar mecanismos de autoavaliação (UO);

- Definir margens de autonomia;

- Atribuir mais responsabilidades às UO;

- Criar mecanismos de auscultação e de discussão pública;

- Desburocratizar processos;

- Discutir a organização dos Departamentos;

- Criar sistema de comunicação das deliberações;

- Avaliação da centralização/integração dos serviços; repensar modelo, estrutura e funcionamento;

- Promover atividades de relacionamento e sinergias inter-escolas.

2.4.7 Imagem e Divulgação

Foram manifestadas preocupações no sentido de melhorar a imagem institucional e os processos de divulgação. Bem como do impacto da centralização do marketing dos cursos, todo fora das escolas.

Outros aspetos relacionados:

- As UO de tecnologia do IPS não tem uma “marca”;

- O “passa-palavra” é muito importante;

- Pouca divulgação nas escolas secundárias;

- Não existe a palavra “internacionalização” na Missão do IPS.

Sugestões:

- Reforçar a comunicação (interna e externa);

- Políticas concertadas para a captação de estudantes;

- Divulgar as vantagens competitivas da cidade de Setúbal;

- Publicitar competências;

- Estabelecer mecanismos de comunicação com os licenciados;

- Identificar áreas de excelência e divulgar a carteira ou o livro do IPS;

- Reavaliar a centralização da publicidade/marketing da oferta formativa;

- Articular mais com escolas secundárias e profissionais (campanha de promoção de imagem);

- Disseminar o Repositório científico.

3 - DOS INQUÉRITOS

Nas reuniões de Grupo Focal, foram respondidos 41 inquéritos, relativos a visão, valores e missão, bem como a identificação dos pontos fortes e fracos. Num total de 261 tópicos apontados, 138 (52,8%) foram referentes a pontos fortes e 123 (47,1%) referentes a pontos fracos, sendo que nestes se assinala uma maior dispersão.

As posições de maior concordância relativamente aos pontos fracos, são:

- a. Governança e liderança, praticamente metade dos inquiridos (20 em 41) afirma que este é um ponto fraco e representa 16% das declarações de pontos fracos (123);
- b. Falta de divulgação da oferta formativa;
- c. Centralização dos serviços;
- d. Instalações e Equipamentos, com o mesmo número de referências que a Comunicação interna.

Quanto aos pontos fortes, destaca-se:

- a. Qualificação do corpo docente, com 17 (12% do total de afirmações dos pontos fortes);
- b. Relação com a envolvente;
- c. Espaços, estruturas e instalações;
- d. Proximidade entre o corpo docente e discente;
- e. Diversidade de oferta formativa.

Alguns pontos são apontados, ao mesmo tempo, como fortes e fracos, e, como é o caso da internacionalização, o somatório é próximo em ambas as colocações.

A larga maioria dos inquiridos referiu rever-se na visão e nos valores. Os que se revêm parcialmente, na missão, apontaram a necessidade de simplificar os processos de prestação de serviço (muito burocratizado a nível interno), a condição de criação de condições para a investigação ou o "enfoque no cariz marcadamente profissional". Sugestões para serem usados textos mais mobilizadores (sem contributos concretos) e a focar as diferenças com outras IES.



IPS Instituto
Politécnico de Setúbal